

O Meu Futuro? Ser Feliz...

Mulheres Idosas Vítimas de Violência Doméstica:
Caminhos de Reconstrução e Projeto de Vida

Dissertação de Mestrado

Carolina Martins Oliveira

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Ana Maria Vieira

Leiria, setembro 2025

Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

*“Eu sempre tive medo do fim
Sempre tive medo de amar-te
Agora que me escolhi a mim
Eu não tenho medo de nada”
— Bárbara Bandeira (2023)*

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui foi longo, feito de desafios, incertezas, alegrias e alguns percalços. Apesar de todas as dificuldades superadas, este percurso não foi trilhado sozinha. A presença, o apoio e o carinho de pessoas especiais tornaram esta jornada mais leve e possível. A todas elas, dedico este trabalho, com profunda gratidão:

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pelas palavras de encorajamento, pela paciência e força constantes que sempre me transmitiram ao longo de todos os anos;

À minha família, pela coragem, motivação e preocupação que foram fundamentais para nunca perder o foco;

À Professora Doutora Ana Maria Vieira, pelo acompanhamento atento, pelas palavras sempre oportunas, pela disponibilidade, orientação e incentivo durante todo o percurso;

Às colegas de trabalho, pela compreensão, pela partilha de saberes e incertezas, pela amizade e momentos de alegria que ajudaram nesta caminhada;

A todos os meus amigos que estiveram presentes, pela compreensão e dedicação ao longo da vida académica;

Às mulheres, que com coragem e generosidade, partilharam as suas histórias de vida, permitindo dar voz às suas experiências e contribuindo de forma essencial para este trabalho;

Às técnicas, pelo tempo dispensado, pela partilha da sua experiência profissional e pelo trabalho excecional que desenvolvem todos os dias, muitas vezes de forma silenciosa, mas sempre tão relevante;

A ti, Lucas, pelo apoio incansável, paciência, compreensão, carinho e amor, sempre.

Resumo

A presente dissertação tem como tema central a violência doméstica contra mulheres idosas, um fenómeno social crescente e ainda insuficientemente estudado em Portugal e que representa um dos maiores problemas sociais da atualidade. Dada a sua complexidade, torna-se cada vez mais relevante aprofundar o conhecimento e promover a sensibilização da sociedade para a violência no envelhecimento.

A investigação teve como objetivo central conhecer e analisar as respostas sociais disponíveis para a proteção e apoio destas vítimas, bem como compreender de que forma os seus projetos de vida são reconstruídos após a situação de violência. Para tal, foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas: cinco a profissionais de instituições de apoio e quatro a mulheres idosas vítimas de violência.

Os resultados revelam que, apesar de existirem respostas dirigidas a esta faixa etária nos domínios habitacional, social e da saúde, também existem lacunas que dificultam a reconstrução dos projetos de vida destas pessoas. Identificaram-se ainda dificuldades no acesso à informação, insuficiência de recursos humanos especializados e desafios na reconstrução identitária das vítimas. O estudo aponta para a urgência de reforçar políticas públicas intersectoriais, apostar na formação de técnicos e promover projetos de vida dignos e adaptados à fase do envelhecimento.

Palavras-chave

Envelhecimento; violência doméstica; violência de género; violência sobre mulheres idosas; respostas sociais; mediação intercultural; projeto de vida.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the issue of domestic violence against the elderly population. Domestic violence remains one of the most pressing social problems today, while the ageing of the population continues to intensify. Given the scope and complexity of this phenomenon, it is increasingly important to conduct studies that deepen knowledge and raise public awareness of the issue. The main objective of this research is to identify the existing social responses for the protection and support of elderly victims of domestic violence. The study was based on nine interviews: five with

This dissertation focuses on the issue of domestic violence against elderly women—a growing social phenomenon that remains insufficiently studied in Portugal and represents one of the most pressing social problems today. Given its complexity, it is increasingly relevant to deepen knowledge and raise society's awareness about violence in later life.

The main objective of this research was to identify and analyze the social responses available for the protection and support of these victims, as well as to understand how their life projects are reconstructed after experiencing violence. To this end, nine semi-structured interviews were conducted: five with professionals from support institutions and four with elderly women victims of violence.

The findings reveal that, although there are existing responses targeting this age group in housing, social, and healthcare domains, significant gaps persist that hinder the reconstruction of these individuals' life projects. Challenges were also identified regarding access to information, lack of specialized human resources, and difficulties in the victims' identity reconstruction. The study highlights the urgent need to strengthen cross-sector public policies, invest in the training of professionals, and promote life projects that are dignified and adapted to the ageing process.

Keywords

Ageing; Domestic violence; Gender-based violence; Violence against elderly women; Social responses; Intercultural mediation; Life project.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Abreviaturas	ix
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico.....	4
1. A Violência Doméstica	4
1.1. Violência em Pessoas Idosas	6
1.2. Os Agressores.....	12
1.2.1. Cônjuges	13
1.2.2. Família	14
1.2.3. As instituições.....	15
1.3. A Legislação	17
2. A Mediação e Intervenção Social em pessoas Idosas	19
2.1. Respostas à População Idosa Vítima de Violência Doméstica.....	25
Capítulo II – Metodologia.....	28
1. Paradigma e Instrumentos Utilizados na Recolha de Dados.....	28
2. Procedimento e recolha de dados.....	31
Capítulo III - Apresentação e discussão de resultados.....	33
1.Respostas Sociais à População Idosa Vítima de Violência Doméstica.....	33
1.1 Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica	34
1.2. Acolhimento de Emergência	35
1.3. Casas Abrigo	36
2. Caracterização das Mulheres Idosas Entrevistadas.....	37
3. Perceção das Mulheres Idosas vítimas, sobre Violência Doméstica	40

3.1. O Projeto de Vida	43
4. O Apoio dos Técnicos	46
4.1. O Acolhimento e Acompanhamento	49
4.2. O Projeto de Intervenção/ Vida	53
5. A Mediação com Vítimas de Violência Doméstica	58
Conclusões	61
Referências Bibliográficas	65
Apêndices	71
Apêndice 2- Guião de Entrevista aos Técnicos que trabalham com vítimas de violência doméstica (sem auxílio de habitação temporária)	74
Apêndice 3 - Guião de Entrevista aos Técnicos que trabalham com vítimas de violência doméstica (com auxílio de habitação temporária)	76
Apêndice 4- Guião de Entrevista à Vítima que não passou por nenhuma casa abrigo	78
Apêndice 5 - Guião de Entrevista à Vítima que esta ou passou por uma casa abrigo	80
Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista a “Tânia” – Técnica	82
Apêndice 7 - Transcrição da Entrevista a “Paula” – Técnica	92
Apêndice 8 - Transcrição da Entrevista a “Marta” – Técnica	104
Apêndice 9 - Transcrição da Entrevista a “Patrícia e Ana” – Técnicas	116
Apêndice 10 - Transcrição da Entrevista a “Maria” - Vítima de violência por parte do marido	125
Apêndice 11 - Transcrição da Entrevista a “Mariana” - Vítima de violência por parte do marido	134
Apêndice 12 - Transcrição da Entrevista a “Josefina” - Vítima de violência por parte de uma filha	142
Apêndice 13- Transcrição da Entrevista a “Sara” - Vítima de violência por parte do marido	148

Apêndice 14 – Sinopse da Entrevista A “Vânia” – Técnica na Mulher Séc. XXI	
.....	158
Apêndice 15 – Sinopse da Entrevista A “Paula” – Técnica na Mulher Séc. XXI	
.....	162
Apêndice 16 – Sinopse da Entrevista A “Marta” – Técnica na Mulher Séc. XXI	
.....	166
Apêndice 17 – Sinopse da Entrevista A “Maria” – Vítima apoiada na Mulher Séc. XXI	
.....	171
Apêndice 18 – Sinopse da Entrevista A “Mariana” – Vítima apoiada na Mulher Séc. XXI	
.....	176
Apêndice 19 – Sinopse da Entrevista A “patricia e Ana” – Técnicas na Fundação Padre Américo	
.....	181
Apêndice 20 – Sinopse da Entrevista A “josefina” – Vítima apoiada na Fundação Padre Américo	
.....	187
Apêndice 21 – Sinopse da Entrevista A “Sara” – Vítima apoiada na Fundação Padre Américo	
.....	191

ABREVIATURAS

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

GEAV - Gabinete de Estudos e Atendimento à Vítima

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

RNAVVD – Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

RVD – Avaliação de Risco para situações de Violência Doméstica

TAV – Técnico de Apoio à Vítima

INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui um fenómeno social de natureza complexa, multidimensional e persistente, que atinge indivíduos independentemente da idade, género, classe social ou contexto cultural. Ainda que historicamente tenha sido associada maioritariamente a mulheres em idade ativa, importa reconhecer que as pessoas idosas também se encontram expostas a diversas formas de violência no seio familiar, frequentemente invisibilizadas pela sociedade e pelas próprias vítimas (WHO, 2015).

Como afirma Ana Valentim, a “violência doméstica tem percorrido gerações e durante anos as mulheres foram vítimas silenciosas de um comportamento social e culturalmente aceite e consentido” (Mulher Século XXI). Quando direcionada para pessoas idosas, este tipo de violência adquire contornos particularmente preocupantes, dado que se verifica uma vulnerabilidade acrescida relacionada com fatores como a fragilidade física, a dependência económica ou funcional, o isolamento social e o impacto cumulativo de experiências adversas ao longo da vida (Pillemer et al., 2016).

Nos últimos anos, em Portugal, têm vindo a surgir respostas sociais inovadoras que procuram dar resposta a esta realidade específica, nomeadamente, casas abrigo exclusivas para pessoas idosas vítimas de violência doméstica, projetos de intervenção multidisciplinares e estratégias centradas na reconstrução de projetos de vida orientados para a dignidade e bem-estar na velhice (CIG, 2021).

O presente trabalho debruça-se sobre o fenómeno da violência doméstica na população idosa, nomeadamente nas mulheres idosas, com particular enfoque na análise das respostas sociais existentes e na compreensão da forma como são estruturados os projetos de vida para estas pessoas. A escolha deste tema decorre da inquietação face à questão: quais são os projetos de vida possíveis para pessoas idosas vítimas de violência doméstica, muitas delas já reformadas, com filhos adultos e cujo desejo mais imediato reside, frequentemente, na procura de segurança, tranquilidade e dignidade?

Enquanto nas vítimas mais jovens, o projeto de vida pode incluir medidas como o acesso ao mercado de trabalho, a procura de habitação autónoma ou a reorganização

familiar em função de filhos menores, questiona-se que estratégias são pensadas para vítimas idosas, cuja grande parte do percurso de vida já decorreu.

A família, historicamente concebida como espaço de proteção, cuidado e afeto, revela-se em muitas situações, o principal contexto de risco e de vitimação para as pessoas idosas (Dias, 2010). Compreender o que se sucede após o pedido de ajuda e que recursos a sociedade disponibiliza a estas vítimas, torna-se pertinente descobrir.

Durante o desenvolvimento desta investigação, um dos principais desafios prende-se com a escassez de estudos específicos sobre a violência doméstica entre cônjuges idosos e com a dificuldade em entrevistar homens vítimas de violência doméstica. Grande parte da literatura incide sobre a violência exercida por filhos ou outros familiares ascendentes, deixando para segundo plano a violência entre relações conjugais de longa duração. Ainda assim, foi possível reunir alguns dados empíricos e teóricos que permitiram aprofundar e contextualizar o tema.

O objetivo central da investigação consiste em conhecer e analisar as respostas sociais existentes em Portugal para a proteção e apoio a pessoas idosas vítimas de violência doméstica, procurando compreender os percursos após o pedido de ajuda, os projetos de vida delineados e as práticas profissionais implementadas. Mais concretamente, definiram-se objetivos como identificar e caracterizar as respostas sociais especializadas dirigidas a vítimas idosas, conhecer os procedimentos e metodologias aplicadas pelos profissionais que intervêm nestes contextos e conhecer e analisar as experiências subjetivas das vítimas idosas acolhidas em respostas sociais, dando visibilidade aos seus percursos e expectativas.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa inserida num paradigma compreensivo, que permite captar as vivências e pontos de vista das pessoas idosas vítimas de violência doméstica e dos profissionais que intervêm nestes contextos. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, garantindo um aprofundamento dos testemunhos e das práticas institucionais, essenciais para a compreensão dos percursos de vida e das respostas sociais oferecidas.

Do ponto de vista estrutural, a dissertação organiza-se em três partes principais:

Na primeira parte, encontra-se a revisão bibliográfica e enquadramento teórico, onde se conceptualiza a violência doméstica, especificando a sua incidência na população idosa,

afunilando os perfis dos agressores e vítimas, analisando o quadro legislativo português e refletindo sobre a mediação em contextos de violência doméstica.

Na segunda parte, a metodologia, que descreve a opção por um paradigma compreensivo e uma abordagem qualitativa, operacionalizada através de entrevistas semiestruturadas realizadas a profissionais e a pessoas idosas vítimas, com o objetivo de recolher testemunhos e compreender práticas institucionais.

A terceira e última parte, foca-se na análise e discussão dos resultados, onde se apresenta a caracterização dos participantes, descreve-se as respostas sociais identificadas, reflete-se sobre os projetos de vida construídos para estas vítimas e discute-se o seu impacto na qualidade de vida e no sentimento de dignidade.

Com esta investigação, pretendeu-se contribuir para a produção de conhecimento sobre um fenómeno ainda insuficientemente estudado em Portugal, promovendo a consciencialização social e política e reforçando a necessidade de respostas sociais ajustadas à especificidade da população idosa vítima de violência doméstica.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo apresenta o enquadramento teórico da investigação, centrando-se na compreensão da violência doméstica, com especial enfoque nas pessoas idosas. São abordadas as diferentes formas de violência a que esta população está sujeita, incluindo a violência física, psicológica, sexual, financeira e institucional, analisando-se também os perfis dos agressores e o contexto em que os abusos ocorrem. O capítulo inclui ainda dados estatísticos recentes que evidenciam a prevalência e a gravidade do fenómeno, bem como o quadro legal em vigor em Portugal. Por fim, introduz-se a mediação e a intervenção social como ferramentas fundamentais na resposta e reconstrução dos projetos de vida das vítimas, proporcionando uma base sólida para a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes.

1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é hoje reconhecida como um problema global de saúde pública e justiça social, afetando pessoas de todas as idades e contextos (Cabral & Ferreira, 2013, como citado em Paulino & Costa, 2019). Trata-se de uma forma de exercício de poder de um indivíduo sobre o outro, sustentada por relações de desigualdade, frequentemente naturalizadas no seio familiar. A violência está relacionada com “o poder e à força de um determinado grupo, seja ele social ou familiar, contra os seres mais vulneráveis” (Lemos, 2022, p.21). Entre os mais vulneráveis encontram-se as crianças, as mulheres e os idosos. A Organização Mundial da Saúde (OMS), define violência como o

“uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (p.5).

Por sua vez, a Convenção de Istambul (Conselho da Europa, 2011) apresenta uma definição mais ampla de violência doméstica:

“todos os actos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem no seio da família ou do lar ou entre os actuais ou ex-cônjuges ou

parceiros, quer o infractor partilhe ou tenha partilhado, ou não, o mesmo domicílio que a vítima” (p.4).

Esta definição permite compreender que a violência doméstica pode ocorrer independentemente da coabitação entre agressor e vítima e abrange diferentes tipos de violência no contexto familiar ou relacional. Historicamente, a violência é um fenómeno que atravessa séculos e continua presente nas relações conjugais, familiares e comunitárias. Como afirma Pereira (2023), a violência doméstica foi, durante muito tempo, justificada como um meio de educação ou pedagogia, tanto nas relações parentais ou conjugais. Também Dias (2010) salienta que o reconhecimento da violência no contexto familiar pela comunidade científica e pública só nas décadas de 1960 e 1970 foi reconhecida com a identificação da “síndrome da mulher batida”. Após publicações de movimentos feministas, a atenção voltou-se para a violência e a opressão vividas pelas mulheres nos seus lares. A autora acrescenta que a violência era um aspeto comum no casamento, sustentada pelo princípio de que, pelo matrimónio, as mulheres perdiam a sua identidade legal, passando a ser representadas pelos homens. No século XVIII, uma lei de 1768 permitia que os maridos punissem fisicamente as esposas, desde que a vara utilizada não fosse mais grossa do que o polegar (Gelles, 1993, cit. in Dias, 2010). Também a violência entre pais e filhos era socialmente aceite como parte da educação (Straus, et al., 1998, cit in Dias, 2010). Nas escolas, esse fenómeno ganhou visibilidade, e debates sobre maus-tratos infantis chegaram até à Assembleia da República, em Portugal. Vieira (2016) menciona que se propôs a punição com pena de prisão para casos de maus-tratos, castigos, ofensas ou privação de liberdade (p. 82-83).

Nesse sentido, a violência acompanha a história da humanidade, como afirma Martins (2024), “transcendendo fronteiras religiosas, culturais, sociais e geográficas, estando mesmo, muitas vezes, na base de significativos episódios históricos” (p. 23). Este fenómeno abrange todas as faixas etárias, desde crianças até idosos, independentemente do género ou da posição atual. Qualquer pessoa pode ser vítima ou autora de um ato violento. A violência doméstica é muitas vezes associada à habitação comum entre cônjuges. Até há pouco tempo, era usada exclusivamente para designar agressões entre parceiros íntimos, enquanto o termo “maus-tratos” se reservava a crianças e idosos. Segundo Magalhães (2010), a expressão violência doméstica é usada no contexto de relações familiares ou equivalentes, ao passo que os maus-tratos se aplicam a práticas

em contextos institucionais de cuidado. (pp. 22-23). O National Research Council (cit. in Sani & Caridade, 2022) define maus-tratos como ações intencionais que colocam os idosos vulneráveis em risco, causadas por cuidadores ou pessoas da sua confiança. (p. 208). Importa ainda referir que, embora a violência contra as mulheres seja predominante nas estatísticas, também as crianças expostas a contextos violentos, seja como vítimas ou testemunhas, enfrentam consequências graves nas suas relações futuras. Como alertam Brum et al. (2021), essa exposição é um fator de risco para a perpetuação da violência no futuro. (p.4). Desde maio de 2000, a violência doméstica é considerada um crime público em Portugal, o que significa que não é necessária queixa por parte da vítima; qualquer cidadão pode e deve denunciar os factos de que tenha conhecimento.

1.1. VIOLÊNCIA EM PESSOAS IDOSAS

A violência contra pessoas idosas não constitui um fenómeno recente, podendo ser perpetrada por qualquer indivíduo, independentemente de existir uma relação de familiaridade ou apenas uma relação de confiança com a pessoa idosa. À medida que a idade avança, tende a instalar-se a perceção de que a pessoa idosa já não possui determinadas capacidades ou de que se encontra numa fase em que “não pode fazer mais nada”. Esta representação pode favorecer a ocorrência de diversas formas de violência, resultantes da tentativa de quem cuida ou convive de se impor e de sobrepor a sua vontade às decisões da pessoa idosa. A este fenómeno chama-se idadismo.

O Idadismo “surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos, excluir, estigmatizar e discriminar” (OMS, 2021). Este preconceito não apenas gera exclusão social e marginalização, mas também está associado a um maior risco de violência contra os idosos. O idadismo remete para a ideia de incapacidade e não para responsabilidade do ser humano idoso ou para o seu empoderamento. No *Relatório Mundial sobre o Idadismo*, a OMS refere fatores que aumentam o risco de incorrer neste tipo de discriminação, como “ser jovem, ser do sexo masculino, ansioso em relação à morte e ter menor grau de instrução” (OMS, 2021). Ainda segundo o mesmo relatório, o idadismo compromete a qualidade e condição de vida das pessoas idosas, pois intensifica o isolamento social, a solidão e, conseqüentemente, potencia a violência e o abuso contra esta faixa etária. (OMS, 2021).

O ano de 1977 foi considerado um marco histórico no processo de descoberta do fenômeno da violência doméstica contra as pessoas idosas. Este ano foi assinalado como um ponto de viragem, pois foi quando se iniciaram as investigações científicas sobre o tema. Apenas entre as décadas de 1970 e 1980 a violência passou a ser “reconhecida como um grave problema social” (Dias, 2005, p. 260). Embora o envelhecimento seja muitas vezes idealizado como um período de tranquilidade, muitos idosos enfrentam situações de violência justamente no espaço onde deveriam encontrar proteção: o lar. A violência doméstica contra a população idosa constitui um problema grave, que exige atenção urgente, embora já seja uma questão emergente há várias décadas. De acordo com Wolf & Pillemer (1989, cit. in Dias, 2004, p. 141), “os maus-tratos praticados sobre os idosos não são um fenômeno novo, nem exclusivo da sociedade”. Embora em Portugal a violência doméstica contra pessoas idosas já seja reconhecida continua a carecer de maior visibilidade. A velhice acarreta vulnerabilidades específicas — físicas, emocionais, sociais e económicas, a “vulnerabilidade física, psíquica e social à vitimação, este segmento da população é particularmente vulnerável” (Manual EMAV, s.d) A dependência de cuidadores, o isolamento e a fragilidade associada à idade são fatores que tornam o idoso particularmente exposto a abusos (Manual EMAV, s.d.; OMS, 2002). “O custo humano em sofrimento e dor, é claro, não pode ser calculado” (OMS, 2002, p. 3). Toda a pessoa que sofre ou sofreu violência carrega consigo dores e sofrimentos incalculáveis. No seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, a OMS define o abuso de idosos como “um ato de acontecimento ou omissão, que pode ser tanto intencional como involuntário. O abuso pode ser de natureza física ou psicológica, ou pode envolver maus-tratos de ordem financeira ou material.” (OMS, 2002, p.126). Acrescenta ainda que “qualquer que seja o tipo de abuso, certamente resultará em sofrimento desnecessário, lesão ou dor, perda ou violação de direitos humanos, e uma redução da qualidade de vida para o idoso” (p. 126). A violência pode não deixar marcas visíveis no corpo, mas o sofrimento emocional é profundo e duradouro. Com uma definição semelhante, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), caracteriza a violência contra pessoas idosas como:

“Qualquer ação ou omissão, única ou repetida, intencional ou não cometida contra uma pessoa idosa vulnerável e que atente contra a sua vida,

integridade física, psíquica e sexual, segurança económica ou liberdade ou que comprometa o desenvolvimento da sua personalidade.” (APAV, 2020).

O Conselho da Europa (2002, cit. in. APAV 2020), define a violência contra pessoas idosas como:

“todo o ato ou omissão cometido contra pessoa idosa, no quadro da vida familiar ou institucional e que atenta contra a sua vida, a segurança económica, a integridade física e psíquica, a sua liberdade ou que comprometa, gravemente, o desenvolvimento da sua personalidade.” (p.19).

Estas definições ilustram de forma clara as múltiplas dimensões do sofrimento vivido pelas vítimas idosas, seja em contexto familiar ou institucional. Isabel Dias (2005) acrescenta que o maus-tratos praticados contra idosos configuram um “comportamento destrutivo, dirigido a um adulto idoso, que ocorre num contexto de confiança e cuja frequência (única ou regular) não só provoca sofrimento físico, psicológico e emocional, como representa uma séria violação dos direitos humanos” (p. 262). Perttu & Laurola (2017) alertam que a violência contra mulheres mais velhas pode ser praticada por pessoas com as quais a vítima não tem relação de confiança, podendo ocorrer em contextos comunitários ou em instituições de cuidados. (p. 7). De facto, a perceção comum tende a associar a violência contra idosos a instituições, muitos idosos vivem nas suas próprias casas, onde deveriam sentir – se seguros. Vicente (2015, cit. in Lopes, 2022, p. 15-16), aprofunda esta realidade, afirmando que as vítimas idosas, independentemente do sexo, com idade igual ou superior a 65 anos, sentem-se inseguras e são sujeitas a atos de violência por membros da família, amigos vizinhos ou profissionais remunerados. Salaria ainda que o idoso é vulnerável a todas as formas de violência e, por vezes, nem se reconhece como vítima. Neste sentido, Berger & Maillouxx-Poirier (1995) afirmam que as vítimas idosas mais frequentes são “sobretudo as mulheres septuagenárias dependentes” (p.394). Para mulheres idosas, a violência de género pode estar relacionada não só ao abuso físico, psicológico e económico, mas também ao isolamento social e à invisibilização das suas experiências. O idadismo — preconceito baseado na idade — agrava esta situação, levando a uma maior negligência e a respostas sociais inadequadas que dificultam o acesso a apoios e proteção.

A pessoa idosa pode ser vítima de uma ou várias formas de violência em simultâneo. A violência física, visa causar dor e danos através da força física ou de objetos. (APAV, 2020). Isabel Dias (2005), refere que este tipo de violência pode originar a imobilidade, confusão e alterações comportamentais. (p. 262). A violência psicológica, por sua vez, tem como objetivo causar angústia e sofrimento emocional através de insultos, ameaças e humilhações. A violência sexual, refere-se a qualquer envolvimento sexual sem o consentimento do idoso. A violência financeira diz respeito à apropriação indevida do património do idoso. A negligência consiste na omissão ou recusa de prestar os cuidados, nomeadamente alimentação, higiene e de saúde. O abandono refere-se à cessação total de cuidados por parte do cuidador, deixando o idoso dependente de redes formais ou informais de apoio. (APAV, 2020). Adicionalmente, Dias (2005), observa que “é inesgotável a lista de práticas abusivas ilustradora da diversidade de maus-tratos a idosos” (p. 263). O idoso enquanto ser vulnerável, necessita de atenção, segurança e cuidados constantes. Quando é alvo de maus-tratos, o seu enfraquecimento físico e emocional agrava-se, dificultando inclusive a procura de ajuda. Apesar de a violência contra os idosos estar a ganhar visibilidade, continua a ser pouco discutida quando comparada com outras formas de violência doméstica. Na obra *Pessoas idosas uma abordagem global*, Berger, L & Maillouxx-Poirier (1995) afirmam que a violência contra idosos “toma cada vez mais amplitude” (p. 394). Os autores destacam ainda que muitos idosos receiam mais ser vítimas de violência do que enfrentar problemas de saúde ou solidão. (Lecours & Roy, 1982, cit. in Berger, L & Maillouxx-Poirier, 1995). Importa referir que as definições, políticas e conceções acerca da violência doméstica têm vindo a evoluir ao longo dos anos (Manita et al., 2009, p. 9). Este é um tema cada vez mais debatido, e os pedidos de ajuda têm aumentado. Neste contexto, as definições também evoluem, refletindo as novas realidades sociais.

A sociedade tende a associar a velhice à dependência e fragilidade, o que, aliado ao isolamento e à solidão, cria um ambiente propício para a perpetuação do abuso, especialmente no contexto doméstico. Reconhecer o idadismo e suas implicações é fundamental para desenvolver políticas eficazes de prevenção e intervenção. A violência contra idosos reflete uma violação grave dos direitos humanos e exige uma resposta social integrada e especializada. É um fenómeno que transcende fronteiras e desafia tanto as políticas públicas como os modelos familiares tradicionais.

Segundo estatísticas da APAV, entre os anos de 2021 e 2023, foram apoiadas pela instituição cerca de 4.793 vítimas. Em 2023, foram acompanhadas 1.671 pessoas idosas vítimas de crimes e de violência, um crescimento significativo em relação ao ano de 2022, onde foram apoiadas 1.528 pessoas. (APAV 2021 – 2023). As estatísticas de 2023, revelam que o sexo feminino continua a prevalecer entre as vítimas, com 1.283 relativos a mulheres, principalmente com idades entre os 65 e 69 anos. No entanto, também há vítimas mais idosas: pelo menos 89 pessoas tinham mais de 90 anos. O local onde os crimes ocorrem com maior frequência são as habitações partilhadas com o agressor, com 822 idosos. Estas residências podem ser partilhadas com filhos ou com o cônjuge. Quanto à relação entre a vítima e o agressor, observa-se uma proximidade significativa: em grande parte dos casos, os agressores eram os próprios filhos (540 casos), seguidos pelos cônjuges (370 casos) (APAV, 2021-2023).

Comparando com o período de 2013 a 2020, foram registados 10.307 processos de apoio, dos quais 8.458 envolveram pessoas idosas vítimas de crime e violência. (APAV, 2013-2020). Nota-se que o número de casos não apresenta uma regularidade, mas há uma tendência de crescimento nas denúncias, apesar de pequenas oscilações anuais. Mais recentemente, no ano de 2024, embora sem dados específicos por faixa etária, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), reportou 6.879 ocorrências registadas pela PSP e GNR no primeiro trimestre. Esse número subiu para 7.738 no segundo trimestre e para 8.415 no terceiro, evidenciando um aumento contínuo nas ocorrências de violência. (CIG, 2024). A APAV, no ano de 2024, apoiou 4.178 pessoas idosas vítimas de violência doméstica, sendo um número que se encontra em crescente desde alguns anos. A violência contra pessoas idosas não é um problema exclusivo de Portugal. Em outros países, este fenómeno ocorre, embora com visibilidade variável. Segundo o Projeto Envelhecimento e Violência (2014), Espanha apresentava a menor taxa de violência contra idosos com (0,8%), seguida pela Alemanha (3.1%). Já Israel apresentava uma taxa bastante elevada, com 18.4%. (Instituto Nacional de Saúde, 2014, p. 11). Em 2017, a OMS afirmou que, em 52 estudos realizados em 28 países de diferentes regiões, foi identificada uma taxa elevada de abuso contra idosos: um em cada seis idosos com 60 anos ou mais é vítima de algum tipo de abuso (OMS, 2022). Em contrapartida, Portugal, apresenta umas das maiores taxas de violência doméstica contra pessoas idosas, 34,9%. (OMS, 2011 cit. in Paulino & Costa, 2019). Ainda de acordo com esta organização, no “Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer

y violencia doméstica contra la mujer”, realizado em 2005 com mulheres de pelo menos 10 países de baixa e média renda, verificou-se que entre 15% das mulheres no Japão e 71% na Etiópia sofreram violência física ou sexual por parte do seu parceiro. Entre 0,3% e 11,5% relataram violência sexual cometida por alguém que não era o seu parceiro (OMS, s.d.). O “Relatório mundial sobre violência e saúde” também destaca que, na África Subsaariana, muitas meninas são forçadas a manter relações sexuais com parceiros e até com homens desconhecidos (OMS, 2002).

Apesar da relevância dos dados estatísticos apresentados, estes estão longe de refletir a totalidade dos casos. Muitos atos de violência não são denunciados, seja por vergonha, por medo de represálias familiares ou pelo estigma social. Isso reforça a necessidade de continuar a sensibilizar a sociedade e fortalecendo mecanismos de proteção para a população idosa.

A violência de gênero é uma expressão da desigualdade estrutural entre homens e mulheres, manifestando-se de diversas formas e com impactos específicos nas mulheres idosas. Esta população enfrenta uma dupla vulnerabilidade, resultante da combinação do gênero e da idade, o que implica enfrentar tanto o sexismo quanto o idadismo.

A violência de gênero, segundo Dália Costa (2010), “é perpetuada pelas normas socioculturais reforçando o diferencial de poder masculino” (p. 90), ou seja, desde muito cedo, que é normativo e reforçado que o homem tem privilégios que as mulheres não o têm, formando questões em volta do físico, da hierarquia e no respeito pelo outro. A sociedade portuguesa, atualmente, ainda oferece valores e privilégios na sua grande maioria aos homens, devido ao seu poder inculcado desde muito cedo nas famílias: “o físico do homem é superior, o homem é que trabalha na família, este é que sobe hierarquicamente mais na empresa”. O mesmo acontece na violência entre pessoas idosas, onde o homem idoso usa a sua força superior, para atingir a sua esposa, tendo medo de perder a sua honra e o “valor de homem”, caso não mande na sua esposa e esta não faça o que ele deseja. Dalila Cerejo (2014) salienta que no passado, a violência de gênero, era praticada na esfera familiar, de forma silenciosa, devido aos “contornos que remetem aos modelos e estereótipos de gênero.” (p. 37). Para além disso, refere que muitas mulheres vítimas de violência, não denunciavam os seus cônjuges agressores, por terem sido sempre inculcadas que devem ser submissas ao homem com quem casaram, aceitando as agressões, de que são alvo.

A diferenciação entre homens e mulheres tem sido cada vez mais debatida e desmistificada em relação ao conceito de que a mulher não é capaz.

1.2. OS AGRESSORES

Mulheres, homens ou crianças todos podem ser vítimas de violência, contudo, também podem ser eventuais agressores. Manita (2005) afirma que a maioria dos agressores são homens e que, de forma geral, as vítimas são mulheres (cit. in Ribeiro, 2016, p.28). De modo semelhante, o Projeto SAFE (Intervenção e Prevenção nos Maus-Tratos à Pessoa Idosa), refere que “as mulheres idosas são geralmente mais vítimas do que os homens e a maioria dos agressores são homens.” (SAFE, 2017, p. 13). Esta realidade é confirmada pelos dados mais recentes da APAV, que revelam que, em 2023, os homens foram os principais agressores em casos de violência contra pessoas idosas, totalizando 942 indivíduos do sexo masculino. Quando se trata de violência doméstica contra mulheres, o pensamento recai quase automaticamente sobre o cônjuge como o autor das agressões. No entanto, no caso específico das pessoas idosas, o perfil do agressor é mais diversificado, podendo incluir o próprio cônjuge, outros membros da família – como filhos ou netos – e até profissionais de instituições onde os idosos residem. Como afirmam Johannesen & Logiudice (2013), “o sexo do agressor não surge nos estudos com tendência clara para o fator de risco” (cit. in Paulino & Costa, 2019, p.109). Por outro lado, ao analisarmos as características do agressor, certos fatores são recorrentes. A presença de comportamentos aditivos, como o consumo abusivo de álcool, substâncias psicoativas ou envolvimento com jogos de azar, é frequentemente associada à prática de atos violentos. Indivíduos com essas dependências tendem a ter maior dificuldade em controlar impulsos, o que compromete a sua capacidade de manter relações estáveis e seguras, inclusive com as suas companheiras. (Johannesen & Logiudice, cit. in Paulino & Costa, 2019, p.109). Além disso, outros fatores frequentemente identificados como causas da violência incluem perturbações mentais e psicológicas, como a depressão, o isolamento social e dificuldades nas relações interpessoais (Minayo, 2006). A APAV no seu manual *Títano*, destaca ainda que indivíduos que enfrentam sobrecarga de responsabilidades, elevados níveis de stress, histórico familiar de violência, demência ou ausência de redes apoio, podem igualmente tornar-se autores de atos violentos. (APAV, 2010).

1.2.1. CÔNJUGES

Atualmente, a maioria da sociedade já não identifica os companheiros ou maridos como “homens dominantes”, nem as mulheres como “dependentes”. Vivemos um processo de transformação social, onde se promove, cada vez mais, a igualdade de gênero. No entanto, nem sempre foi assim. Como referido anteriormente, durante décadas, o homem era considerado o chefe de família, o único responsável por prover financeiramente o lar, enquanto à mulher cabia o papel de submissa, obediente e dedicada exclusivamente às tarefas domésticas e à educação dos filhos. Muitas pessoas idosas, por terem sido educadas nesse contexto, ainda reproduzem essa perspectiva, o que pode resultar na manutenção de comportamentos abusivos – em especial, por parte dos companheiros – que, em alguns casos, culminam em situações de violência. Pierre Bourdieu (2007 cit. in Vieira, Marques, Silva, Vieira & Margarido, 2018), afirma que “algumas mulheres ainda se posicionam como dependentes e submissas aos homens”, acrescentando que muitas “ainda consideram o homem, como seu dono, o dono da casa, dono das decisões” (p. 81). Gomes et al. (2007, cit. in Martins & Bartilotti, 2015), complementam este entendimento ao destacar que os papéis de gênero foram transmitidos de geração em geração. Segundo estes autores, ensina-se que o menino deve de ser como o pai: forte, insensível e sem expressar sentimentos; enquanto à menina cabe ser como a mãe: doce, dependente e insegura. Fonseca & Lucas (2006, cit. in Martins & Bartilotti, 2015) referem ainda que a sociedade tradicionalmente ensina que as mulheres devem ser delicadas, obedientes e submissas, e os homens, os provedores e chefes do lar. Assim, muitos idosos foram educados num modelo patriarcal rígido, em que os homens eram os detentores do poder e as mulheres, subordinadas. Por isso, é comum haver dificuldade, especialmente entre os mais velhos, em compreender que qualquer forma de violência – física, emocional, psicológica ou financeira - deve ser denunciada.

O Projeto SAFE destaca que, em investigação realizada, cerca de 50% dos agressores de mulheres idosas são os próprios companheiros. Esta mesma investigação revela que os tipos de abusos mais frequentes nestes casos são os de ordem emocional, financeira e a violação dos direitos fundamentais da vítima. Dados do Gabinete de Estudos e Atendimento à Vítima (GEAV), corroboram essa realidade, indicando que “90% dos

casos de violência registados em Portugal, os agressores são do sexo masculino” (Ramos, 2011, p. 15). Importa sublinhar que a violência no contexto conjugal raramente se inicia com agressões físicas. De acordo com Galvão e Andrade (2004, cit. in Martins & Bartilotti, 2015), o início do ciclo violento é muitas vezes “lento e silencioso”, marcado pelo controlo e pela limitação da liberdade individual da vítima. A violência emocional e psicológica aparece disfarçada de ciúme, cuidado ou preocupação, tornando-se difícil de identificar numa fase inicial. Ao longo do tempo, o agressor ganha segurança e sente-se cada vez mais poderoso. Alain Samson (2010), na sua obra *A Violência Doméstica*, explica que o agressor passa a acreditar que está a agir corretamente, pois os comportamentos violentos proporcionam-lhe domínio, respeito e obediência. A sua opinião torna-se a única válida dentro da relação, tornando impensável qualquer forma de contestação ou oposição por parte da esposa. (pp. 74-76). Frequentemente, alternando os episódios de violência com momentos de afeto, o agressor tenta justificar os seus atos dizendo que são motivados pelo amor, levando a vítima a acreditar que se trata de uma relação saudável. Tal dinâmica dificulta ainda mais o reconhecimento da violência e, conseqüentemente, a sua denúncia.

1.2.2. FAMÍLIA

Além do cônjuge, outros membros da família da vítima podem igualmente ser autores de atos violentos contra pessoas idosas. Esta realidade está muitas vezes associada ao facto de, quando o idoso começa a necessitar de apoio, serem os próprios familiares a assumir o papel de cuidadores e principais prestadores de suporte. Com frequência, são os filhos ou filhas, genros, noras e até netos que se tornam os responsáveis diretos pelo cuidado dos idosos. (Minayo, 2006, cit. in Ramos, 2011, p. 13). Segundo Celeghini (2023), o abuso em contexto intrafamiliar ocorre no ambiente doméstico, geralmente na residência partilhada entre o idoso e o seu cuidador- o qual pode ser um familiar, amigo, vizinho ou mesmo um cuidador formal (p.15). Conforme o idoso vai perdendo a autonomia, é habitual que se mude para a casa de familiares, sendo essa responsabilidade, na maioria das vezes, assumida pelos filhos ou filhas. Contudo, é precisamente nesse contexto de coabitação familiar que frequentemente ocorrem situações de maus-tratos. Em 2023, a APAV apoiou 540 idosos que foram vítimas de crimes perpetradas pelos próprios filhos. (APAV, 2021-2023). De acordo com Minayo (2006), a agressão familiar apresenta padrões específicos, ocorrendo, por exemplo,

quando o idoso reside com o agressor, quando o filho ou filha é financeiramente dependente do idoso, ou, em sentido contrário, quando é o idoso que depende economicamente da família e necessita de apoio para a sua sobrevivência. (p. 106). Ainda segundo o mesmo autor, os abusos financeiros e económicos são predominantemente praticados por familiares, estando muitas vezes associados à disputa por bens patrimoniais e imóveis pertencentes ao idoso. Em muitos casos, os familiares vendem ou usam tais recursos sem o consentimento da vítima, podendo mesmo levar à sua expulsão da habitação. (Minayo, 2006). Para além da componente económica, há diversos fatores que podem contribuir para a prática de violência por parte dos cuidadores familiares. Entre eles destacam-se: o excesso de responsabilidades acumuladas pelo cuidador, o cansaço extremo por ausência de apoio de outros membros da família, o uso de substâncias psicoativas, o stress, a vivência prévia de situações de violência no seio familiar, a falta de preparação para o cuidado, as dificuldades em compreender as doenças do idoso, ou até mesmo problemas de saúde do próprio cuidador. (Celeghini, 2023). Estes fatores, quando não adequadamente geridos, podem resultar num cuidado negligente ou até abusivo, com consequências graves para o bem-estar físico e emocional do idoso.

1.2.3. AS INSTITUIÇÕES

A mudança de residência do idoso, do seu lar para a instituição, é frequentemente vivida com sentimentos negativos, tanto por parte do próprio como da sua família. Esta transição implica uma nova adaptação, uma rotina diferente e a entrega do cuidado a pessoas desconhecidas, o que pode gerar inseguranças e receios. De acordo com Lígia Ribeiro, a institucionalização representa, para muitos idosos “a última etapa da sua trajetória de vida, sem qualquer expectativa ou possibilidade de retorno, podendo prejudicar a funcionalidade nas atividades de vida diária” (Ribeiro, 2008, p.48). Muitos idosos, ao deixarem o conforto das suas casas, sentem-se abandonados e rejeitados pelas pessoas em quem mais confiam: os seus familiares. Como afirma Idalina Rosas (2015), na sociedade portuguesa, a entrada num lar é muitas vezes “interpretada como demonstração de desinteresse ou abandono do idoso pelos seus familiares” (p. 23).

Apesar de as instituições de apoio à terceira idade terem como finalidade prestar cuidados adequados aos idosos e aliviar a sobrecarga dos cuidadores familiares, nem

todas as estruturas garantem condições dignas ou seguras. Com frequência, a comunicação social denuncia situações de ilegalidade, ausência de condições de higiene, segurança e habitabilidade (Paulino & Costa, 2019, p. 122)

Segundo a OMS (cit. in Celeghini, 2023), o abuso institucional caracteriza-se por:

“qualquer legislação, programa, procedimento, ato ou omissão, provenientes dos poderes públicos ou privados, ou derivados do desempenho individual do seu profissional, que leva a abuso, negligência ou detrimento de saúde, segurança, estado emocional ou estado de bem-estar físico, ou que os direitos dos cidadãos não respeitados” (p.17).

O termo “institucional”, segundo o mesmo autor, refere-se a diversos tipos de estruturas, como hospitais, centros de acolhimento ou unidades de cuidados continuados. Apesar de os profissionais que prestam cuidados em instituições estarem cada vez mais qualificados, há fatores que contribuem significativamente para a ocorrência de maus-tratos, como a falta de formação adequada, salários baixos, sobrecarga de trabalho, escassez de recursos e estruturas físicas desajustadas às necessidades dos idosos. (Celeghini, 2023). A OMS (2002), acrescenta que a má assistência pode também decorrer de falhas nos cuidados de enfermagem, alimentação inadequada, insuficiente acompanhamento geriátrico e más relações entre os membros da equipa, agravadas por condições laborais precárias. Além disso, as diferenças culturais entre cuidadores e utentes podem acentuar o risco de conflitos e de desrespeito pelos direitos dos idosos. (p. 133). Minayo (2003, cit. in Paulino & Costa, 2019, p.123), categoriza os fatores que contribuem para a violência institucional em três grandes dimensões explicativas:

- **Fatores macrossociais**, como a cultura da violência e os conflitos intergeracionais;
- **Fatores institucionais**, que se relacionam com as deficiências infraestruturas e na gestão organizacional;
- **Fatores individuais**, que incluem questões morais, valores éticos, desgaste físico e emocional dos profissionais, bem como a sua sensibilidade (ou falta dela) para o sofrimento alheio.

Assim, embora as instituições de apoio devam promover a autonomia, independência e bem-estar dos idosos, muitas vezes acabam por assumir integralmente o controlo da sua rotina, o que pode resultar em formas de violência, sobretudo quando os profissionais não estão preparados ou não dispõem dos recursos necessários para oferecer um cuidado digno e respeitador.

1.3. A LEGISLAÇÃO

O tema da violência doméstica é de extrema complexidade e, por isso, tem sofrido diferentes alterações ao longo dos anos. Durante muito tempo, a mentalidade cultural portuguesa foi dominada pelo ditado “entre marido e mulher não se mete a colher”, o que refletia a ideia de que ninguém devia interferir na esfera privada do casal ou da família. Assim, mesmo perante episódios de violência, apenas as vítimas tinham legitimidade para apresentar queixa. Contudo, a partir do ano 2000, a legislação portuguesa foi alterada, a violência doméstica passou a ser considerada um crime de natureza pública, (Pereira, 2023). Isso significa que qualquer cidadão pode apresentar queixa, caso presencie, ouça ou tenha conhecimento de atos de violência doméstica, sendo inclusive um dever cívico denunciar, de modo a evitar consequências trágicas. Após a denúncia, cabe ao Ministério Público dar seguimento ao processo judicial. O artigo 152.º do Código Penal, publicado no Diário da República, aborda o crime de violência doméstica, indiciando que é agressor quem infligir maus-tratos, físicos ou psíquicos, castigos corporais, privação de liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso de recursos económicos. Embora o artigo não delimite faixas etárias específicas, a alínea d), menciona expressamente “as pessoas particularmente indefesas”, categoria que inclui os idosos, dada a sua vulnerabilidade física e emocional. (Decreto-lei n.º 48/95, 2024). Complementarmente, o artigo 152.º-A, trata do crime de maus-tratos, aplicando-se à pessoa que tenha ao seu cuidado, ou sob a sua responsabilidade, alguém particularmente indefeso, seja por idade, deficiência, doença ou gravidez. Estes maus-tratos podem ser físicos, psicológicos, ou ainda envolver castigos corporais, privação da liberdade ou tratamento cruéis e degradantes (Decreto-lei n.º 48/95, 2024). Deste modo, quando um idoso é vítima de violência praticada pelo cônjuge, aplica-se o artigo 152.º ao agressor. Por outro lado, se a violência for exercida por um cuidador – seja no domicílio ou numa instituição – aplica-se o artigo 152.º-A, tendo em conta a responsabilidade assumida por este cuidador. Apesar destes enquadramentos legais,

Portugal ainda não possui uma legislação específica que criminalize, de forma especial, os atos de violência praticados contra idosos (Martinho, 2016). Ainda assim, como observa o mesmo autor, muitos comportamentos agressivos podem ser tipificados como crimes no Código Penal. Por exemplo:

- Violência física: enquadrada nos crimes de ofensa à integridade física (artigos 143.º e 147.º);
- Violência psicológica: pode ser classificada como ameaça ou coação (artigos 153.º e 154.º);
- Violência sexual: nos casos em que há contacto sexual sem consentimento, pode ser aplicada a norma sobre violação de pessoa incapaz de resistência (artigo 165.º);
- Violência financeira: quando há uso ou apropriação indevida de bens, pode configurar os crimes de furto ou roubo (artigos 203.º e 210.º);
- Negligência: é punida ao abrigo do artigo 15.º, quando o agressor falha na prestação dos cuidados devidos à vítima sob sua responsabilidade (Martinho, 2016, pp. 55- 56).

Após a denúncia de um crime de violência doméstica, a vítima adquire o chamado “estatuto de vítima”, que lhe confere um conjunto de direitos previstos na Lei 112/2009, nomeadamente:

- Direito à informação (sobre onde denunciar, quem procurar, e que serviços estão disponíveis para apoio);
- Direito à proteção (incluindo segurança pessoal e proteção de dados);
- Direito a indemnização e à restituição de bens;
- E outros direitos previstos na secção I, relativos à atribuição, aos direitos e à cessação do estatuto de vítima.

2. A MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL EM PESSOAS IDOSAS

Aprender a respeitar e a conviver com os outros deveria ser um ato natural do ser humano. No entanto, a realidade demonstra que os conflitos estão frequentemente na superfície das relações humanas. Como afirma Jares (2007 cit. in Ribeiro, 2016), “conviver é viver com os outros, o que nem sempre é fácil”. Todos somos diferentes, e é justamente essa diversidade que torna o ser humano único. A diferença, no entanto, pode gerar desentendimentos e tensões, que deveriam ser resolvidos através do diálogo e da partilha de pontos de vista distintos. Nem todos, porém, têm a mesma capacidade de lidar com os conflitos e, muitas vezes, a violência surge como forma de reação. A mudança de comportamentos violentos é urgente. Embora a violência sempre tenha existido – entre pessoas ou entre nações - é possível viver de forma pacífica, desde que haja prática interventivas e recorra-se à mediação como ferramenta fundamental. Segundo Six (1990, cit. in Correia 2024), a Mediação sempre existiu, pois, a necessidade de resolver conflitos e estabelecer ligações diante da discórdia é intrínseca ao ser humano. Em Portugal, a mediação começou a ganhar espaço a partir da década de 1990, impulsionada por programas comunitários voltados para a inserção socioprofissional de grupos sociais desfavorecidos (Vieira & Vieira, 2016). Desde então, tem-se expandido para diversas áreas: política, laboral, judicial, educacional, intercultural e comunitária. José Silva (2021), considera que a mediação “sempre foi fundamental na transformação humana”, pois capacita o indivíduo para se tornar o agente das suas próprias mudanças. A mediação permite a reflexão sobre o passado, favorecendo atitudes mais construtivas no futuro. O objetivo da mediação é permitir que as partes envolvidas em conflito cheguem a um consenso – que, a partir de diferentes perspectivas, construam pontes relacionais. Como referem Vieira & Vieira (2016), “a mediação intercultural é, assim, uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais”. O mediador intercultural, com base nas suas competências, promove a autonomia dos envolvidos, capacitando-os a serem os protagonistas das suas vidas. Estes autores destacam que a finalidade da mediação intercultural é o *empowerment*. (p. 27). Tem, assim, como missão valorizar o ser humano, ensinando-o a lidar com os seus conflitos e com a diversidade de perspectivas, promovendo a construção de “pontes sociais”. Para isso, é fundamental compreender ambos os lados do conflito. Silva (2021) salienta ainda que a mediação

exige uma transformação de dentro para fora, em que os intervenientes devem desenvolver a empatia, saber colocar-se no lugar do outro e alcançar um entendimento mútuo (p. 45). Torremorell (2008) partilha uma visão semelhante, afirmando que os processos de mediação servem para construir pontes entre os conflitos e os envolvidos, assentando uma das partes que nos ajudarão a cruzar o rio em ambos os sentidos. Para o autor, é necessário criar um futuro mais humanizado, no qual compreender o outro é tão essencial quanto construir acordos. A mediação intercultural ultrapassa a simples resolução de conflitos: é um processo educativo e social, com impactos positivos esperados a nível coletivo. Como refere Silva (2011), “não a reduz a mera prática alternativa de resolução de conflitos, mas coloca-a no palco da regulação social”. Assim, a mediação intercultural não visa apenas solucionar problemas, mas promover a aceitação das diferenças, contribuindo para a coesão social. Contudo, mediar não se resume a capacitar o outro a tomar decisões. Implica também saber escutar, compreender, tolerar e respeitar - mesmo quando se discorda (Vieira & Vieira, 2016).

A violência resulta bastas vezes de conflitos interpessoais, muitas vezes motivados por exaltações familiares, fatores mentais ou dificuldades financeiras, deixando as vítimas sem situação de vulnerabilidade. A mediação intercultural aplicada em contextos de violência tem, aos poucos, vindo a adquirir maior relevância, propondo um trabalho conjunto com o outro e não apenas para o outro. Como observa Ribeiro (2016), pretende-se procurar “uma via pacificada para enfrentar os conflitos num ambiente de crescimentos, aceitação, aprendizagem e respeito mútuo, procurando equidade e compromisso informado superando a violência” (p.5). Torremorell (2008), reforça essa visão, afirmando que a mediação “estimula as capacidades de inovação do indivíduo e da sua comunidade, está destinada a dar coesão às nossas sociedades plurais em vez de segregar pessoas ou extirpar contundentemente condutas identificadas como daninhas”.

Segundo Jares (2003) refere que o ser humano constrói-se não apenas na convivência com o outro, mas também a partir dos conflitos que vivência, sendo esses momentos de oportunidade de crescimento. Vieira (2016), destaca que o conflito pode conduzir a uma “transformação pessoal e social que pode representar uma riqueza no relacionamento pessoal” (p.108). Nesse sentido a mediação não surge apenas como um mecanismo de resolução de conflitos, mas também como uma importante ferramenta preventiva, transformativa e restaurativa, ao serviço da comunidade. Através da mediação, os

indivíduos são encorajados a gerir os seus conflitos de forma autónoma e respeitosa, promovendo uma convivência pacífica e baseada na compreensão mútua.

A comunidade é formada por pessoas que habitam no mesmo bairro ou aldeia, podendo existir uma delimitação física, mas também uma partilha de ideias e valores, ainda que diferentes (Vieira, Marques, Silva, Vieira & Cristóvão, 2018). É nas comunidades que surgem as linhas separadoras entre “nós” e os “outros”, criando assim uma fronteira que gera distanciamento em relação à restante população e às suas atividades. Ou seja, a mediação comunitária visa construir e reconstruir as interações sociais quotidianas (Vieira et al., 2018). O mediador comunitário tem como principal função promover a autonomia e a inserção social das pessoas da comunidade, para que estas se tornem ativas e participativas nas áreas sociais da sua aldeia ou bairro. Maria Marques (2019), destaca ainda que essa mediação permite fornecer “assistência às pessoas sobre os seus direitos e deveres, para estas poderem conhecê-los e praticá-los (...) para a construção da cidadania, da integração e inclusão dos sujeitos na sociedade” (p. 33). O interventor promove o caminho pessoal de cada indivíduo, enquanto direciona os envolvidos para uma articulação de culturas, ideias e valores. A este respeito, Félix (2015) salienta que a intervenção comunitária pretende abrir caminhos para o reconhecimento das culturas, levando cada indivíduo a tomar consciência do que pode aprender com o outro (p. 2). Assim, a mediação comunitária permite que o indivíduo para além de conhecer a cultura do outro, também reconheça a sua história de vida, reaproximando-os da interajuda e promovendo a empatia.

A Mediação Preventiva consiste em “facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas com códigos culturais diferentes” (Vieira & Vieira, 2016, p. 59). Esta não se aplica apenas a pessoas de culturas distintas, mas deve ser implementada desde cedo em escolas e comunidades, como objetivo de reduzir conflitos, facilitar a comunicação entre os pares e fomentar a capacidade de aceitar e resolver divergências, mesmo que mínimas, criando condições para um clima relacional positivo (Silva, 2021). No contexto da violência, a mediação preventiva permite inculcar novos hábitos e competências desde cedo, seja em crianças, jovens ou adultos, os quais poderão vir a cuidar de pessoas idosas. Saber mediar, compreender e conviver com o outro torna as situações futuras mais leves e humanas. Torremorell (2008), salienta que “a mediação funciona preventivamente quando a sua presença num determinado meio possibilita caminhos de consenso e dissentimento, antecipando o uso da razão ao uso da força e

evitando, na medida do possível, ações destrutivas e irreversíveis” (p. 38). A prevenção permite uma maior capacitação e sensibilidade no olhar para o outro em situações futuras. Estas medidas preventivas, executadas na sociedade podem também sensibilizar para o combate ao idadismo que tal como referido anteriormente “surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças” (OMS, 2021) e que assenta em estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias dirigidas com base na idade.

As intervenções educativas e o contacto intergeracional surgem como medidas preventivas eficazes. As atividades educacionais contribuem para o desenvolvimento da empatia, para a redução do preconceito e para a sensibilização sobre o cuidado com os mais velhos. O contacto intergeracional, por sua vez, promove ligações significativas entre diferentes gerações, favorecendo o respeito e a solidariedade. No âmbito da violência, pode-se ainda aplicar a mediação transformativa. Segundo Leite (2018), esta “tem a função de transformar as relações, através do diálogo construtivo, pacificando as mesmas ou, senão, as tornando mais negociáveis” (p.110). Silva (2018, cit. in, Rodrigues, 2021), menciona que esta mediação promove a “transformação das pessoas, dos contextos, das situações e das interações” (p.26). Desconstruir relações violentas não se resume apenas a encontrar uma habitação segura ou restabelecer rotinas, mas exige tempo, reconstrução da confiança e desenvolvimento de relações baseadas no diálogo. Neste sentido, o mediador transformativo deve atuar tanto com a vítima como com o agressor, promovendo o diálogo e a busca por soluções consensuais (Leite, 2018). Esta mediação pode ser útil em contextos familiares marcados por conflito, funcionando como ferramenta de prevenção. Rodrigues (2021), afirma que a mediação transformativa visa a “melhoria da relação e da comunicação”. De acordo com Rodrigues, Vilaça & Ferreira (2020, cit. in Rodrigues, 2021), este tipo de mediação procura transformar comportamentos, pensamentos e atitudes, fomentando relações mais saudáveis e respeitadas (p.27).

As práticas restaurativas têm sido alvo de estudos e implementação nos casos de violência doméstica, embora ainda se encontrem em fase de exploração. A mediação restaurativa orienta os intervenientes para o diálogo e para a escuta ativa, permitindo que expressem os seus sentimentos e problemas, de forma que a conversação se torne um meio de resolução (Martins, Silva & Almeida, 2019). A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), possui um modelo restaurativo dedicado à mediação entre

vítima e infrator. Este modelo é pautado pela voluntariedade de ambos os intervenientes e tem como finalidade possibilitar que a vítima se encontre com o infrator, na presença de um terceiro elemento: o mediador. Nessas sessões, o objetivo é que a vítima expresse os seus pontos de vista e sentimentos acerca do crime que sofreu, podendo confrontar o infrator, sobre os atos que cometeu. Este, por sua vez, tem a oportunidade de assumir os seus erros, pedir desculpa e responsabilizar-se pelos atos negativos que causou na vida da vítima. (APAV, 2025).

O papel do mediador não impõe um acordo entre as partes, mas sim em promover a interação, de modo que os intervenientes construam uma solução justa para ambos, identificando “os atos necessários à reparação” (APAV, 2025). Pode ainda ocorrer uma mediação direta, em que os intervenientes se encontram cara a cara, ou uma mediação indireta, na qual apenas um dos intervenientes se encontra com o mediador, sendo este responsável por transmitir oralmente os contributos do outro interveniente. Esta última modalidade ocorre quando um dos indivíduos se recusa encontrar com o outro. (APAV, 2025). Segundo a mesma fonte, este modelo de mediação já se encontra aplicado em diversos países. Considera-se que é, de facto, de extrema importância, pois permite à vítima expressar os seus sentimentos relativamente à violência sofrida, e possibilita que o agressor compreenda o impacto das suas ações. Em contrapartida, é igualmente relevante que o infrator tenha oportunidade de partilhar as razões que o levaram a cometer tais atos. É necessário reparar algumas das marcas pessoais que a violência deixa, para que a vida da vítima possa prosseguir. No entanto, reconstruir vínculos tem também uma importância extrema. Torremorrel (2008) enfatiza essa ideia, referindo que “quando o conflito está já instalado, e sobretudo se tiver acontecido de forma violenta, o papel da mediação consiste em reconstruir vínculos e relações destruídas ou deterioradas” (p. 38).

A intervenção social baseia-se na transformação pessoal do indivíduo, com vista à melhoria da sua convivência, o que vai muito além da mera gestão de conflitos. (Munõz, 2022, cit. in Correia, 2024). Os conflitos provocam a fragmentação das comunidades, pelo que a intervenção de um mediador promove a convivência e a comunicação de forma harmoniosa entre ambas as partes da “ponte”. A transformação deve ser realizada por ambos os intervenientes, para que as estratégias adotadas resultem em relações mais positivas. As intervenções com vítimas de violência doméstica centram-se no apoio psicológico e na construção de um novo projeto de vida.

Este projeto é elaborado em conjunto com os técnicos interventores e as vítimas, abordando temas pessoais, profissionais e ambições futuras que a vítima gostaria de alcançar.

Os idosos, apesar de se encontrarem numa fase mais avançada da vida, continuam a ter um futuro. E, apesar das violências sofridas, continuam a necessitar de construir a sua identidade e de dar voz à sua experiência. A criação do projeto de vida, passa por uma relação entre o “eu interior e a sociedade envolvente” (Vieira, 2010, p.47). No mesmo livro “Identities Pessoais”, Vieira (2010), salienta que o “eu real”, permanece igual, mas é moldado com as experiências e identidades exteriores, o que significa que para a realização de um projeto de vida, a pessoa necessita sempre de apoio, auxílio e encaminhamento de terceiras pessoas, para que o seu projeto de vida seja pensado por si, mas elaborado com ajuda externa. Em concordância, encontra-se Daniela Mendes (2013), onde na sua dissertação, apresenta a perspectiva que um projeto de vida, passa por simplesmente viver, onde não se aprende nos livros, mas no testemunho e na prática de viver realmente a vida. Vieira (2007), completa o projeto de vida, relacionando-o com o conceito de identidade, para este a construção de identidade integra “experiências passadas e presentes, com o fim de dar um sentido ao futuro” (Vieira, 2007, p. 5). Construir um projeto de identidade nem sempre é um processo facilitador para a vítima, pois envolve responder a perguntas de “quem sou?”, “o que quero fazer/ser?”, “qual é o meu papel no mundo?” e “quais os meus projetos futuros?”. Este processo nem sempre é pacífico e pode gerar crises e angústias existenciais” (Dubar, 2000, cit. in Vieira, 2007). Quando a vítima de violência doméstica começa a elaborar o seu projeto de vida com o apoio dos técnicos, surgem dúvidas sobre o futuro e sobre o seu papel no mundo. De forma semelhante, os idosos vítimas de violência podem sentir que o seu projeto de vida é irrelevante ou já passou. No entanto, continuam a ter capacidade e possibilidade de o realizar, seja para regressar ao trabalho, seja para desfrutar dos seus dias de descanso. Vieira salienta ainda, que a identidade, refere-se a um “conjunto de todas as nossas pertenças e no seio da qual a pertença à comunidade humana se tornaria na principal” (Vieira, 2010, p. 64). Ou seja, o projeto de vida é algo individual, no entanto, existe sempre a necessidade de estaremos sempre em contacto e em busca de auxílios exteriores, para que o projeto individual, seja um projeto completo. Este projeto de vida é algo contínuo e constantemente em construção, refletindo sempre sobre o passado, atuando no presente e pensando no futuro, sempre pensado a partir das necessidades,

capacidades e interesses individuais de modo a criar as condições necessárias para a sua implementação.

2.1. RESPOSTAS À POPULAÇÃO IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O aumento da Violência Doméstica tem progredido de forma avassaladora. Embora nem todas as vítimas se pronunciem sobre a situação em que vivem com os seus cônjuges ou familiares, aquelas que denunciam têm sido cada vez mais numerosas. As campanhas de sensibilização e prevenção, realizadas todos os anos, têm como objetivo sensibilizar e informar as vítimas para o facto de que não estão sozinhas e que pedir ajuda não é motivo de vergonha. Estas campanhas alertam também a comunidade, uma vez que qualquer pessoa pode denunciar, sendo essa uma responsabilidade coletiva.

A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) é constituída por um conjunto de serviços e respostas de apoio às vítimas, incluindo a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), o Instituto da Segurança Social (ISS), as casas de abrigo, estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência, respostas específicas de organismos da Administração Pública e os Serviços de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD). Estes serviços também podem ser contactados por linha telefónica ou endereço eletrónico (CIG, 2021). A intervenção junto das vítimas pode ocorrer através das estruturas de atendimento, sediadas em diversos pontos de Portugal. Atualmente, existem 133 estruturas de atendimento disponíveis com respostas multidisciplinares, prestando apoio presencial telefónico, gratuito, de natureza psicológica e social. Existem também 39 casas de abrigo, destinadas a acolher vítimas, com ou sem filhos menores, por um período até seis meses. Além disso, existem 26 residências de acolhimento de emergência para vítimas e respetivos filhos menores. (RNAVVD, 2024). No seio destas estruturas foram recentemente criadas duas residências específicas para pessoas vítimas de violência doméstica idosas, localizadas em Grândola e Mangualde. Devido à sua implementação recente, ainda existem poucas informações disponíveis sobre o seu funcionamento. O encaminhamento das vítimas para uma casa abrigo requer, primeiramente, uma fase de diagnóstico, onde se procede à recolha de informação sobre o histórico pessoal da vítima, da sua família, da relação com o agressor, bem como dos seus comportamentos

de risco, entre outros fatores. Essas informações permitem identificar o grau de risco, sendo que o acolhimento nas casas abrigo constitui uma decisão informada, consciente e voluntária por parte da própria vítima. (CIG, 2009)

A Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres Século XXI, sediada em Leiria, foi fundada em 2001, com o objetivo de devolver à mulher a sua dignidade social. À data da sua criação, Leiria não dispunha de qualquer entidade que trabalhasse especificamente pelos direitos das mulheres. Nesse sentido, a associação surgiu para chamar a atenção para a urgência desta causa na sociedade. Trata-se de uma Organização Não Governamental dos Direitos das Mulheres, reconhecida como instituição de utilidade pública. (Mulher Século XXI, 2018). Esta associação visa promover a igualdade de gênero, bem como prevenir e combater a violência de gênero, violência doméstica, violência no namoro e a violência doméstica contra pessoas idosas. A sua missão assenta na dinamização de ações de desenvolvimento comunitário e na criação de estruturas de apoio às mulheres, crianças e idosos. (Mulher Século XXI, 2018) Esta associação disponibiliza quatro respostas principais:

1. O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Leiria, que presta atendimento especializado, realizando acolhimento, avaliação, acompanhamento e encaminhamento das vítimas para as respostas sociais adequadas;
2. A Resposta de Acolhimento de Emergência, em funcionamento desde 2017, que constitui um espaço temporário de proteção para as vítimas e seus filhos menores;
3. A Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica, valência mais recente, desde 2021, que presta apoio psicológico a crianças e jovens entre os 4 e os 18 anos;
4. Uma linha de apoio telefónico para pessoas idosas vítimas de violência doméstica, que embora já não esteja integrada num projeto ativo, continua a encaminhar os idosos para as respostas mais adequadas. (Mulher Século XXI, 2018).

Em 2023, surgiram na comunicação social notícias sobre a criação de duas novas casas abrigo destinadas exclusivamente a pessoas idosas vítimas de violência doméstica, o que se concretizou em 2024. As duas instituições responsáveis por estas respostas são localizadas em Grândola e em Mangualde. O Centro Paroquial de Cunha Baixa, situado em Mangualde, no distrito de Viseu, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Em Grândola, a Fundação Padre Américo, estabelecida desde 2014, é igualmente uma Instituição Particular de Solidariedade Social, tendo criado, em 2020, a sua primeira Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, fruto de um projeto financiado. Embora o seu website se encontre ainda em atualização, a Fundação dispõe atualmente de uma Estrutura Residencial para Idosos Especializada, indicando o seu funcionamento como casa abrigo para pessoas idosas vítimas de violência (Fundação Padre Américo, 2025).

Foi nestas duas Instituições - na Mulher Século XXI, em Leiria, e na Fundação Padre Américo, em Grândola – que se centrou a presente investigação.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

Este capítulo descreve o percurso metodológico seguido na realização da presente investigação. Nele são apresentados os objetivos específicos do estudo, o enquadramento epistemológico adotado, os métodos e instrumentos de recolha de dados utilizados, o processo de seleção da amostra, os procedimentos de recolha e análise dos dados, bem como as principais considerações éticas. A abordagem escolhida visa garantir uma compreensão profunda e sensível da realidade vivida por mulheres idosas vítimas de violência doméstica, bem como das respostas sociais que lhes são disponibilizadas.

Após a análise da realidade da violência doméstica contra pessoas idosas, verifica-se que se trata de um fenómeno crescente e preocupante na sociedade atual. A investigação deste tema é complexa e delicada, não apenas pela escassez de estudos científicos existentes, mas também pela resistência das próprias vítimas idosas em partilhar as suas experiências. Contudo, tem-se verificado um aumento no número de vítimas e testemunhas dispostas a dar voz às suas histórias, contribuindo para a sensibilização e apoio a outras pessoas em situações semelhantes.

Assim, após o enquadramento teórico, delineou-se um plano metodológico com o objetivo de responder às questões centrais do estudo. Conforme Vieira (2014, citado em Ferreira, 2020), a metodologia é “o caminho que pretendemos percorrer para alcançar o conhecimento científico” (p. 57).

1. PARADIGMA E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA RECOLHA DE DADOS

O principal objetivo deste estudo é conhecer as respostas sociais existentes para a proteção e apoio às pessoas idosas vítimas de violência doméstica. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as respostas sociais às pessoas idosas vítimas de violência doméstica;
- Compreender o funcionamento dos serviços prestados;
- Conhecer experiências de vítimas de violência doméstica;

- Conhecer o perfil profissional dos técnicos que trabalham nestes serviços;
- Compreender as estratégias usadas neste processo de acompanhamento;
- Compreender o papel da mediação na reconstrução dos projetos de vida das pessoas idosas.

O estudo insere-se num paradigma fenomenológico, também designado interpretativo ou compreensivo, por se centrar na análise das experiências vividas pelos sujeitos e nos significados que estes atribuem às suas vivências. O paradigma fenomenológico baseia-se na perceção que o ser humano tem das suas próprias experiências (Tombolato & Santos, 2020) defendendo que a realidade social é construída e não existe uma verdade única, mas múltiplas verdades, conforme as vivências individuais. (Flick, 2009; Gonçalves et al., 2021). Neste sentido, pretende-se compreender em profundidade os contextos e as causas dos acontecimentos vividos pelas vítimas, interpretando-os a partir do seu próprio olhar. Como refere, Cátia Martins (2024), “a abordagem compreensiva privilegia métodos qualitativos que permitem ao(à) pesquisador(a) explorar e interpretar os significados e as significações atribuídos pelos(as) participantes às suas experiências e/ou opiniões” (p.56). Optou-se, assim, por uma abordagem qualitativa que, segundo Latorre (1996 como citado em Coutinho, 2011), procura “penetrar no mundo pessoal dos sujeitos, para saber como interpretam as diversas situações e que significado tem para eles.” (p.16). De acordo com Coutinho (2001, como citado em Gonçalves, 2013), este método visa “desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa” (p. 36). Amado (2014), destaca que o foco deste método esta na “compreensão das intenções e significados-crenças, opiniões, perceções, representações, perspetivas, conceções, etc. – que os seres humanos colocam nas suas próprias ações” (p. 40- 41).

Para a recolha de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de criar um espaço de diálogo onde as vítimas se sentissem ouvidas, respeitadas e à vontade para partilhar as suas histórias. Bogdan & Bilken (1994) referem que as melhores entrevistas, “caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista” (p. 184). É no decorrer destas entrevistas que se pretende discursar sobre os temas propostos, seguindo um leque de questões previamente definidas, mas num contexto informal. Ao nível da tipologia das

entrevistas, estas podem ser estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas, contudo para a realização do estudo, foi utilizada a entrevista semiestruturada onde as questões “derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter” (Amado, 2017, p. 210), no entanto, ao longo da conversa existe a liberdade de resposta para que, o entrevistado possa recorrer à interação. As entrevistas semiestruturadas foram orientadas por um guião previamente elaborado, com perguntas organizadas de forma lógica e flexível, permitindo adaptação ao contexto da conversa (Amado, 2017).

Em Portugal, e sem dados atualizados, existem pelo menos 133 estruturas de atendimento a vítimas de Violência doméstica, pelo menos 39 casas abrigo e 26 acolhimentos de emergência. Dado o número elevado de respostas sociais, não seria viável incluí-las todas neste estudo, pelo que o estudo se centrou em duas instituições, representando diferentes tipos de respostas. O objetivo foi recolher as perspetivas dos técnicos que trabalham diretamente com pessoas idosas vítimas de violência doméstica, bem como recolher testemunhos das próprias vítimas.

Nesta investigação foram realizadas entrevistas a cinco técnicas e quatro mulheres vítimas de violência doméstica com mais de 65 anos. A amostra foi selecionada por conveniência e acessibilidade, dado que a colaboração das instituições foi voluntária e condicionada pela disponibilidade das vítimas e pela proteção da sua identidade. Todas as pessoas entrevistadas, encontravam-se inseridas na Mulher Séc. XXI em Leiria e na Fundação Padre Américo em Grândola. Contudo, e face às informações que foram solicitadas, em ambas as instituições não se encontravam pessoas vítimas do sexo masculino e por isso apenas foram realizadas a mulheres.

As vítimas as quais foram feitas as entrevistas, foram selecionadas consoante a sua idade, mais de 65 anos, com projetos de vida diferentes, para que se pudesse recolher o máximo de informação possível.¹

¹ Todas as entrevistas, estão transcritas conforme a linguagem das entrevistadas, o mais fiel possível à oralidade, deste modo, existem alguns erros ortográficos que verdadeiramente não o são, considerando a, linguagem do entrevistado.

2. PROCEDIMENTO E RECOLHA DE DADOS

No início de janeiro, foram contactadas quatro instituições/associações que trabalham diretamente com vítimas de violência doméstica. O objetivo inicial era compreender se dispunham de apoio específico para pessoas idosas vítimas de violência doméstica. Das quatro instituições contactadas, duas responderam afirmativamente, embora uma só após muita insistência; uma respondeu negativamente, pois não tinha vítimas idosas a acompanhar na altura; a outra não deu resposta até à conclusão da presente dissertação, apesar de contactos insistentes, afirmando que as vítimas não queriam falar, com medo de represálias por parte dos agressores. Insisti para que, pelo menos, fosse possível entrevistar as técnicas para saber que tipo de trabalho faziam com as pessoas idosas, contudo foi em vão. As entrevistas foram realizadas entre março e abril, na Associação Mulher Séc. XXI – Leiria, (estrutura de atendimento e acolhimento de emergência), e na Fundação Padre Américo – Grândola (casa abrigo especializada para vítimas idosas de violência doméstica). Todas as entrevistas foram feitas a mulheres idosas vítimas de violência doméstica. Depois de feita a transcrição das mesmas, foi realizada a análise de conteúdo e organizada a informação através da realização de sinopses numa tentativa de sistematização, categorização e análise. A análise de conteúdo, segundo João Amado (2000), é “uma técnica que procura “arrumar” num conjunto de categorias de significação o conteúdo manifesto dos mais diversos tipos de comunicação” (p. 53). Esta análise procura descrever de forma sistemática as informações de maior relevância para a investigação a decorrer, de modo a selecionar com bases nas entrevistas, textos ou imagens as partes de maior significância. Em concordância, Isabel Guerra (2006) menciona que “é o instrumento privilegiado de tratamento da informação” (p. 205).

As entrevistas realizadas, foram um meio para atingir os objetivos previamente definidos, no entanto, ao longo da entrevista houve também oportunidade de conhecer mais as vítimas de violência doméstica e as técnicas que trabalham nas instituições, como tal, foram realizadas sinopses a partir das entrevistas das vítimas e técnicas, em forma de quadros, onde são categorizadas e interpretadas as informações de maior relevância para análise do estudo (Apêndices 14 a 21).

Para que a investigação decorra de forma ética e responsável, é essencial garantir a proteção dos participantes, bem como a transparência nos procedimentos adotados. Tal

como salientam Gonçalves & Gonçalves (2021), deve assegurar-se “a confidencialidade, o envolvimento de todos os indivíduos associados ao estudo e a definição clara dos objetivos pretendidos e dos procedimentos a desenvolver durante a investigação” (p. 54). A confidencialidade dos dados foi rigorosamente respeitada, de modo a salvaguardar a privacidade dos participantes. Desde o início do estudo, foram apresentados e explicados os objetivos da investigação, bem como os procedimentos envolvidos, assegurando aos participantes a liberdade de interromper a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A pedido das instituições/ associações envolvidas, foram suprimidas ou alteradas informações que pudessem comprometer a identidade dos entrevistados, incluindo nomes próprios e referências geográficas. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento informado, após leitura e esclarecimento do conteúdo, em conformidade com os princípios éticos da investigação científica. A participação foi voluntária e todos os envolvidos manifestaram concordância em colaborar, sendo garantido o anonimato e a proteção dos dados de todas as pessoas ao longo de todo o processo.

CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, procede-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos ao longo da investigação sobre a mediação no contexto da violência doméstica, com especial enfoque nas vítimas idosas. Exploram-se as práticas e estratégias adotadas pelas instituições portuguesas que atuam junto das vítimas, contrapondo-as a modelos internacionais de mediação restaurativa. Destaca-se a inexistência, em Portugal, da mediação direta entre vítima e agressor, prática que em outros países apresenta resultados positivos, bem como o papel fundamental da mediação transformativa e preventiva na reestruturação emocional, capacitação e recuperação das vítimas. A análise baseia-se na revisão documental e numa análise de conteúdo às entrevistas realizadas com técnicas especializadas, permitindo aprofundar a compreensão das dinâmicas, desafios e potencialidades deste tipo de intervenção.

1. RESPOSTAS SOCIAIS À POPULAÇÃO IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em Portugal, as vítimas de violência doméstica podem solicitar ajuda de diversas formas. Podem, por exemplo, aproveitar uma consulta médica para conversar com a enfermeira ou médica que as atende, seja num Centro de Saúde ou Hospital. Também podem recorrer às associações ou gabinetes de apoio existentes na sua área para pedir ajuda relativamente a sua situação. Apresentar queixa junto da PSP ou da GNR é igualmente uma forma de pedir ajuda, assim como ligar para a linha 144, ou até conversar com uma amiga ou familiar. Os pedidos de ajuda podem surgir nos contextos mais variados e não seguem um padrão fixo. Após a apresentação da denúncia, o caso é sempre encaminhado para o centro de atendimento a vítimas de violência doméstica mais próximo da residência da vítima. É nesse gabinete que a pessoa é acompanhada ou, se necessário, encaminhada para uma Casa de Emergência ou Casa Abrigo de forma a garantir o seu afastamento do agressor e evitar que seja localizada por este. Algumas das pessoas idosas acompanhadas pela Associação Mulher Século XXI continuam a

residir com os agressores, por decisão própria. Embora a situação seja sempre comunicada ao Ministério Público, a decisão final pertence à vítima, sendo esta quem decide se quer ou não manter a coabitação com o agressor. No entanto, é importante referir que, aquando da avaliação dos casos, se for identificado um risco muito elevado e iminente para a integridade da vítima, esta não regressa a casa e é imediatamente retirada do contexto de coabitação com o agressor.

1.1 CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em Portugal, no ano de 2019, existiam 133 Estruturas de Atendimento, com equipas multidisciplinares que, presencialmente ou por telefone, prestavam apoio psicológico, jurídico e social a vítimas de violência doméstica. A Associação Mulher Séc. XXI, é uma dessas estruturas, integrando o Centro de Atendimento. O Centro de Atendimento da Mulher Séc. XXI, foi criada em 2007, com o objetivo de dar resposta às vítimas, através de “atendimento, avaliação, acompanhamento e encaminhamento, sempre que se justifique, para respostas sociais inerentes ao centro ou valências externas” (Mulher Séc. XXI, 2018). Segundo dados facultados por esta associação, no ano de 2024 foram atendidas, no Centro de Atendimento, 36 pessoas vítimas de violência doméstica idosas- 28 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Estas vítimas tinham idades compreendidas entre os 66 e os 91 anos, sendo residentes na região centro. A violência psicológica foi o tipo de violência mais frequentemente exercido, afetando 35 das vítimas. Pelo menos 24 sofreram violência física, 10 foram vítimas de violência sexual, 9 violência financeira e 5 de violência social. Várias vítimas foram alvo de mais do que um tipo de violência em simultâneo. Embora os dados não especifiquem a relação entre a vítima e agressor, sabe-se que 30 agressores eram do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Das 36 vítimas, apenas uma foi encaminhada para uma Resposta de Acolhimento de Emergência, o que significa que as restantes permaneceram na sua habitação, foram acolhidas por familiares ou integradas noutras respostas sociais.²

No centro de atendimento as técnicas acompanham vítimas que, por decisão própria, optam por regressar às habitações, ainda partilhadas com os agressores. Nestes casos, é

² Dados fornecidos pela Associação Mulher Séc. XXI e foi solicitado que não fossem divulgadas identidades, nem dados pessoais.

sempre comunicada ao Ministério Público a situação de vitimação. Paralelamente, no âmbito do acompanhamento psicológico, as vítimas partilham se continuam ou não a sofrer agressões, o que permite às técnicas aconselhá-las quanto a estratégias de segurança e eventual saída do contexto abusivo. Estas nunca podem obrigar as vítimas a sair de casa, no entanto, continuam a fazer o apoio de forma transformativa.

Para além do apoio psicológico, a Associação de Leiria, procura ajudar as vítimas a enfrentar dificuldades económicas, habitacionais e alimentares. Muitas das mulheres nunca tiveram acesso direto ao dinheiro durante o casamento, sendo que os maridos geriam as contas e rendimentos. Quando por fim pedem ajuda, frequentemente não tem recursos nenhuns. É nesse momento que as técnicas, com o apoio das parcerias da associação, procuram reunir o máximo de apoios possíveis, seja para mulheres sozinhas, seja para mulheres com filhos. Para estas mulheres, a solidariedade - tanto institucional como de particulares - é fundamental. É um elemento-chave para que não se sintam sozinhas e para que não desistam de todo o processo que ainda têm de enfrentar.

1.2. ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA

A Associação de Desenvolvimento de Apoio às Mulheres- Mulher Séc. XXI, é uma organização, com várias respostas para vítimas de violência, desde adultos até idosos, incluindo também um gabinete de apoio a crianças e adolescentes. A Casa de Emergência Temporária da associação Mulher Séc. XXI tem capacidade para 10 pessoas, que podem aí permanecer e ser auxiliadas a nível habitacional, psicológico e social. Em Portugal, no ano de 2019, existiam um total de 26 unidades residenciais de acolhimento de emergência. A Resposta de Acolhimento de Emergência, entrou em funcionamento em 2017 e, desde então, acolhe vítimas que necessitam de proteção temporária antes de serem encaminhadas para Casas Abrigo, enquanto os seus processos judiciais decorrem. Esta resposta é ativada apenas quando não existe resposta imediata da plataforma RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica). Esta plataforma discrimina todas as Casas de Emergência e Casas Abrigo, incluído o número de vagas disponíveis. A Resposta de Acolhimento de Emergência da Mulher Séc. XXI, criada em 2017, destina-se a proteger temporariamente mulheres, mulheres com filhos/as e idosos/as em situação de risco e sem rede de apoio. Em 2024, segundo dados da Associação, estiveram quatro idosas na Resposta de Acolhimento Temporário.

Não eram todas da região centro, mas todas tinham sido vítimas de violência psicológica; três foram também vítimas de violência física, entre outros tipos de violência. Todas partilhavam habitação com a pessoa agressora: três eram vítimas do cônjuge e uma vítima de uma filha. Após o acolhimento, todas foram encaminhadas para soluções diferentes: uma regressou à casa de família com medidas de afastamento para o agressor; outra foi viver para uma habitação própria/renda; uma terceira voltou à casa de família sem medidas de afastamento; e a última foi encaminhada para uma Casa Abrigo.³

1.3. CASAS ABRIGO

Segundo dados de 2019, existiam em Portugal 39 Casas Abrigo para vítimas de violência doméstica, sendo uma destinada a mulheres com deficiência, uma a homens, outra a vítimas com doença mental e, em 2024, abriram duas exclusivamente para vítimas idosas. A permanência nestas casas é de seis meses, prorrogáveis por mais seis. As Casas Abrigo são espaços residenciais, seguros e confidenciais, destinados a acolher vítimas de violência doméstica – com ou sem filhos a cargo - que se encontrem em situação de risco grave ou de perigo de vida. (CIG, 2009). Durante o acolhimento, para além da segurança, são asseguradas as condições básicas de vida, como alimentação, higiene e apoio médico. No caso de haver filhos menores, estão igualmente garantidos o acesso à educação, à saúde e à proteção. As vítimas não permanecem sozinhas. As casas contam com equipas técnicas especializadas nas áreas das ciências sociais, humanas e jurídicas, garantindo que cada caso é acompanhado individualmente e que se trabalha na construção de um novo projeto de vida. Até a abertura das casas específicas para pessoas idosas, o acolhimento destas vítimas colocava desafios particulares, uma vez que as técnicas relatavam não saber exatamente que tipo de projeto de vida desenvolver com quem já se encontrava “na idade do descanso”. A criação dessas casas trouxe não só alívio às vítimas, como também maior capacidade de resposta por parte das instituições. Um exemplo é a Fundação Padre Américo, situada em Grândola, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), que, em 2024, criou uma ERPI especializada no acolhimento de

³ Dados fornecidos pela Associação Mulher Séc. XXI e foi solicitado que não fossem divulgadas identidades, nem dados pessoais.

vítimas de violência doméstica idosas. Esta casa tem todas as condições para acolher os utentes, garantindo não só segurança, mas também dignidade e envolvimento nas rotinas da casa. Esta casa é composta por quartos duplos e um triplo, onde as vítimas partilham, de modo a não se sentirem sós, para além disso, tem um refeitório, onde são confeccionadas as refeições, embora seja feita por funcionárias, é essencial manter as vítimas ocupadas, podendo estas ajudar nas tarefas da cozinha, limpeza e quartos. Todas as senhoras estão incutidas nas rotinas, de modo que se sintam uteis e autónomas, podem inclusive passear a volta da casa, sendo o seu recolher obrigatório às 18h30. Durante o dia têm também sessões de psicologia e atividades com a animadora.

Nas entrevistas que realizei, duas mulheres vítimas estavam a ser acompanhadas pelo Centro de Atendimento para Vítimas de Violência Doméstica na Mulher Séc. XXI, sendo que uma delas já tinha estado numa Casa Abrigo. No entanto, referiu ter solicitado a sua transferência para o distrito de Leiria, por motivos de saúde. As outras duas senhoras, encontravam-se a permanecer na Casa Abrigo da Fundação Padre Américo e a realizar o seu projeto de vida.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES IDOSAS ENTREVISTADAS

Após várias pesquisas, envio de contactos e algumas respostas negativas, surgiu a oportunidade de realizar entrevistas na Associação Mulher Século XXI, que dispõe de uma casa temporária de emergência. Mais tarde, surgiu também uma resposta positiva por parte de uma Casa Abrigo - a Fundação Padre Américo - que acolhe vítimas idosas de violência doméstica. Neste contexto, revelou-se particularmente enriquecedor investigar e analisar as diferentes etapas pelas quais dezenas de vítimas são obrigadas a passar no decurso do seu processo, para que possam, em última instância, retomar as suas vidas. Importa destacar que foi possível realizar quatro entrevistas a vítimas idosas, que reúnem as seguintes características:

Grelha de Caracterização das entrevistadas

Nome (fictício)	Idade	Sexo	Distrito onde reside	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Quem foi o agressor?	Tempo de permanência na Associação

Maria	72 anos	Femi nino	Leiria	Divorciada	3º ano	Doméstica	Marido	1 ano e 5 meses
Mariana	73 anos	Femi nino	Leiria	Divorciada	4º ano	Doméstica	Marido	1 ano
Josefina	73 anos	Femi nino	Porto	Viúva	4ºano	Fiandeira	Filha	2 meses e meio
Sara	72 anos	Femi nino	Guarda	Casada	4º ano	Operadora Fabril	Marido	2 meses

Das duas instituições, apenas uma se manteve mais receosa relativamente à entrevista feita com as vítimas, no entanto, desde cedo, compreendi todas as posições, realçando, o facto de que, não havia necessidade de visualizar as vítimas, apenas necessitava de conversar e gravar as suas vozes, para fins académicos.

Maria esteve casada 53 anos, e começou a sofrer de violência ao fim de um ano e meio de casamento. Por viver no campo, fugia muitas vezes para as suas terras, de modo a refugir-se, ao fim de algum tempo, voltava a casa e o seu marido já se encontrava meigo para com ela. Da sua relação, surgiram três filhos, que sempre souberam da violência exercida para com a mãe, mas nunca a encorajaram a colocar fim aos maus-tratos. Também a vizinhança sabia da violência de que era alvo, mas nunca a ajudaram, foi ao fim de oito dias de cama, depois da sua última agressão, que numa consulta médica, contou à enfermeira que o marido a tinha agredido e que provavelmente teria as costelas partidas. Depois de encaminhada ao hospital e da denúncia feita, foi acolhida numa Casa Abrigo, os filhos insistiam para que ela voltasse para casa para tomar conta do marido, Maria sempre recusou e afirmava que aquela enfermeira que a ajudou, foi a sua luz ao fundo túnel. Ao fim de 4 meses em Viseu, Maria, pediu transferência para Leiria, permaneceu na Casa de Emergência da Mulher Séc. XXI e começou a reconstruir a sua vida completamente do zero, sem apoio de nenhum familiar, incluindo os três filhos que lhe viraram as costas. É a Associação que a ajuda ao nível psicológico e muitas vezes social.

Mariana nunca saiu da casa onde coabitava com o agressor, o seu ex-marido. Após ter sido agredida e socorrida por uma vizinha, permaneceu na sua residência, tendo

recebido autorização do tribunal para ali permanecer, o que fez até à data da entrevista. No entanto, até ao divórcio - que apenas aconteceu sete meses após a denúncia - viveu sempre com o agressor sob o mesmo teto. As indicações da psicóloga do tribunal determinavam que apenas partilhasse a habitação com o agressor, sem contacto direto. Durante esse período, Mariana manteve a sua rotina, enquanto o então marido fazia a sua vida separadamente. Poucos dias após o divórcio, o agressor tentou novamente aproximar-se de Mariana, tentando assassiná-la com uma faca. Felizmente, o filho de ambos interveio a tempo e conseguiu socorrê-la. O agressor foi internado no serviço de Psiquiatria durante 20 dias - período em que Mariana dormiu na casa da vizinha, por não conseguir permanecer na sua própria casa. Posteriormente, o ex-marido foi detido, presente a tribunal e encontra-se atualmente noutra localidade, sob vigilância através de pulseira eletrónica. Apesar dessa medida, Mariana refere sentir-se constantemente com medo, ainda que tenha um alarme que se ativa caso ele se aproxime. Esta vítima é acompanhada pelo Centro de Atendimento de Leiria, onde, quinzenalmente, se desloca à Associação, para consultas com a sua psicóloga. Embora Mariana nunca tenha recorrido a uma Casa de Emergência ou Abrigo, não está sozinha nem desamparada. A Associação presta apoio psicológico e, sempre que necessário, apoio a nível social.

Josefina foi vítima de violência por parte de uma filha que habitava consigo. Após o seu marido falecer, a sua filha começou a levantar a sua pensão de viuvez e a ficar com o dinheiro, roubava-lhe o dinheiro que tinha em casa e exigia-lhe bens para si própria. Para além disso, sofria violência física e psicológica, ameaçando-a de morte, a si e à sua neta (sobrinha da agressora). O seu outro filho, sabia da violência que era exercida para com a mãe e pedia-lhe para a colocar fora de casa, no entanto afirmava que não a ajudava pois não queria ter problemas devido à sua filha de 4 anos. Josefina pensou muitas vezes em colocar fim à sua vida, no entanto, quando ia ao hospital resolver os seus problemas de saúde, conversava com o médico, que lhe dizia para sair de casa. Josefina, não o queria fazer com medo de perder todos os seus bens, no entanto, num dia em que chegou a casa e ouviu a filha ao telefone com o namorado, onde afirmava que a ia matar, decidiu fugir e pedir ajuda à Equipa Móvel de Apoio à Vítima (EMAV). Passou por duas Casas de Emergência de onde teve de sair, porque a filha descobriu onde a mãe estava e a ameaçava. Por fim, até ao fim da entrevista permanecia na Fundação em Grândola.

Sara foi vítima de violência a sua vida toda, pelo seu até então marido. Sofreu violência física e psicológica, mas foi a violência sexual de que era alvo que lhe levou a pedir ajuda. A sua última agressão, foi de natureza sexual e forçada, após caírem da cama abaixo. Sara, contou aos filhos que mais uma vez o pai a tinha agredido e eles como sempre, incentivaram-na a ir fazer queixa e a deixar o pai. Com a ajuda dos filhos, Sara saiu de casa, fez queixa e permaneceu na casa da sua irmã escondida durante 7 dias. Foi a Segurança Social que encaminhou para a Casa Abrigo. Sara, sempre soube o que era violência pois os seus pais também a exerciam mutuamente, no entanto, sempre se manteve em silêncio, embora os filhos soubessem e a encorajassem a sair de casa, Sara tinha receio do seu futuro. Até ao final da entrevista Sara permanecia na Fundação e com a certeza que apoio das irmãs e dos filhos terá sempre.

3. PERCEÇÃO DAS MULHERES IDOSAS VÍTIMAS, SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As histórias de vida das vítimas de violência doméstica não são tratadas com leviandade, e falar sobre elas continua, ainda hoje, a ser um grande desafio para a sociedade. O medo das represálias, o receio de reencontros com os agressores e a incerteza quanto ao futuro são fatores que silenciam muitas vítimas. Felizmente, há outras que decidem dar voz às suas vivências, partilhar o que passaram e revelar o que se esconde por trás das paredes de muitas casas, anteriormente silenciadas. O estigma associado à violência doméstica na população idosa é, por vezes, percecionado como algo normalizado por esta faixa etária. No passado, era comum, que as mulheres fossem vítimas dos próprios maridos, numa lógica social que naturalizava a violência masculina, como mencionado no capítulo - *A Violência Doméstica*. No entanto, a sociedade tem vindo a evoluir, e são cada vez mais os idosos que denunciam e rompem com as relações familiares marcadas por abuso. Com as entrevistas realizadas foi possível alcançar dois objetivos fundamentais: - Identificar as respostas sociais destinadas a pessoas idosas vítimas de violência doméstica; - Conhecer as experiências pessoais de vítimas de violência doméstica.

As experiências partilhadas revelam realidades profundamente marcantes, difíceis de verbalizar. Durante as entrevistas, foi por vezes necessário fazer pausas, dar espaço e recomeçar, pois, algumas vítimas ainda se encontram emocionalmente fragilizadas. A

sua percepção relativamente à violência doméstica mostra-se, de forma geral unânime: todas referem a ausência de paz, os maus-tratos e as agressões constantes: “Para mim a violência doméstica é o marido bater na mulher e ela não se poder defender.” (Maria); “Violência doméstica acho que é agente estar em casa e não ter sossego [...] A violência é eu querer fazer o que quiser e não poder, porque ela andava sempre em cima de mim” (Josefina).

As entrevistadas demonstraram ter consciência, desde sempre, de que o que viviam eram situações de violência doméstica por parte dos maridos ou filhos. Contudo, a esperança de que o agressor mudasse era persistente. Das quatro entrevistadas, três foram vítimas de violência por parte dos maridos (Maria, Mariana e Sara), e uma foi vítima da própria filha (Josefina). Maria, Mariana e Sara sofreram violência durante grande parte das suas vidas conjugais. Maria foi vítima, a partir de um ano e meio após o casamento, num total de 53 anos de agressões físicas e psicológicas. Mariana referiu que as agressões não começaram logo, mas prolongaram-se por mais de 15 anos, sendo que também de natureza física e psicológica. Sara afirmou ter sido vítima, ao longo de toda a vida conjugal, de violência física, psicológica e principalmente, sexual. Josefina, por sua vez, foi vítima da própria filha, com quem vivia. As agressões iniciaram-se após a morte do seu marido e prolongaram-se por cerca de quatro anos, “o meu marido faleceu e ela vivia comigo, as agressões, ela já era má, nunca ajudava o pai, [...]. Depois da morte do meu marido é que piorou” (Josefina). Segundo os dados mais recentes da APAV, em Portugal, no ano de 2024, foram apoiadas 1.730 pessoas idosas. Embora não se saiba com precisão que tipo de violência foi exercida, sabe-se que 34,5% dos casos envolviam agressores que eram filhos/as e 21,2% envolviam cônjuges. (APAV, 2024).

Ao longo das entrevistas, as vítimas relataram diversos episódios violentos ocorridos nas suas relações. No entanto, quando lhes foi perguntado “Quando decidiu pôr fim à violência?”, nenhuma das vítimas, afirmou ter simplesmente saído por estar cansada, exausta ou com medo. Todas saíram após episódios de violência que colocaram as suas vidas em risco. Algumas esconderam durante dias, outras foram socorridas por vizinhos, “a última vez que ele me bateu, estive oito dias de cama, ao fim de oito dias, fui a uma consulta, e depois a enfermeira disse-me para ir para cima da balança e eu fui com muito custo, e ela disse-me ‘Ó D. [...], mas o que se passa hoje, parece que não está nada bem’ e eu disse-lhe ‘ parece que tenho as costelas partidas’ e ela disse-me ‘então caiu de umas escadas a baixo’, e eu respondi ‘não, foi o homem em casa.’”

(Maria); por seu lado Mariana refere o seguinte: “[...] e a terceira vez quando eu lhe chamei mentiroso, ele vem direito a mim, deu-me um soco na testa, agarra-me os braços, e depois largou-me o braço direito e apertou-me o pescoço. Gritei muito, mas ninguém me ouviu, fiquei negra no pescoço e no braço, e pensei que era o meu fim porque ele ameaçava-me muito de morte, depois de gritar muito empurrei -o e quando ele me largou ele caiu no chão. Depois estragou-me o aparelho auditivo, que preciso. Depois quando estava no chão, eu disse que ia ligar a polícia, mas estava tão nervosa que liguei para a vizinha, ela é que chamou a polícia [...]” (Mariana). Relativamente a esta questão Josefina refere que “O hospital estava farto de saber disto e dizia-me para eu ir ter com as assistentes sociais e ajudavam-me e eu não queria, porque pensava que ela podia mudar a qualquer momento, mas não mudou. A tal dia no hospital, o médico disse para eu ir lá e ganhei coragem e fui lá [...] quando voltei para casa, abro a porta, e ela estava no corredor, a falar ao telefone, com umas alturas, a falar com ele, o amante. Ele estava a ameaçar-me ao telefone, meti-me no quarto com medo, assentei-me na cama e eu ouvi ‘essa ****, já chegou, essa ****’, ele chamou-me tantos nomes, e eu a tremer com medo, porque ele a dizia que me ‘cortava a cabeça ao meio e depois fugimos e depois inventamos que a encontraste assim em casa’, ele a dizer à minha filha. Eu tinha as pernas a tremer, liguei a uma sobrinha, a pedir ajuda, mas ela ia demorar, então liguei à assistente. Então peguei na mala e nos meus remédios e fugi” (Josefina). Sara conta que os filhos “[...] há tempo que me diziam ‘mãe saia de casa, mãe saia de casa, isto não é vida’. Então eles é que me obrigaram, porque ele bateu-me num domingo e os meus filhos [...] ligaram-me os dois [na quarta-feira] e disseram, vá já fazer queixa. Eu fui fazer queixa, depois o meu filho ligou à minha irmã, tenho 2 irmãs, se me acolhia em casa” (Sara). Uma das vantagens de viver numa aldeia é a de que os vizinhos tenham conhecimento do que acontece nas casas dos outros. No entanto, apesar de muitas vezes estes alertarem a vítima para apresentar queixa, os vizinhos acabam por se manter em silêncio, com receio de represálias. Quando a violência é exercida pelo marido, os filhos geralmente têm conhecimento dos abusos e até incentivam a denúncia. No entanto, também eles raramente formalizam uma queixa. O mesmo se verificou no caso da Josefina: embora fosse vítima da própria filha, o outro filho sabia das agressões e afirmava: “não vou ter problemas na minha casa, por causa da minha filha.” (Josefina), justificando com o receio de que a sua filha sofresse represálias por parte da tia. As vítimas receiam não ter apoio por parte de familiares ou

vizinhos e por isso, não denunciam, com medo de ficarem sozinhas e desamparadas. Felizmente, algumas conseguem contar com o apoio dos filhos ou outros familiares.

Das três entrevistadas cujos agressores eram os cônjuges, apenas uma não tinha o apoio dos filhos. Estes afastaram-se da própria mãe e expressaram o desejo de que ela regressasse ao convívio com o pai, para que pudessem envelhecer juntos. A vítima, no entanto, recusou voltar. Apesar de saber que estava a perder os filhos e o restante núcleo familiar, garantiu ter ganho outra família, ao encontrar acolhimento na Associação Mulher Século XXI: “Fiquei muito contente, perdi a família de sangue, mas eu vou ganhar outra. E já arranjei outra, não é de sangue, mas dá amor. Amor das técnicas daqui da Mulher Séc. XXI, amigas que eu encontro” (Maria).

3.1. O PROJETO DE VIDA

O projeto de vida é elaborado apenas com as vítimas acolhidas em Casas Abrigo. Nas respostas de acolhimento temporário, o acompanhamento é feito através de um projeto de intervenção, dada a sua curta duração (15 dias), as vítimas têm um momento de descanso até que lhes sejam apresentados vários caminhos a seguir. Ainda assim, são acompanhadas pelo Centro de Atendimento, onde, em sessões com a psicóloga e a técnica social, procuram encontrar estratégias para reorganizar as suas vidas.

Das vítimas que entrevistei, na Associação Mulher Séc. XXI, uma encontrava-se a desenvolver o seu projeto de intervenção enquanto permanecia na sua própria habitação. A sua necessidade habitacional estava resolvida, mas existia a necessidade de ocupar o tempo e a mente. Na fase do envelhecimento, após tantos anos de trabalho, algumas vítimas idosas, continuam a sentir-se ativas e com vontade de trabalhar algumas horas. Mariana é um exemplo: “agora já tenho 1 hora de ginástica à segunda-feira, e queria ver se ocupava, nem que fosse para tomar conta das pessoas idosas, eu gostava. Habituei-me a tratar do vizinho e como gostava, não me faz diferença nenhuma” (Mariana). Apesar de ter idade avançada, Mariana sente-se capaz de cuidar de outras pessoas, não só para se manter ocupada, mas também para complementar a sua pensão.

Para além do apoio psicológico, a Associação Mulher Século XXI auxilia as vítimas sempre que possível com ofertas e gestos de carinho: “A ____ tem sido incrível e agora no Natal deram-me uma ajuda que eu não estava nada a espera, chocou-me muito. Estão

sempre aqui para mim” (Mariana). Mariana ainda vive na casa que partilhava com o marido, mas esta encontra-se à venda, após um acordo no processo de divórcio. Na altura da entrevista, ainda não sabia para onde iria viver, embora manifestasse vontade de regressar à sua terra natal, a Lourinhã. Este é um ponto importante a ser trabalhado no seu projeto de vida, com o apoio das técnicas da associação: “Gostava de ocupar os meus dias com algo diferente, mas não tenho, tenho um carro, ele diz que não quer saber do carro, eu tenho, não tenho quase nada, tenho poucachinho, mas tenho de viver em algum lado. Queria voltar para a minha terra, para a Lourinhã, tenho lá família, e fico mais longe dele. Mas a minha ideia tem sido essa, aqui já conheço mais, mais pessoas, tenho muito mais amigos. Mas pronto, gostava de ocupar com algumas horas, fazer limpeza e assim. Gostava de arranjar qualquer coisa” (Mariana).

Maria, também acompanhada pela mesma associação, viveu um processo diferente. Permaneceu, exceccionalmente, entre três e quatro meses numa resposta de acolhimento temporário em Leiria. Durante esse período, foi acompanhada por uma monitora na procura de um quarto para arrendar: “eu disse a – ‘mas quando é que eu saio daqui’, e ela disse-me que eu é que tinha de procurar uma casa e disse-lhe, ‘mas como é que eu faço isso se eu nunca saio daqui’. Então ela falou com as monitoras e para me ajudarem a procurar, quartos e fomos” (Maria). Maria encontrou, entretanto, uma pequena habitação, mas o seu acompanhamento técnico e psicológico continua. O recomeço não foi fácil. Ao sair de casa, trouxe apenas alguma roupa, e teve de reconstruir o seu lar com os poucos recursos de que dispunha: “Eu tinha tudo, do bom e do melhor e agora tive de começar a comprar tudo, fui para uma casa e tive de comprar um prato de cada vez, um copo, os lençóis para a cama. Tudo do zero, com a cabeça sempre para cima, sempre para cima, nunca para baixo” (Maria). Tal como Mariana, Maria vive apenas da sua pensão, que lhe permite pagar a renda e as despesas básicas. É também apoiada pela associação com bens alimentares, de higiene e pequenos gestos de cuidado: “Tudo impecável, a nível psicológico tenho a --- que me ajuda muito. A nível económico, no Natal deram-me um cabaz de Natal, vim aqui a uma consulta e deram-me produtos de higiene, quando eu peço, ajudam-me sempre. Pelo Natal, vim aqui e a cabeleireira arranjou-me o cabelo, e esta semana também vim cortar e arranjar o cabelo, elas disseram-me logo que estava toda bonita” (Maria). Mesmo que não residam nas estruturas, as vítimas continuam a ser acompanhadas psicologicamente e socialmente

pelo Centro de Atendimento. Nunca estão sozinhas. Sempre que necessitam, recebem apoio.

Nas Casas Abrigo, durante os seis meses de permanência, é delineado, com o apoio das técnicas, um plano para o futuro, o designado projeto de vida. Muitas das pessoas vítimas precisam de deixar as suas casas, empregos e famílias para trás, por imposição do tribunal, o que as obriga a recomeçar do zero. Josefina e Sara, residentes na Casa Abrigo da Fundação Padre Américo, têm perspectivas muito diferentes quanto aos seus projetos de vida. Josefina foi vítima de violência exercida pela própria filha. Quer regressar à sua casa que pagou com muito esforço – apesar de continuar a sentir-se insegura, “Eu queria ir para a minha casa, a casa é minha, custou muito a pagar. Daqui em diante, olhe ando com o aparelho, mas não sei onde ela anda, então é perigoso na mesma” (Josefina). Segundo a técnica que acompanhou a entrevista, Josefina, ainda têm capacidade de autonomização. “Não vai agora desistir, já existem medidas aplicadas em que uma delas é ela sair de casa, supostamente isso aconteceu, mas segundo alguns vizinhos, ela ainda por lá anda, desconfiam e por isso veio agravar o caso da d. Entretanto o projeto de vida passa muito por aí, porque a d.... ainda consegue fazer muita coisa, tomar conta da medicação, e tudo, o único problema é as questões das medidas, mas pronto estamos limitados. As medidas já saíram, mas existe um tempo para cumprir, é aguardar” (Técnica que acompanhou Josefina).

Já Sara recusa regressar à casa onde viveu com o agressor, mesmo que ele não esteja presente, “Ah, não, não, não, não, não quero, não” (Sara). Quando questionada sobre o seu projeto de vida, expressa o desejo de recomeçar noutra local, mais distante: “Eu gostava de ter um cantinho meu, uma casinha. Parece que eu ainda me sinto com forças, para ter uma casinha para mim, mas longe do agressor” (Sara). As respostas à pergunta sobre o futuro revelam grande diversidade. Algumas vítimas querem apenas viver em paz, após anos de sofrimento; outras ainda estão num processo inicial, marcado pela dor e pelo isolamento: “O meu futuro, a Deus pertence. Ser feliz, ser feliz.” (Sara); “Na minha casa, mudar as fechaduras, o meu filho vai colocar um alarme e tenho lá os vizinhos. Continuo a ter contacto com o meu filho e ele ajuda-me no que pode.” (Josefina); “O meu futuro, quero que tenha muitos anos, com muita saúde e alegria na minha casinha.” (Maria); “Sozinha.” (Mariana). Cada vítima encara o fim da violência de maneira diferente. Umhas sentem alívio, outras culpam-se pelos acontecimentos. O apoio psicológico, familiar e social pode suavizar o processo, mas os traumas

adquiridos ao longo dos anos permanecem. Recomeçar a vida em idades tão avançadas é um enorme desafio. A idade, as baixas reformas e a necessidade de reorganizar a vida financeira e emocional tornam o processo mais complexo. No entanto, nenhuma das mulheres entrevistadas se sente no fim da sua vida. Todas expressam, à sua maneira, a vontade de viver os anos que lhes resta com mais liberdade, tranquilidade e dignidade – algo que lhes foi negado durante tempo demais.

4. O APOIO DOS TÉCNICOS

Trabalhar com pessoas idosas, seja em que contexto for, é um grande desafio. Cada uma tem uma personalidade distinta e viveu realidades diferentes umas das outras. Mudar mentalidades é, de facto, algo complexo, sobretudo quando estão profundamente enraizadas. No entanto, trabalhar com pessoas idosas vítimas de violência doméstica representa, no meu entender, um desafio ainda maior. Estas pessoas sofreram violência às mãos daqueles com quem partilharam a vida – maridos, mulheres – e, em muitos casos, também daqueles a quem deram à luz, os seus próprios filhos. Para trabalhar com vítimas de violência doméstica, os técnicos devem possuir formação superior e ter concluído uma formação específica de Técnico de Apoio à Vítima. Esta formação qualifica os profissionais para intervir com vítimas de violência doméstica, bem como para atuar na prevenção da vitimização.

Neste âmbito, foram entrevistadas cinco técnicas que trabalham diretamente com vítimas de violência doméstica: três na Associação Mulher Séc. XXI e duas na Fundação Padre Américo. Tânia, tem 27 anos, reside no concelho de Leiria e na Associação exerce como psicóloga e tem como complemento a formação em Técnica de Apoio à Vítima (TAV), encontrando-se a trabalhar na Mulher Séc. XXI há 3 anos, quando decidiu fazer o seu estágio para a Ordem dos Psicólogos. Paula, com 28 anos e igualmente do concelho de Leiria, é Assistente Social e com formação em Técnica de Apoio à Vítima (TAV), exerce a sua função há 7 anos, tendo também começado na Associação com um Estágio Profissional, sendo que atualmente é responsável pela resposta social Casa de Emergência do distrito de Leiria para vítimas de violência doméstica. Marta, com 48 anos, reside em Leiria e é psicóloga na Associação Mulher Séc. XXI, começou a trabalhar nesta por sugestão de uma amiga e decidiu arriscar, estando a trabalhar com as vítimas de violência há 20 anos. Patrícia, tem 23 anos é de

Alcácer do Sal e é Assistente Social na Fundação Padre Américo, à altura da entrevista encontrava-se a trabalhar há 9 meses com as vítimas de violência doméstica idosas da Fundação, depois de ter mandado o currículo espontaneamente e ter sido aceite. Ana, com 45 anos é de Ferreira do Alentejo e tem como profissão Animação Sociocultural, trabalha há 6 meses na Fundação Padre Américo com as vítimas de violência idosas, depois de ter surgido a oportunidade de emprego.

Todas as técnicas demonstraram grande interesse e gosto pela sua profissão, salientando a importância de poder contribuir para a mudança de mentalidades entre a população idosa, incentivando-a a pedir ajuda e a não aceitar maus-tratos.

Segundo a Técnica Paula, Assistente Social e Técnica de Apoio à Vítima, e atualmente responsável pela resposta social Casa de Emergência do distrito de Leiria para vítimas de violência doméstica, o objetivo desta resposta é “ser uma estrutura física, que proporcione segurança e estabilidade às vítimas de violência doméstica em situação emergente, em desproteção na sequência da vitimação. A nossa resposta de acolhimento de emergência só acolhe mulheres vítimas de violência doméstica e os seus dependentes” (Técnica Paula).

Em Portugal, existem ainda Casas Abrigo que acolhem especificamente homens, pessoas LGBTI, vítimas com doença mental e vítimas idosas. A resposta de Acolhimento de Emergência em Leiria é um pequeno apartamento de tipologia T3, com quartos partilhados, o que significa que as vítimas não dispõem de quartos individuais: “os quartos são divididos da seguinte forma. 1 quarto tem 2 camas e 2 quartos tem 4 camas. Por exemplo no quarto das 2 camas, temos atualmente uma senhora com 67 anos e outra senhora com 64 anos que saiu a semana passada. Num outro quarto temos uma mãe com um jovem de 18 anos e por isso não vamos misturar outro agregado. O que tenhamos 4 vagas cortadas para 2” (Técnica Paula). À data da entrevista, estavam acolhidas cinco vítimas, embora a capacidade total da casa seja de dez pessoas. As respostas de emergência exigem uma atuação imediata, o que significa que, no mesmo dia em que a vítima apresenta queixa, e se encontra em risco muito elevado, deve ser acolhida. A permanência prevista nesta resposta é de 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias. No entanto, de acordo com a técnica entrevistada, tem sido cada vez mais difícil cumprir com os prazos estipulados legalmente. Quanto à estrutura da casa, a Técnica Paula, descreve: “Tem 3 quartos, uma cozinha, uma sala de estar e jantar conjunta, tem

televisão, tem um hall, tem duas casas de banho, tem 3 varandas, uma das varandas com a máquinas de lavar a roupa e é a varanda onde as vítimas podem fumar. Não podem confeccionar refeições, [...] o almoço e o jantar é fornecido por uma instituição, que presta apoio ao domicílio, só os lanches é que são confeccionados na nossa casa. Ou excecionalmente, quando fazem um bolo, ou por exemplo neste momento temos uma vítima, que não é portuguesa, e não consegue comer a comida portuguesa, portanto nos adquirimos os alimentos e ela confeciona na casa. Mas é uma exceção que confirma a regra. Depois noutra varanda temos um espaço para as crianças brincarem, as varandas são todas fechadas e pronto é assim que é o nosso apartamento” (Técnica Paula). Apesar de estarem fora das suas casas, as vítimas, mantêm rotinas, o que lhes permite uma vivência o mais normal possível. É exigido o cumprimento das regras da casa, sendo também proporcionadas atividades acompanhadas pelas monitoras, como forma de apoio emocional e ocupacional.

A Casa Abrigo, específica para vítimas de violência doméstica Idosas, designada de Fundação Padre Américo, existe desde 2014, tendo sido reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em 2015, com a edificação de um Lar de Idosos em Azinheira de Barros. Em 2018, foi reconhecida como instituição de utilidade pública e, em 2024, abriu uma Casa Abrigo destinada a Vítimas Idosas de Violência Doméstica. Esta ainda prevista, para o ano de 2026, a abertura de moradias destinadas à fixação de refugiados na região. A Fundação tem-se revelado um percurso essencial para a comunidade da zona de Grândola, não só pelo apoio que presta, como também pela criação de postos de trabalho para os habitantes locais.

A Casa Abrigo da Fundação acolhe exclusivamente vítimas de violência doméstica com mais de 65 anos de idade, que sejam encaminhadas pelos serviços competentes. No momento da entrevista, encontravam-se acolhidas 15 pessoas, sendo que já tinham passado pela casa, desde a sua abertura, um total de 24 vítimas. Estas podem permanecer na Casa Abrigo durante um período inicial de seis meses, sendo esse prazo prorrogável por mais seis meses. Durante a sua estadia, não precisam de se preocupar com as questões habitacionais, alimentares, de saúde ou de higiene. A estrutura da casa está organizada por quartos partilhados – maioritariamente duplos, existindo ainda um quarto triplo. Embora a casa disponha de cozinha, são as funcionárias que asseguram a confeção das refeições e a limpeza. No entanto, as vítimas podem – e são incentivadas a - participar tarefas diárias, como auxiliar na preparação das refeições, na arrumação dos

quartos, na colocação da mesa, ou no cuidado das plantas. Estas pequenas atividades têm como objetivo fomentar o sentimento de utilidade, de autonomia e manter as vítimas ativas e envolvidas. As residentes têm rotinas e horários que devem cumprir, nomeadamente os horários das refeições. Contudo, no tempo livre, podem passear na área envolvente, que é a zona de campo, tranquila e isolada, sem acesso ou proximidade com os agressores. Além disso, têm acompanhamento psicológico regular com a psicóloga e participam em atividades dinamizadas por uma animadora sociocultural, proporcionando-lhes momentos de lazer, convívio e desenvolvimento pessoal.

4.1. O ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO

O acolhimento da vítima, é sempre feito de forma sensível, segura e respeitadora. A vítima relata todos os episódios que culminaram o pedido de ajuda, e as técnicas registam cuidadosamente todas as ocorrências relevantes: “A vítima chega cá, o que nos fazemos é apresentar logo as respostas da associação, para a vítima estar orientada e ter um conhecimento formal daquilo que esta a acontecer” (Técnica Tânia).

Sair da sua própria casa é um momento especialmente difícil para estas vítimas, sobretudo por estarem fortemente ligadas às suas memórias, rotinas e pertenças. Muitas construíram a vida ali, ao lado do seu agressor: “Custa sempre, porque não é minha casa, não sei se vou ter a minha casa vazia, se vou encontrar as minhas coisas.” (Josefina); “Estou bem, estamos aqui todas até pelo mesmo, sim, mas pelos maridos ou outras, até pelos filhos. Estamos aqui todas pelo mesmo” (Sara) “Eu gosto de tudo, e tudo me faz falta. Nada substitui a nossa casa. Viramos as costas aquilo que é nosso, é difícil. O agressor ficar em casa” (Sara). A rotina e as atividades desenvolvidas na casa ajudam a ocupar o tempo e a aliviar os pensamentos mais difíceis. Para algumas, o apoio psicológico é o que mais valorizam. Para outras, o simples facto de poder sair para passear ou manter-se ativa nas tarefas domésticas representa um conforto: “Aqui no meu dia a dia faço pouco ou nada, eu tenho as hérnias, então não posso fazer muito. [...] Passear, vamos dar uma volta e estamos aqui, estamos bem, comemos sempre a horas.” (Josefina); “Antes falava mais que agora, na segunda tive com ela, deixa-me a cabeça mais aliviada, a Dr.^a ... ocupa-nos a cabeça, a Dr.^a dá-nos certas coisas para fazer. Digo de coração, eu estou arrependida de fugir, pelo menos estava à beira do meu homem, estava a acompanhá-lo na cova. Nunca mais lá fui por uma flor, nada.”

(Josefina); “o dia a dia é assim. Sou uma trabalhadora. Limpo a loiça, aqui há uns tempos atrás descascava batatas, cenouras, apesar dos problemas das mãos. Comemos, damos uma voltinha, para não estar sempre aqui fechada, coloco as mesas, levanto-as. Gosto de sopa de letras, de escrever. A psicóloga passa-nos trabalhos para fazermos, assim passa-se o tempo.” (Sara). Mesmo que nem todas possam participar ativamente nas tarefas devido a limitações físicas, aquelas que conseguem, fazem-no, com vontade. Não só contribuem para o funcionamento do espaço, como encontram nessas pequenas ações um modo de lidar com a dor e com o passado.

Na conversa inicial com as técnicas, para além dos episódios traumáticos, é construída uma linha cronológica da vida de vítima, recolhem-se os dados sociodemográficos e são feitas perguntas essenciais para avaliar o grau de risco. Esta avaliação é realizada com base numa ficha denominada Avaliação de Risco em Violência Doméstica- Revisto (RVD), um projeto-piloto à data das entrevistas, mas que foi formalmente implementado em 2025, conforme estabelecido na *Portaria n.º.228/2025/1*, publicada em Diário da República. O RVD foi revisto com base numa ponderação diferenciada de diversos fatores, tendo em conta que alguns apresentam um peso de risco mais elevado do que anteriormente se considerava. O nível de risco da vítima está dividido em quatro categorias: baixo, médio, elevado e extremo, sendo esta classificação essencial para, após a recolha de informação, determinar o grau de ameaça à vida da vítima. Esta avaliação é fundamental para decidir se a vítima poderá regressar a casa ou se, deverá ser acolhida noutra local, garantindo a sua segurança. Após esta fase, as técnicas explicam as diferentes respostas disponíveis – desde casas temporárias a casas abrigo. Contudo, nem todas as vítimas querem sair de casa, o que até então foi o espaço pessoal, apesar de violento. A técnica Tânia diz que se o risco não for considerado elevado, muitas optam por regressar, mas continuam a ser acompanhadas pela associação. “Não, nos acompanhamos sempre, o nosso trabalho não se surge só em fazer o encaminhamento, a maior parte dos casos que nos acompanhamos, são vítimas que vem cá ter connosco, são acompanhadas e não vão para respostas. Ficam na habitação ou em rede de suporte, acompanhamos na mesma” (Técnica Tânia).

Quando o acolhimento acontece na Casa de Emergência, o primeiro contacto da vítima é com as monitoras que se encontram na casa. Esta resposta está ativa 24 horas por dia, 7 dias da semana. A vítima pode chegar a qualquer hora, sendo sempre recebida pelas monitoras do turno. Para além da explicação das regras da casa, a vítima é acolhida de

forma a sentir-se confortável, podendo tomar banho, trocar de roupa e descansar – especialmente porque muitas chegam num estado emocional e físico instável: “Quando a utente chega ou o agregado chega, é feito o acolhimento pela monitora de turno, se a pessoa vier muito cansada, podem vir durante a noite, ou de dia. Normalmente vem sempre muito instáveis, comem qualquer coisa, tomam um banho, a monitora dá as toalhas de banho, uma roupa para trocar, caso a vítima não traga nada. Damos os produtos de higiene individuais, verifica-se se toma medicação, a monitora faz o preenchimento da guia de medicação, do guia de tratamento e do inventário da medicação” (Técnica Paula). No dia útil seguinte, a equipa, composta por uma psicóloga e uma assistente social - desloca-se à casa para realizar uma conversa mais aprofundada com a vítima. É neste momento que se recolhe o historial de vitimação, o enquadramento sociodemográfico e o episódio específico que levou ao acolhimento. Com base nessa avaliação inicial, e sempre em articulação com a vítima, é definido um plano de intervenção. Este plano inclui o encaminhamento mais adequado, que pode ser para uma Casa Abrigo, para casa de familiares ou outras soluções possíveis: “Sentamos com a vítima, fazemos o enquadramento de toda a situação, o historial, o enquadramento sociodemográfico da vítima, a história de vitimação e o episódio que desencadeou este acolhimento. E avaliamos em conjunto com a vítima quais é que são as alternativas e os caminhos a seguir.” (Técnica Paula). Uma vez na Casa, permanecerá em segurança, até que, em conjunto com a equipa técnica, se decida qual será o próximo passo. O caminho é longo e exige tempo, mas é sempre construído com a vítima, respeitando o seu ritmo e as suas decisões.

Numa outra perspetiva bastante dissemelhante, encontra-se a Casa Abrigo da Fundação Padre Américo, embora, o acolhimento seja sempre realizado de forma idêntica, no sentido, da necessidade de cada vítima necessita para o seu próprio espaço de ambientação, o acompanhamento processa-se de maneira diferente, pois a vítima tem de permanecer na Casa Abrigo, longe da sua própria casa e dos seus mais próximos. As vítimas que chegam à Casa Abrigo vêm, na sua grande maioria, reencaminhadas por Casas de Emergência onde estiveram anteriormente, por Centros de Atendimento ou outras estruturas de apoio. No entanto, existem também situações em que a vítima permanece temporariamente em casas de familiares, onde se encontra em segurança, até ser transferida para a Casa Abrigo, com o apoio logístico da Cruz Vermelha Portuguesa.

O processo de admissão chega às técnicas da Casa Abrigo através da plataforma da CIG, onde são disponibilizadas as informações essenciais sobre as características da vítima e fatores relevantes da sua situação. Após análise desses dados, é decidida a aceitação da vítima na Casa. Quando chega à Casa Abrigo, é acolhida pela Assistente Social e pela Diretora da Instituição. Nesse momento, são-lhe explicadas as regras da casa e entregues os documentos essenciais, como o regulamento interno, os direitos e deveres das residentes, bem como um guia de acolhimento que inclui todos os contactos telefónicos importantes, para que a vítima possa recorrer a eles sempre que necessário, “A vítima chega até nós, nós preparamos logo o regulamento interno, para ajudar e os direitos e os deveres delas. Damos os contactos necessários, e o guia de acolhimento com essas informações todas, caso precisem de alguma coisa tem tudo” (Técnica Patrícia). Se, no início, a vítima demonstrar necessidade de algum tempo e espaço para si, esse tempo é respeitado pelas técnicas. Contudo, segundo o que foi relatado na entrevista, muitas vezes as vítimas chegam à hora de almoço, pelo que a prioridade acaba por ser a refeição, e apenas depois se inicia a conversa com a equipa, “Ultimamente as senhoras chegam sempre a hora de almoço e acabam por ir logo almoçar. E depois ao longo do dia vamos conversando com elas sobre vários fatores” (Técnica Patrícia). As conversas iniciais abrangem muitos temas, desde os medos das vítimas, às suas motivações e preocupações com a segurança, como o pedido de desligar o GPS dos telemóveis, de modo a garantir que a localização da casa não é comprometida. Contudo, nunca lhes é proibido contactar os seus familiares ou amigos mais próximos: “Muitas vezes o que acontece, é assim às vezes parece que não lhes foi explicado, ou foi, mas não entendem, e não percebem que não podem ter visitas dos familiares. Mas podem contactar com os familiares e amigos” (Técnica Ana). Muitas das residentes, não compreendem de imediato o motivo da sua estadia na Casa Abrigo. Técnicas referem que algumas senhoras com mais de 80 anos acreditam que estão ali apenas de passagem ou para ir consultar médicas, “Muitas é um choque e dizem que tem de voltar para casa para ir buscar as roupas e coisas assim. Muitas querem ver os netos, sentem a falta deles e temos ainda muitas que pensam que estão aqui até ir ao medico, depois do medico vão a vida dela” (Técnica Ana); “Sim, temos senhoras com 60 e poucos e senhoras com 83 e 84 e pronto com essas é mais complicado.” (Técnica Patrícia). Apesar de se acreditar que toda a informação sobre o destino das vítimas lhes é transmitida antes da chegada à Casa Abrigo, as técnicas reconhecem que, devido à idade e à possível fragilidade cognitiva, a perceção destas pode ser limitada, tornando o

processo de adaptação mais difícil: “Depois não percebemos se esta informação é bem esclarecida quando elas vêm para aqui. Ou se devido à idade a percepção já não é a mesma, pronto, são situações mais complicadas que temos de dar a voltar” (Técnica Ana). O papel destas profissionais no acompanhamento é profundamente individualizado, tendo como objetivo principal capacitar ao máximo as utentes, promovendo a sua autonomia. No entanto, nem todas têm essa capacidade, sendo visível a perda progressiva de algumas competências. O acompanhamento é diário, com o apoio da psicóloga a desempenhar um papel fundamental, ajudando a desenvolver ferramentas emocionais e psicológicas para que as vítimas possam construir o seu projeto de vida. Ouvir as suas histórias e experiências traumáticas é também essencial, pois reforça o sentimento de acolhimento e de validação, ao invés de julgamento. Apesar de o foco ser, manter contacto da vítima com os familiares, sempre que seguro e possível, é igualmente importante. Muitas vítimas foram agredidas pelos maridos, mas mantêm laços afetivos com os filhos, que se preocupam com o estado de saúde das suas mães. A Técnica Patrícia relata um desses casos, “hoje tivemos uma senhora que saiu daqui e tivemos sempre em contacto com a filha que vive na Suíça. Atualizamos sempre o estado da mãe e ela ia ficando cada vez mais baralhada e confusa e então decidiu que a mãe, fosse para ao pé dela. Era um dos desejos da vítima, poder voltar a ver a filha” (Técnica Patrícia). Embora o contacto com os familiares seja valorizado, sempre que possível e seguro, o papel dos técnicos centra-se inteiramente no apoio ao idoso. São eles o foco principal - desde o reforço da sua autonomia, à capacitação emocional, até à definição do futuro mais seguro e adequado. O idoso nunca está sozinho, e o projeto de vida é sempre desenvolvido em conjunto com as técnicas da Fundação Padre Américo.

4.2. O PROJETO DE INTERVENÇÃO/ VIDA

Na Associação Mulher Séc. XXI, o Projeto de Vida das Vítimas é designado de “projeto de intervenção”, uma vez que as vítimas permanecem apenas por um curto período na Casa de Emergência, ou são acompanhadas pontualmente nas sessões presenciais na Associação. Designa-se assim porque se trata da definição e redefinição de pequenas etapas com as vítimas – a nível habitacional, de saúde e social.

Como já foi referido, existem casos excepcionais, como o da Maria, que permaneceu durante alguns meses na Casa de Emergência de Leiria até reconstruir a sua vida. No

entanto, importa sublinhar que a Associação Mulher Séc. XXI não se destina a construir projetos de vida com as vítimas, mas sim projetos de intervenção, mais imediatos e focados em necessidades urgentes e concretas, “Numa resposta de acolhimento de emergência nos não delineamos um projeto de vida com as vítimas, delineamos um projeto de intervenção. O que fazemos é, avaliamos, cada caso é um caso, e os nossos casos estão connosco temporariamente e são encaminhados para casa abrigo, onde podem delinear aí sim, um projeto de vida. Ingressão no mercado de trabalho, procura de casa e fazer autonomização. Tanto que as casas, tem acesso a apoios financeiros para essas autonomizações, que nos como resposta de acolhimento não temos” (Técnica Paula). As primeiras necessidades são geralmente resolvidas de forma imediata – nomeadamente a questão habitacional e a segurança, identificando-se onde a vítima poderá viver a curto prazo, “Depois depende dos casos, às pessoas que vão para casa dos filhos e depois voltam para casa delas, há casos em que elas arrendam uma casa, mas tem de estar psicologicamente bem, e há outros casos que vão diretamente para ERPIS, porque a autonomia é muito reduzida, felizmente com as novas casas abrigo para idosos, temos sempre o projeto de vida” (Técnica Paula).

Nem todas as vítimas permanecem nas suas habitações. Algumas vão viver para casa de familiares, para uma segunda habitação que já possuíam ou, se possível, arrendam um quarto. No entanto, para que possam permanecer em segurança, tem de existir uma ordem de afastamento decretada pelo Ministério Público. Quando a vítima permanece na sua casa - com ou sem o seu agressor - e aceita o acompanhamento da Associação da Mulher Séc. XXI, são realizadas sessões de psicologia semanais ou quinzenais e é nestes encontros que são desenhadas e revistas as etapas do projeto de intervenção, sempre com o foco nas necessidades concretas da vítima. “Sim, é feito em conjunto com a vítima e revisto em conjunto com a vítima, o ideal será de 15 em 15 dias, mas dependendo do processo pode ser de 3 em 3 semanas. Por exemplo num primeiro plano, existe esta necessidade, a vítima precisa de ir para o hospital, porque precisa e nunca foi, no segundo plano ela já foi, então já não tem essa necessidade, esta suprimida. Na revisão essa já não é uma necessidade imediata. [...] Surgem sempre necessidades todos os dias” (Técnica Paula). Para além da necessidade habitacional, pode surgir, o apoio na área da saúde - com consultas seja no Centro de Saúde ou Hospital - apoio da Segurança Social, apoio na procura de emprego, ou, no caso de vítimas idosas, apoio social que promova a sua inclusão em atividades e contextos comunitários que lhes permitam

reconstruir relações sociais, frequentemente interrompidas ao longo da vida. “Normalmente as pessoas idosas tem muitas questões sociais e económicas associadas, ou seja, o que nos fazemos é encaminhar para os serviços da segurança social para tratar da questão socioeconómica, fazemos encaminhamento para tratar de questões de subsídios, de atribuição de medidas que a câmara possa ter, por exemplo, do apoio da compra da medicação” (Técnica Tânia). O projeto de intervenção esta dividido em quatro áreas distintas, “Ocupação dos tempos livres, a questão da saúde, que tem questões do foro físico e mental, nós trabalhamos a questão psicológica, mas quando são questões de psiquiatria nos encaminhamos para o centro de saúde que encaminha para o hospital, a questão socioeconómica e a questão da segurança” (Técnica Tânia).

Independentemente de a vítima estar a viver temporariamente na Casa de Emergência ou a ser acompanhada em regime externo pela Associação, o seu projeto de intervenção é único e desenhado à sua medida, em conjunto com a equipa técnica. Há necessidades que as vítimas desconhecem e outras tantas que exigem o apoio de várias entidades parceiras da instituição. Assim, embora não seja formalmente designado como projeto de vida, cada vítima terá sempre um percurso traçado, individual e ajustado à sua realidade, com o objetivo fundamental de restabelecer as suas necessidades, promover a sua autonomia e reconstruir, de forma segura e digna, a sua vida.

Por sua vez, nas Casas Abrigo, são feitos em conjunto com as vítimas e o acompanhamento das técnicas, o designado projeto de vida que nem sempre corresponde àquilo que a vítima idealizou para si. Muitas destas mulheres chegam à Casa Abrigo bastante debilitadas e, devido à violência prolongada que sofreram, vão perdendo capacidades – e, com elas, também a força para as recuperar. Para além disso, trata-se de um processo longo e desafiante, pois as vítimas nem sempre têm uma decisão clara e estável sobre o que pretendem para o seu futuro. “Isto não é uma linha reta, existe muitos altos e baixos. Ora querem ir para uma ERPI, ora querem ir para casa, ora querem ir para o filho, ora querem uma casa sozinhas. Existe aqui um trabalho, com muitos altos e baixos” (Técnica Patrícia). As técnicas salientam que a vontade da vítima é sempre respeitada e colocada em primeiro plano. Contudo, referem que nem sempre é possível levar essa vontade até ao fim, especialmente quando se verifica que a vítima não reúne as condições necessárias para viver de forma autónoma. “O que querem hoje, já não querem amanhã e temos muitas situações dessas, e pronto, o que tentamos fazer é sempre a vontade da vítima, mas depois no temos de avaliar e

percebemos que há senhoras que nunca vão conseguir estar sozinhas. Não conseguem ter autonomia para isso, que é o que elas querem. E depois é trabalhar um bocadinho... que cheguem onde nós queremos. O que achamos que é a melhor resposta para elas” (Técnica Ana). A verdade é que, para qualquer pessoa, o desejo de regressar à sua casa ou voltar a viver sozinha está associado à noção de liberdade e dignidade. A autonomia, aos nossos olhos, representa independência. No entanto, com o avançar da idade, as capacidades vão-se perdendo – e, no caso das vítimas de violência, os traumas e agressões sucessivas aceleram essa perda e agravam a fragilidade. Existem vítimas com 65 anos - ou com um pouco mais - que ainda mantêm a capacidade de viver de forma independente, gerido sozinhas a sua medicação, alimentação e higiene. Porém, há outras, com a mesma idade, cuja autonomia já é bastante limitada, tornando necessário repensar qual será a melhor resposta para o seu futuro, “Sobretudo nas idades mais avançadas, já tem alguma dependência e a senhoras que tem muitas questões de saúde graves, e tentamos trabalhar e contornar, para que a resposta seja a melhor, mesmo que não seja aquelas que elas idealizam” (Técnica Ana). Embora o projeto de vida seja sempre feito em conjunto com a vítima, as reuniões de equipa entre as técnicas são fundamentais para discutir se esse projeto é realmente exequível, tendo em conta a autonomia da vítima e os desafios envolvidos. Posteriormente, em sessões com a psicóloga, o futuro é abordado com a vítima de forma cuidadosa e respeitosa, pois nem todas conseguem lidar bem com as opiniões divergentes, especialmente quando se trata do seu próprio futuro. Paralelamente, a assistente social e a animadora vão conversando com a vítima no mesmo sentido, de forma complementar.

As vítimas que expressam vontade de ir para uma ERPI enfrentam um processo mais demorado, devido à escassez de vagas e à morosidade das respostas da Segurança Social. As técnicas deram um exemplo claro dessa realidade: “temos aqui uma senhora que esta connosco desde junho, e ainda não saiu. Ainda não conseguimos concretizar o projeto de vida dela, ela sempre disse que queria uma ERPI, mas as respostas, não tem o tempo que nós precisamos, demora muito mais tempo que nós precisamos. O processo desta senhora também ainda decorre no tribunal, então também, dificulta a entrada desta senhora numa ERPI. Os tempos não ajudam, não estão a nosso favor” (Técnica Patrícia). Apesar da necessidade de concretizar os projetos de vida das vítimas - para que estas sintam que a sua vida avança -, a realidade nem sempre colabora. Os entraves são diversos: falta de respostas sociais, processos judiciais em

curso ou ausência de estruturas adequadas. Para além das Erpi's, outras vítimas acabam por regressar para junto dos filhos, que se disponibilizam para cuidar das mães ou colocá-las num lar mais próximo de si. Existem ainda vítimas que conseguem autonomizar-se e que continuam a ser acompanhadas por um Gabinete de Apoio à Vítima na zona onde vão residir, devidamente referenciadas pela Fundação, “O caso da senhora que falei não sei, que eu saiba não voltou para o agressor, mas fazemos com todas, conversamos com o gabinete de apoio a vítima da zona e o acompanhamento continua, mas com outra equipa de mais perto” (Técnica Ana). Contudo, apesar dos esforços e da existência de projetos de vida ajustados, ainda há vítimas que decidem, por vontade própria, regressar ao convívio com os agressores. Embora ninguém as possa demover, essa decisão gera um sentimento de frustração entre as técnicas. “Elas chegam aqui com muita vergonha, que vem de terras muito pequenas e dizem que não querem voltar para casa porque tem vergonha, mas passado uns tempos, uns meses dizem que eu vou voltar para casa. Eu não quero mais isto e voltaram para casa” (Técnica Ana), a técnica Patrícia, reforça essa ideia, “Sim e voltaram para o agressor. Ainda acontece e apesar de ser estas idades, ainda de facto acontece” (Técnica Patrícia), salienta ainda que “Vem com aquela ideia, de se aguentei estes anos todos, agora que estou no final de vida é que vou deixar a minha casa, o meu espaço. É muito isto o pensamento. Nós sentimo-nos impotentes porque parece que ao estamos a fazer o nosso trabalho... são opções... e elas são livres de sair” (Técnica Patrícia).

Muitas vítimas pedem ajuda, desejando que o sofrimento que carregam há décadas acabe. No entanto, por terem vivido toda a vida naquele registo de violência e submissão, algumas acabam por voltar para casa – para o agressor. É o espaço onde sempre viveram, que construíram com quem as maltratou, mas que, paradoxalmente, continuam a sentir como seu.

5. A MEDIAÇÃO COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Como abordado no final do Capítulo I, a APAV, descreve no seu site a possibilidade de uma Mediação Restaurativa, que prevê sessões em que a vítima e agressor possam estar juntos. No entanto, conforme confirmado tanto pela APAV como pelas profissionais entrevistadas, este tipo de mediação não é praticado atualmente em Portugal. Em contraste, em países como a Áustria e a Alemanha, esta abordagem encontra-se já em prática, apresentando taxas de sucesso relevantes, como demonstrado no Projeto “Vítimas e Mediação” publicado pela própria APAV. Neste documento, são destacados diversos contributos internacionais sobre o tema: Gred Delattre, ao abordar a experiência alemã, afirma que este tipo de mediação “nunca decorreu sem tensões” (APAV, 2008). Por sua vez, Jaap Smit, a partir do contexto holandês, sublinha que a mediação só ocorre mediante o pedido da vítima, realçando que “desde o início, a vítima é o ponto central e um encontro apenas ocorre quando a vítima quiser participar” (APAV,2008).

Durante uma das entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho, questionei uma das técnicas da Instituição, sobre esta abordagem, ao que respondeu prontamente que na Associação, e em Portugal, não se realiza mediação entre vítima e agressor. Explicou que a intervenção com a vítima é feita individualmente, centrada no seu processo de recuperação, enquanto o agressor poderá, por sua vez, ser acompanhado num processo de reinserção social, mas sempre em separado. Acrescentou ainda que, para muitas vítimas, este contacto direto poderia ser prejudicial, provocando ansiedade, medo e retraumatização. No entanto, questionadas sobre que estratégias de mediação utilizavam com vítimas idosas de violência doméstica, as técnicas da instituição de Leiria entrevistadas referiram que, “é sobretudo prevenção de novas violências e depois é transformar a situação que foi de violência doméstica e potencialmente traumática, e transformar em adaptações para si e para que as pessoas reconheçam os sinais e que previnam voltar a estar em situações e dinâmicas de violência” (Técnica Tânia). Segundo a Técnica Paula, a prevenção nas faixas mais idosas é difícil existir, “Preventiva é difícil de dizer que exista, elas chegam até nós em casos agudos, preventiva é aquilo que fizemos de manhã numa escola a falar com os jovens sobre violência no namoro. Fazemos intervenção preventiva, na questão de não voltem a ser

vítimas de outras pessoas, para reincidir as vítimas, mas fazemos intervenção em crise imediatamente, estabilização e então a transformação” (Técnica Paula).

Na perspectiva da Técnica Marta, existe uma mediação transformativa, dando ferramentas às vítimas para modificar o seu pensamento, de forma a consciencializar, sobre os comportamentos amorosos e de violência, “Acho que é de tudo um pouco, para conseguirmos encontrar a melhor resposta, no trabalho que fazemos, utilizamos tudo, a mediação construtiva e a transformativa, porque existe a necessidade de transformar estratégias, para a situação dela. E construtivas que para mim é das melhores, construir com elas metodologias de trabalhar aquela violência que esta inserida psicologicamente, desconstruir e muitas vezes formas de pensar que muitas vezes não vão encontro da realidade” (Técnica Marta). Nota-se que, apesar da diversidade terminológica, existe um consenso entre as técnicas da Associação Mulher Séc. XXI sobre a predominância de uma mediação transformativa e construtiva no acompanhamento das vítimas. A técnica Marta salienta, com entusiasmo, que reconstruir com as vítimas as suas estratégias de pensamento e interpretação da violência é uma das formas mais eficazes de intervenção. O objetivo passa por trabalhar as representações emocionais e cognitivas que muitas vezes distorcem a perceção do que é violência e do que é uma relação saudável. De forma semelhante, a Técnica Patrícia, da Fundação Padre Américo, reforça a importância da mediação transformativa, em que, através do trabalho da psicóloga, as vítimas passam a compreender que muitos comportamentos vividos ao longo da vida não eram normais nem aceitáveis: “Mais uma pergunta difícil, mas sim, a psicóloga faz mais esse trabalho, elas contam situações da vida delas e as vezes não percebem que aquilo era violência, que aquilo não era uma agressão sexual e com o trabalho da psicóloga vão percebendo que não era normal. Faze-las entender que aquela relação sexual não era normal, e quando saem daqui elas percebem afinal isto era outra coisa, afinal não era amor” (Técnica Patrícia).

Assim, mesmo que não sendo possível realizar mediação direta entre vítima e agressor, como em modelos restaurativos de outros países, as instituições portuguesas entrevistadas desenvolvem intervenções centradas na vítima, com componentes de mediação transformativa e preventiva. Estas abordagem procuram:

- Reconstruir a perceção da vítima sobre a sua vivência;

- Reforçar a sua consciência sobre os sinais de violência;
- Prevenir recaídas em relações abusivas futuras;
- Trabalhar traumas e feridas emocionais com apoio técnico e psicológico.

Estas formas de mediação, apesar de distintas do modelo restaurativo formal, são fundamentais para a reestruturação emocional e a capacitação das vítimas, permitindo-lhes recomeçar a vida com maior segurança, consciência e autonomia.

CONCLUSÕES

A presente investigação teve como objetivo compreender o percurso de mulheres idosas vítimas de violência doméstica, com especial enfoque nas respostas sociais disponíveis em Portugal e nos processos de reconstrução dos seus projetos de vida após a saída de contextos abusivos. A escolha do tema resultou de uma inquietação pessoal e profissional: como apoiar mulheres que, mesmo na fase final da vida, se veem obrigadas a recomeçar?

Ao longo do estudo, foi possível aceder a um conhecimento aprofundado sobre a violência doméstica na população idosa — um fenómeno ainda pouco visível e raramente abordado de forma específica. Através da escuta atenta das suas experiências, evidenciaram-se não apenas as marcas da violência física e emocional, mas também os complexos desafios enfrentados após o pedido de ajuda, muitas vezes atravessados por burocracia, exames médicos invasivos e o peso da denúncia no seio familiar.

O primeiro objetivo específico — identificar respostas sociais para pessoas idosas vítimas de violência doméstica — revelou que, embora ainda escassas, existem estruturas de apoio fundamentais, como casas abrigo, gabinetes de apoio à vítima e serviços de acompanhamento jurídico, psicológico e habitacional. Estas respostas têm um papel essencial na estabilização e proteção imediata das vítimas, mas também na reconstrução do sentido de vida e autonomia. A atuação destas entidades demonstra que, mesmo com recursos limitados, é possível criar espaços de acolhimento dignos, onde as vítimas se sintam seguras e respeitadas.

O segundo objetivo — compreender o funcionamento dos serviços prestados — evidenciou que as respostas variam significativamente entre instituições e que os recursos disponíveis nem sempre estão ajustados às especificidades da população idosa. Em muitos casos, observam-se lacunas na formação dos técnicos, na articulação entre serviços e na adequação das respostas às necessidades físicas, emocionais e sociais desta faixa etária. A falta de medidas específicas e a ausência de uma abordagem interseccional comprometem, em certa medida, a eficácia da intervenção.

O terceiro objetivo — conhecer experiências de mulheres vítimas de violência doméstica — trouxe à luz testemunhos de vida marcados por anos de silenciamento,

resignação e sofrimento. As entrevistas realizadas com mulheres com mais de 70 anos permitiram perceber a complexidade das trajetórias de violência, mas também a capacidade de resistência e o desejo de mudança. Uma das entrevistadas afirmou que o projeto de vida na velhice não tem de significar fim ou isolamento, mas pode ser uma oportunidade para recomeçar, com dignidade e tranquilidade. Esta visão desconstrói a ideia de que o envelhecimento é incompatível com a reinvenção pessoal.

O quarto e o quinto objetivos — conhecer o perfil dos técnicos e as estratégias utilizadas na intervenção — permitiram reconhecer o compromisso ético e emocional dos profissionais que atuam nesta área. As técnicas entrevistadas destacaram a importância da escuta ativa, do acompanhamento personalizado e da empatia como pilares da sua prática. Apesar dos constrangimentos institucionais e da escassez de recursos, os profissionais assumem um papel que vai além do técnico: são frequentemente o primeiro rosto de acolhimento, de validação da dor e de apoio concreto à reconstrução da vida das vítimas.

Durante a investigação, enfrentaram-se alguns obstáculos significativos, nomeadamente a dificuldade de contacto com instituições e um número reduzido de entrevistas. Ainda assim, foi possível recolher contributos relevantes através da colaboração com a Associação Mulher Século XXI e a Fundação Padre Américo, o que permitiu aceder a dados concretos e enriquecedores. Estes constrangimentos metodológicos, apesar de limitadores, não comprometeram os objetivos centrais da investigação.

A escolha do tema revelou-se de elevada importância face aos desafios sociais contemporâneos. Muitos idosos, particularmente mulheres, que durante décadas desempenharam papéis centrais na estrutura familiar e na transmissão de valores, vivem hoje em contextos de violência, frequentemente no silêncio e na invisibilidade. Esta realidade desafia-nos a refletir sobre a forma como a sociedade trata os seus elementos mais vulneráveis. Ignorar a violência doméstica na velhice é, de certa forma, desvalorizar aqueles que tanto contribuíram para o bem-estar coletivo.

Cabe à sociedade — e, em especial, às instituições públicas, aos profissionais da intervenção social e à comunidade académica — o dever ético, cívico e político de reconhecer, denunciar e combater todas as formas de maus-tratos dirigidas à população

idosas. É urgente repensar a abordagem deste fenómeno⁴ reforçar as políticas públicas, promover formação especializada e criar respostas sociais ajustadas, que assegurem os direitos, a segurança e a dignidade destas pessoas.

Esta investigação demonstrou que, para muitas mulheres idosas, denunciar a violência pode significar perder quase tudo: a casa, os vínculos familiares, a estabilidade emocional. No entanto, também ficou claro que é possível reconstruir o sentido da vida, mesmo após anos de sofrimento. O projeto de vida não é exclusivo da juventude — é um direito em qualquer fase da existência. E este direito inclui a paz, o afeto e a possibilidade de viver com dignidade.

A mediação intercultural, quando aplicada de forma transformadora, revelou-se uma ferramenta relevante neste processo de reconstrução. Ao permitir o diálogo, o empoderamento e a reconstrução de vínculos, contribui para uma intervenção mais humanizada, centrada na singularidade de cada mulher.

Felizmente, é cada vez mais visível na comunicação social o crescente número de vítimas de violência doméstica a procurar ajuda, rompendo com ciclos de silêncio e medo. Estes relatos não só denunciam agressões, como também apelam a outras para que não se calem, pois não estão sozinhas. A criação de movimento de apoio, por exemplo nas redes sociais, várias organizações como a APAV, que através de parcerias com entidades públicas, campanhas de sensibilização, eventos e publicações, contribuem para desconstruir a ideia de que a violência doméstica é um assunto privado ou menor.

Mais do que denunciar a violência, importa criar condições reais para que estas mulheres possam redefinir a sua identidade e lugar no mundo. O futuro destas vítimas não deve limitar-se à sobrevivência, mas abrir-se à possibilidade de felicidade, estabilidade e reconhecimento. A violência não define as suas vidas. A coragem de recomeçar, sim.

⁴ Recentemente o procurador-geral da República, Amadeu Guerra (CNN Portugal, 2025), defendeu publicamente que nos casos de violência doméstica, deve ser o agressor e não a vítima a abandonar a residência familiar. Estas abordagens reforçam a urgência de criação de políticas públicas mais protetoras das vítimas. Guerra sublinhou ainda a importância de reforçar os mecanismos de recolha de prova e a audição memória futura, reconhecendo que o constante reviver desses momentos, ao repetir relatos traumáticos é em si mesmo, uma forma de violência e leva muitas vítimas a desistir dos processos.

Assim, esta investigação não termina com um ponto final, mas com uma afirmação: nunca é tarde para reescrever a própria história. As mulheres idosas vítimas de violência não são apenas sobreviventes — são protagonistas de novos começos. A velhice deve ser reconhecida como um tempo legítimo de transformação, esperança e afirmação.

Nunca é tarde para ser feliz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (3º ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1390-1>
- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Revista Referencia* (nº5). [\(PDF\) A técnica de análise de conteúdo](#)
- Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Século XXI. (2018). *Quem somos*. Mulher Século XXI. [Quem Somos – Mulher Século XXI](#)
- Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Século XXI. (2018). *Valências*. Mulher Século XXI. [Valências – Mulher Século XXI](#)
- Associação de Desenvolvimento e Apoio às mulheres (s.d.). *A Mulher século XXI e a violência doméstica: uma missão*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2008). *Vítimas e mediação: Manual prático do projeto "Vítimas e Mediação"*. APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2010). *Manual Titono: Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de crime e violência*. https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Titono_PT.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2020). *Folha Informativa. Violência contra Pessoas Idosas*. [FI_VCPI_2020.pdf](#)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [APAV]. (2013-2020). *Estatísticas APAV Pessoas Idosas Vítima de crime e de violência 2013-2020*. [Estatísticas_APAV_Pessoas_idosas_Vítimas_Crime_Violencia_2013](#)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [APAV]. (2021 – 2023). *Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência Estatísticas*. [Pessoas Idosas Vítimas de Crime & de Violência | 2021-2023](#)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [APAV]. (2024, setembro 30). *Estatísticas APAV Pessoas idosas vítimas de crime e violência 2021 - 2023*. https://apav.pt/apav_v3/index.php/en/3532-estatisticas-apav-pessoas-idosas-vitimas-de-crime-e-violencia-2021-2023
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [APAV]. (2024). *Estatísticas APAV Totais Nacionais 2024*. [Estatísticas2024](#)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2025). *Principais Modelos Restaurativos*. Recuperado em 07 de janeiro de 2025, de [Principais modelos](#)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2025). *Violência doméstica | APAV apoiou 11.993 vítimas em 2024 – um crescimento de 29,3 % em apenas quatro anos*. [Violência Doméstica | APAV apoiou 11.993 vítimas em 2024 – um crescimento de 29,3% em apenas quatro anos – APAV](#)
- Bandeira, B. (2023). *Cristaliza* [Canção]. Banda Ritmo/Sony Music Portugal.
- Berger, L., & Mailloux -Poirier, D. (1995). *Pessoas Idosas. Uma abordagem global*. Lusodidacta.

- Bogdan, R., & Bilken, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Brum, R., Pereira, C., Rodrigues, T., & Santos, A. (2021). Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. *Psicologia em Pesquisa*, 15(1), 2-28. DOI: 10.34019/1982-1247.2021v15.31206
- Celeghini, A. (2023). *Violência Contra a Pessoa Idosa*. Dialética Editora.
- Centro Paroquial de Cunha Baixa. (s.d.). *Quem Somos?* cpcunhabaixa.pt
- Cerejo, S. D. A. (2014). Viver sobrevivendo: Emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/14101>
- CNN Portugal. (2025, janeiro 22). Amadeu Guerra defende que seja o agressor e não a vítima a sair de casa nos casos de violência doméstica. *CNN Portugal*. <https://cnnportugal.iol.pt>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2009). *Violência Doméstica: Encaminhamento para casa de abrigo*. CIG.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2021). *Portal da Violência Doméstica: Enquadramento*. [Enquadramento - CIG](#)
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2019). *Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD)*. [AF CIG ViolDomestica A4](#)
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2024). *Portal da Violência Doméstica: Indicadores Estatísticos*. [Indicadores Estatísticos - CIG](#)
- Conselho da Europa. (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as mulheres e a violência doméstica. (Convenção de Istambul)*. [Portuguese version](#)
- Costa, D. M. S. G. (2010). A intervenção em parceria na violência conjugal contra as mulheres: Um modelo inovador? [Tese de doutoramento, Universidade Aberta]. <http://hdl.handle.net/10400.2/1813>
- Correia, P. S. S. (2024). Mediação Intercultural. Uma ação de diálogo, empoderamento e de democracia. *Quaderns D` Animació | Educació social*, (39), 1-37. [Mediacao intercultural.pdf](#)
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2.^a ed.). Almedina.
- Decreto-Lei n.º 48/95 do Código Penal Artigo 152º (2024). *Diário da República: I Série A, n.º 63/1995*. [Código Penal - CP - Artigo 152.º | DR](#)
- Decreto-Lei n.º 48/95 do Código Penal Artigo 152ºA (2024). *Diário da República: I Série A, n.º 63/1995*. [Código Penal - CP - Artigo 152.º-A | DR](#)
- Diário da República (2024). *Legislação Consolidada: Decreto-Lei n.º 48/95. Consolidação Decreto-Lei n.º 48_95 - Diário da República n.º 63_1995, Série I-A de 1995-03-15.pdf*
- Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma abordagem sociológica*. Edições Afrontamento.
- Dias, I. (2005). Envelhecimento e violência contra idosos. *Sociologia*, 15, 249- 273.

- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Revista do Departamento de Sociologia da FLIP*, 20, 245-262. [Visualização de Violência doméstica e justiça: respostas e desafios](#)
- Dias, I. (2017). Envelhecimento e Violência contra os idosos. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2391/2188>.
- Félix, J. R.P. (2015). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: relato de uma experiência em Espanha* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/23438>
- Ferreira, M. (2020). *Violência doméstica e género*. Edições ISCSP.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3.^a ed.). Artmed.
- Fundação Padre Américo. (2025). *História*. Recuperado em 13 de janeiro de 2025, de [História – FUNDAÇÃO PADRE AMÉRICO](#)
- Fundação Padre Américo. (2025). *ERPI Especializada*. Recuperado em 13 de janeiro de 2025, de [ERPI Especializada – FUNDAÇÃO PADRE AMÉRICO](#)
- Gonçalves, A. M.F. (2013). Educação visual e plástica como construtora de aprendizagens significativas [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. [Ângela Maria Ferreira Gonçalves](#)
- Gonçalves, C., & Gonçalves, A. (2021). *Metodologias de investigação: Fundamentos e práticas*. Edições Sílabo.
- Gonçalves, M., & Gonçalves, A. (2021). *Ética em investigação científica*. Edições Sílabo.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Princípia.
- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (2014). *Projeto Envelhecimento e Violência (2011-2014)*. [Envelhecimento e Violência 2011-2014 .pdf](#)
- Lei n.º 112/2009 do Regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. (2021). *Diário da República: Série I, n.º 180/2009*. [Regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas - Secção I | DR](#)
- Leite, D. S. B. (2018). Mediação transformativa no direito de família: tratando a lide sociológica. *Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos*, 4 (1), 108-124. [10.26668/IndexLawJournals/2525-9679/2018.v4i1.4317](https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9679/2018.v4i1.4317)
- Lemos, Y. (2022). *A Violência e o Abandono contra o idoso no âmbito familiar*. Belo Horizonte: Conhecimento
- Lopes, V. (2022). *Envelhecer sem ter medo de viver: as competências profissionais na intervenção social junto dos/as idosos/as vítimas de violência doméstica* [Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona]. [Envelhecer sem ter medo de viver: as competências profissionais na intervenção social junto dos/as idosos/as vítimas de violência doméstica - Universidade Lusófona](#)
- Magalhães, T. (2010). *Violência e Abuso*. Universidade de Coimbra.

- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: compreender para intervir Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio às Vítimas*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Martinho, A. S. (2016). *Maus-Tratos de Idosos*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <https://hdl.handle.net/10316/33369>
- Martins, A. L. A., Silva, M. C. L. & Almeida, R. O. (2019). Justiça restaurativa e mediação: benefícios e desafios no contexto escolar. *Revista Ciência da Sociedade*, 3 (6), 126-150. <https://doi.org/10.30810/res.v3i6.1305>
- Martins, C.V.P. (2024). *Para além do erro: (re)parar comportamentos agressivos- Programas restaurativos e preventivos da violência na vida familiar e doméstica e em relações de intimidade e confiança*. [Dissertação de Mestrado, Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional do Politécnico de Leira.
- Martins, V.M. & Bartilotti, C.B. (2015). “Acabou comigo como pessoa” A caracterização da violência doméstica a partir da percepção de mulheres violentadas. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciência Humanas*, 16 (108), 41-61. <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2015v16n108p41>
- Marques, M. M. F. (2019). *Eu, Nós, Eles e o Projeto de Vida*. [Dissertação de Mestrado, Politécnico de Leiria.] Repositório Institucional do Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/4646>
- Mendes, D. F. F. (2013). O Namoro na Terceira Idade: transformação de si e dos outros e envelhecimento ativo. [Dissertação de Mestrado]. Repositório Institucional do Politécnico de Leira <http://hdl.handle.net/10400.8/3180>
- Minayo, M. (2006). *Violência e Saúde*. (1ªed). Editora FioCruz.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. [Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde](#)
- Organização Mundial da Saúde (2021). *Relatório mundial sobre o idadismo*. [9789275724309-por.pdf](#)
- Organização Mundial da Saúde (2022, junho 13). *Abuso de idosos*. Recuperado em 28 novembro de 2024 de [Abuso de idosos](#)
- Organização Mundial da Saúde (s.d.). *Violência contra as mulheres*. Recuperado em 10 dezembro de 2024 de [Violência contra as mulheres - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde](#)
- Paulino, M. & Costa, D. (2019). *Maus-tratos a pessoas idosas*. Pactor Edições
- Pereira, S. (2023). *E se eu não me calar?* [Dissertação de Mestrado, Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional do Politécnico de Leira. <http://hdl.handle.net/10400.8/9520>
- Perttu, S. & Laurola, H. (2017). *Maltrato a pessoas idosas: Manual de treino para formadores e profissionais*. SAFE
- Pillemer, K., Burnes, D., Riffin, C., & Lachs, M. S. (2016). Elder abuse: Global situation, risk factors, and prevention strategies. *The Gerontologist*, 56(Suppl_2), S194–S205. <https://doi.org/10.1093/geront/gnw004>

- Portugal. (2025). *Portaria n.º 228/2025/I, de 12 de março: Aprova o modelo de ficha de avaliação de risco em violência doméstica*. Diário da República, 1.ª série, n.º 50. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/228-2025-918823456>
- Portal Diplomático (s.d.). *Prevenção e Combate à Violência Doméstica*. Recuperado de [Prevenção e Combate à Violência Doméstica - Serviços Informativos - Serviços - Portal Diplomático](#)
- Ramos, F. S. (2011). *Os agressores de pessoas idosas* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/62267>
- Ribeiro, L. (2008). *Os Projetos de vida de Idosos Institucionalizados* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior Bissaya Barreto]. Repositório Comum do Instituto Superior Bissaya Barreto. <http://hdl.handle.net/10400.26/29507>
- Ribeiro, S. (2016). *O Lado B da Violência Doméstica* [Dissertação de Mestrado, Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional do Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/2493>
- Ribeiro, S. & Vieira, R. (2018). A Mediação e a Violência Doméstica: Do trabalho social com agressores. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira & C. Margarido (Orgs), *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária Estar dentro e estar fora para mediar e intervir* (pp. 79- 100). Edições Afrontamento.
- Rodrigues, L. M. O. (2021). *A cocriação na mediação intercultural: o papel do mediador*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/77100>
- Rosa, R. R. (2025). *Eu disse que não*. Alma dos Livros.
- Samson, A. (2009). *A Violência Doméstica* (1ªed.). Plátano Editora.
- Sani, A. & Caridade, S. (2016). *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime*. Edições Pactor.
- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
- Silva, A. M. C. (2011). Mediação e (m) educação: discursos e prática. *Intersaberes*, 9 (12), 249-265. <https://hdl.handle.net/1822/15409>
- Silva, J. (2021). *Violência contra as pessoas idosas*. [Dissertação de Mestrado Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional do Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/5781>
- Stoyanova, E. (2003). *O Diário do Medo*. Editorial Presença.
- Torremorell, M. C. B. (2008). *Cultura de mediação e Mudança Social*. Porto Editora.
- Tombolato, M. A. & Santos, M. A. (2020). Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI): fundamentos básicos e aplicações em pesquisa. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 26(3). <https://doi.org/10.18065/2020v26n3.5>
- Vieira, R. (2010). *Identidades Pessoais: Interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri
- Vieira, A. (2016). Da educação e mediação. In A., Vieira (Ed.), *Educação Social e Mediação Sociocultural* (pp. 67 – 110). Profedições.

- Vieira, A. & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans) formações*. Profedições.
- Vieira, A. & Vieira, R. (2016). Mediações socioculturais: conceitos e contextos. In Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Cristovão, M. (orgs), *Pedagogias de mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp.27-56). Profedições.
- Vieira, R. (2007, setembro 4-5). *Identidades, Histórias de vida e culturas escolares: contribuições e desafios para a formação de professores*. [Apresentação de comunicação]. III Seminário de Educação “Memórias, Histórias e Formação de Professores”, Rio de Janeiro, Brasil. <http://hdl.handle.net/10400.8/513>
- Vieira, R.; Silva, P.; Marques, J.; Vieira, A. & Margarido, C. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. Afrontamento
- Vieira, R., Margarido, C., & Mendes, M. (Orgs.), *Diferenças, Desigualdades, Exclusões e Inclusões*. Porto: Edições Afrontamento.
- World Health Organization. (2015). *World report on ageing and health*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240694811>
- Zehr, H. (2002). *The Little Book of Restorative Justice*. Intercourse, PA: Good Books.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Consentimento Informado

Consentimento Informado

Este projeto tem como objetivo conhecer as respostas sociais existentes para a proteção e apoio às pessoas idosas vítimas de violência doméstica. O estudo é desenvolvido por Carolina Martins Oliveira, com supervisão da Professora Ana Vieira, no âmbito de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

A entrevista a realizar será gravada em áudio após o seu consentimento. A entrevista será posteriormente transcrita.

Qualquer informação que tivermos sobre si e tudo o que nos disser durante a entrevista será mantido de forma confidencial. O seu nome e os seus contactos serão guardados separadamente da transcrição e quaisquer detalhes que possam ser usados para identificá-lo/a serão removidos da transcrição. Quaisquer excertos do que disser, e que possam ser citados no trabalho escrito, serão inteiramente anónimos, o seu nome não será utilizado em situação alguma.

Os resultados deste estudo serão usados para fins estritamente académicos.

Confirmo que li e compreendi a folha de informação que me foi facultada para este estudo. Tive oportunidade de considerar a informação, fazer perguntas e de as ver respondidas de forma satisfatória.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura, sem dar uma razão para tal.

Compreendo que a entrevista será gravada digitalmente (em áudio) e depois transcrita.

Compreendo que a informação dada nesta entrevista pode ser utilizada, no futuro, em relatórios ou apresentações de trabalhos.

Compreendo que qualquer informação pessoal que possa ser usada para me identificar será retirada da transcrição da entrevista e que eu não serei identificado/a

em quaisquer publicações, relatórios ou apresentações, nem será feito qualquer uso dela além do projeto.

Compreendo que a transcrição anonimizada da entrevista será apenas partilhada entre o entrevistador e os supervisores da investigação.

Nome do participante:

.....

Assinatura do/a participante:

.....

Responsável pelo estudo:

.....

Local: Data:

APÊNDICE 2- GUIÃO DE ENTREVISTA AOS TÉCNICOS QUE TRABALHAM COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (SEM AUXÍLIO DE HABITAÇÃO TEMPORÁRIA)

No início:

Bom dia/Boa Tarde,

O meu nome é Carolina Oliveira e estou a desenvolver uma investigação sobre a violência doméstica contra a população idosa, no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social do Instituto Politécnico de Leiria. Para esse efeito, gostaria de lhe colocar algumas questões.

A entrevista tem como objetivo conhecer a experiência de pessoas vítimas de violência doméstica e as respostas sociais existentes para a proteção e apoio às pessoas idosas vítimas de violência doméstica.

Saliento que todas as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos dados. Com a sua autorização, gostaria de gravar a entrevista, de forma a facilitar o registo e análise da informação. Caso, em qualquer momento, deseje interromper a entrevista ou se sentir desconforto com alguma questão, por favor, informe-me para que possamos interromper a sua participação.

1. Identificação do técnico da associação

Idade

Sexo

Concelho onde reside

Função que exerce na associação

Há quanto tempo está na associação

Motivo que a levou a trabalhar na associação

2.. O Acolhimento da vítima

Como é que as vítimas chegam até a associação? Conte um pouco de todo o processo

Quais as motivações que as pessoas idosas vítimas trazem e quais os maiores medos?

Após pedirem ajuda, a vítima volta para a sua habitação? Que respostas lhes são oferecidas?

Que respostas sociais existem para as pessoas vítimas de violência doméstica idosas?

Como se processa o acolhimento, a avaliação e o acompanhamento das vítimas?

Por fim, o encaminhamento destas pessoas como é feito?

Quem são os técnicos que trabalham com estas pessoas?

Qual o papel dos técnicos em todo este processo? Que estratégias utilizam?

Qual o papel das famílias em todo este processo? Há algum contacto?

4. O Projeto de vida para a vítima

Quais as etapas que fazem parte do acompanhamento destas pessoas até à sua autonomização?

Como se processa a construção de novo projeto de vida?

Quem faz parte da elaboração do Projeto de vida?

Como é delineado, qual a duração e como é feita a avaliação?

A vítima é acompanhada até quando? Existe algum limite?

Que estratégias são usadas para que a pessoa vítima não desista deste novo processo na sua vida?

Com que visão entram aqui a primeira vez e como é que saem? Mais confiantes?

Que tipos e estratégias de mediação é feita com as pessoas vítimas de violência doméstica? Preventiva, transformativa.

APÊNDICE 3 - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS TÉCNICOS QUE TRABALHAM COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (COM AUXÍLIO DE HABITAÇÃO TEMPORÁRIA)

1. Identificação do técnico da associação

Idade

Sexo

Concelho onde reside

Função que exerce na associação

Há quanto tempo está na associação

Motivo que a levou a trabalhar na associação

2. Caracterização da Associação

Missão da Associação

Número de vítimas que se encontram na associação

Requisitos para admissão das vítimas

Duração da permanência

Estrutura da casa

Como participam nas rotinas da casa?

2.. O Acolhimento da vítima

Como é que as vítimas chegam até a habitação temporária? Fale um pouco deste processo

Quais as motivações que trazem e quais os maiores medos?

Como se processa o acolhimento e o acompanhamento das vítimas?

Quem são os técnicos que trabalham com estas pessoas?

Qual o papel dos técnicos em todo este processo? Que estratégias utilizam?

Qual o papel das famílias em todo este processo? Há algum contacto?

4. O Projeto de vida para a vítima

Quais as etapas que fazem parte do acompanhamento destas pessoas até à sua autonomização?

Como se processa a construção de novo projeto de vida?

Quem faz parte da elaboração do Projeto de vida?

Como é delineado, qual a duração e como é feita a avaliação?

A vítima é acompanhada até quando? Existe algum limite?

Que estratégias são usadas para que a pessoa vítima não desista deste novo processo na sua vida?

Com que visão entram aqui a primeira vez e como é que saem? Mais confiantes?

Como é feito o processo de autonomização ou empoderamento e a preparação para a saída da casa?

Que tipos e estratégias de mediação é feita com as pessoas vítimas de violência doméstica? Preventiva, transformativa...?

APÊNDICE 4- GUIÃO DE ENTREVISTA À VÍTIMA QUE NÃO PASSOU POR NENHUMA CASA ABRIGO

No início:

Bom dia/Boa Tarde,

O meu nome é Carolina Oliveira e estou a desenvolver uma investigação sobre a violência doméstica contra a população idosa, no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social do Instituto Politécnico de Leiria. Para esse efeito, gostaria de lhe colocar algumas questões.

A entrevista tem como objetivo conhecer a experiência de pessoas vítimas de violência doméstica e as respostas sociais existentes para a proteção e apoio às pessoas idosas vítimas de violência doméstica.

Saliento que todas as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos dados. Com a sua autorização, gostaria de gravar a entrevista, de forma a facilitar o registo e análise da informação. Caso, em qualquer momento, deseje interromper a entrevista ou se sentir desconforto com alguma questão, por favor, informe-me para que possamos interromper a sua participação.

1. Caracterização

Idade

Sexo

Concelho onde reside

Estado Civil

Escolaridade

Profissão

1. A violência doméstica

Para si, o que é violência doméstica?

Gostaria de a ouvir um pouco sobre a violência de que foi alvo. Como é que começou e quando e como acontecia?

Têm filhos? Os seus filhos alguma vez assistiram e/ou foram vítimas de maus-tratos? O que faziam?

Quanto tempo durou este tipo de violência?

E quando é que decidiu pôr fim aos maus-tratos? Foi uma decisão de livre vontade? (saber se foi impulsionada por alguém) Porque é que tomou essa decisão?

Onde é que pediu ajuda?

Apresentou queixa? Durante todo o processo alguma vez voltou ou pensou em voltar para o agressor?

Como é que a sua família reagiu a esta situação? Conte-me como é que se sentiu.

2. Processo de projeto de vida

E em relação ao seu novo projeto de vida para o futuro? Como é que o construiu? Teve ajudas? De quem? Como decorreu?

Como se sente hoje depois de tudo o que se passou? Quem era antes e quem é agora? O que mudou em si?

Como é que vê o seu futuro?

No fim:

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu discurso, ou falar de algum assunto que considere importante?

Dou assim por concluída a entrevista e agradeço a sua disponibilidade para a realização da mesma, muito obrigada.

APÊNDICE 5 - GUIÃO DE ENTREVISTA À VÍTIMA QUE ESTA OU PASSOU POR UMA CASA ABRIGO

1. Caracterização

Idade

Sexo

Concelho onde reside

Estado Civil

Escolaridade

Profissão

Tempo de permanência na associação

2. A violência doméstica

Para si, o que é violência doméstica?

Gostaria de a ouvir um pouco sobre a violência de que foi alvo. Como é que começou e quando e como acontecia?

Têm filhos? Os seus filhos alguma vez assistiram e/ou foram vítimas de maus-tratos? O que faziam?

Quanto tempo durou este tipo de violência?

E quando é que decidiu pôr fim aos maus-tratos? Foi uma decisão de livre vontade? (saber se foi impulsionada por alguém) Porque é que tomou essa decisão?

Onde é que pediu ajuda?

Apresentou queixa? Durante todo o processo alguma vez voltou ou pensou em voltar para o agressor?

Como é que a sua família reagiu a esta situação? Conte-me como é que se sentiu.

3. A casa abrigo

Como encontrou esta instituição?

Na sua opinião, a sociedade oferece instituições suficientes para vítimas de violência doméstica? Mais concretamente para pessoas idosas?

Como é que foi a sua adaptação à instituição? O que faz no seu dia-a-dia na instituição?

De modo geral gosta da instituição, o que acha que faz falta?

Recomendá-la-ia a outras pessoas vítimas que estejam a sair dum processo de violência?

Como é que a Instituição a ajuda ao nível económico, psicológico e social?

Então, tem técnicos diariamente que a ajuda? Como é a sua relação com estes técnicos?

Como se sente após esta mudança na sua vida?

3. Processo de projeto de vida

E em relação ao seu novo projeto de vida para o futuro? Como é que o construiu? Teve ajudas? De quem? Como decorreu?

Como se sente hoje depois de tudo o que se passou? Quem era antes e quem é agora? O que mudou em si?

Como é que vê o seu futuro?

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “TÂNIA” – TÉCNICA

1. Identificação do técnico da associação

Idade - 27

Sexo – Feminino

Concelho onde reside - Leiria

Função que exerce na associação- Psicóloga e Técnica de Apoio à Vítima

Há quanto tempo está na associação- 3 anos

Motivo que a levou a trabalhar na associação – Licenciatura em Psicologia, Mestrado em Justiça, Estágio para ordem dos psicológicos e surgiu a oportunidade e veio.

2.. O Acolhimento da vítima

Entrevistador – Como é que as vítimas chegam até a associação? Conte um pouco de todo o processo.

Entrevistado – As vítimas podem chegar a associação de diversas formas, a primeira por iniciativa própria, porque tem acesso a publicidade que a associação faz. Nós fazemos ações de rua, ações de sensibilização, as vezes as pessoas chegam até nós através das atividades que a associação faz de contacto mais de proximidade com a população em geral. Vem também porque veem os nossos contactos por pesquisa do google ou pesquisa nas redes sociais da associação também. Ou vem encaminhadas por serviços, por exemplo quando as vitimas prestam queixas quer na PSP ou GNR, ou atreves do ministério publico, essas entidades encaminham para nós, porque legalmente os OPSS, que são os órgãos de policia criminal, tem que dar, isto esta na lei e no estatuto de vitima, quando as vitimas formalizam a queixa, ganham um estatuto de vitima atribuído, há um estatuto vulnerável que é em função da idade, ou se tem algum tipo de doença e la diz que é obrigatório encaminharem para uma resposta que trabalhem estas questões. Nós cá em leiria somos a resposta que trabalha estas questões de violência doméstica, portanto vem até nós. Ou seja, assim de um modo geral, as pessoas vêm através por iniciativa própria ou através de entidades que encaminham cá para nós.

Entrevistador – Quais as motivações que as pessoas idosas vítimas trazem e quais os maiores medos?

Entrevistado – as maiores motivações das pessoas idosas normalmente é em casos de risco muito elevado, onde as pessoas já tentaram alguns serviços, normalmente dos casos que nós acompanhamos cá, são pessoas idosas que já em situação limite, que a pessoa agressora, tem algum tipo de patologia, já não conseguem se alguma forma contornar a situação e é aí que elas recorrem a nós, ou seja, é para esclarecimento de dúvidas normalmente e possível encaminhamento da pessoa agressora para respostas de saúde. É aquilo que temos lidado mais com pessoas idosas.

Entrevistador – Após pedirem ajuda, a vítima volta para a sua habitação? Que respostas lhes são oferecidas?

Entrevistado – na maior parte dos casos que acompanhamos cá, as pessoas idosas voltam para as suas residências, não voltam quando o risco é muito elevado. Agora as pessoas só vão para essas respostas se quiserem, não são obrigadas e ir para as respostas, ou seja, nós prestamos a informação toda e depois é uma decisão das pessoas, mesmo quando é risco elevado, nos temos de comunicar depois ao ministério público, ou seja, a pessoa recusou ser encaminhada, volta para a sua residência, mas ainda esta em risco. Quando é necessário encaminhar estas pessoas, existe uma resposta específica, para vítimas idosas, é muito recente e é para lá que nós fazemos os encaminhamentos.

Entrevistador – Então por exemplo a pessoa vêm aqui hoje, diz que é vítima de violência, ela tem o vosso acompanhamento que dizem que tipo de respostas é que tem e depois ela decide voltar para casa ou só em risco iminente é que ela não volta mesmo?

Entrevistado – É a pessoa que tem de decidir sempre aquilo que quer fazer, independentemente da decisão da pessoa, nós é que, se o risco for elevado temos de comunicar, ou seja a pessoa escolhe ir para casa quer seja o risco, se o risco for muito elevado ou elevado, temos de comunicar, comunicamos sempre, mesmo que seja médio, nos comunicamos. Informamos a pessoa de que vamos fazer esta comunicação, para que a pessoa saiba que isto vai acontecer, a pessoa escolhe ir para casa e não há forma de coagir as pessoas irem para as respostas, as pessoas vão de forma voluntária. Quando falamos sobre as respostas e as pessoas percebem que isto é um apoio que precisam mesmo por razão de segurança ir e as pessoas aceitam, nos aí, sim enviamos a pessoa,

fazemos um encaminhamento através de uma plataforma que é gerida pela CIG, temos de fazer um formulário, preencher um formulário, explicar em que função é que a pessoa veio cá, como é que a pessoa está, para que as outras respostas, a de acolhimento de pessoas idosas da rede nacional, para ver, para analisar os critérios e perceber se aquela pessoa pode ir para lá ou não. Acontece em alguns casos, situações de pessoas idosas que vêm cá a associação que não são situações de violência doméstica, são situações sociais, aí nos encaminhamos para a segurança social e, portanto, é tratado com eles, não são questões do foro da atuação da nossa associação.

Entrevistador – Então essas respostas sociais podemos considerar que são as casas abrigo de vítimas de violência idosas, as casas abrigo para vítimas com doença mental?

Entrevistado – Sim, sim, são respostas de acolhimento, as respostas sociais, são mais de âmbito da Segurança social, são casas, pode ser uma ERPI, que são lares para pessoas mais idosas, para a questão social, são mais esse tipo de respostas. Quando é situação de violência doméstica, são respostas da rede nacional.

Entrevistador – existe a possibilidade, de ficarem na vossa residência temporária?

Entrevistado – Sim, Sim, as vezes ficam, imagina, as vezes o que acontece é, se a pessoa vier cá a meio da tarde, e não existirem vagas pode ficar na nossa resposta, se não houver perigo, ou seja, se a área de residência for perto da nossa residência não podemos acolher essa pessoa, em casos muito extremos, em que não há alternativa a pessoa pode ficar na nossa resposta, não pode é sair, ou seja, só sai quando vai ser acolhida noutra resposta. Para que ela esteja em segurança e para que não coloque as pessoas que estão na residência em perigo.

Entrevistador - Como se processa o acolhimento, a avaliação e o acompanhamento das vítimas?

Entrevistado – A vítima chega cá, o que nos fazemos é apresentar logo as respostas da associação, para que a vítima esteja orientada e ter um conhecimento formal daquilo que está a acontecer. Nós ouvimos aquilo que a pessoa nos tem a dizer, normalmente as pessoas já vem com um estatuto de vítima, mas mesmo que não tem estatuto de vítima podem ser acolhidas, porque as vezes as pessoas vêm e sobretudo as pessoas idosas vem em situações limite, tem receio de formalizar a queixa, portanto podem não formalizá-

la. E nos podemos fazer isso através de email para o ministério publico ou para os OPSS, podemos fazê-los. Nós não fazemos trabalho de investigação, por acreditamos naquilo que as pessoas nos dizem, os critérios são, risco elevado e não ter autonomia, aí nós fazemos encaminhamento, recolhemos informação como, informação sociodemográfica, idade, historia de vitimação, se tem dependentes ou não e fazemos como a bocadinho estava a explicar, há uma plataforma a nível nacional onde estão discriminadas todas as respostas Portugal Continental e ilhas e o que nos fazemos é, em questão das vagas, as pessoas idosas é diferente porque existe uma resposta especifica, nós enviamos esse formulário através da plataforma, é tudo online, enviamos os dados e a equipa que esta do outro lado, analisa os dados e as vagas e diz, ok esta pessoa pode integrar, as vezes é no próprio dia as vezes não é no próprio dia. Quando não é no próprio dia a pessoa pode voltar a casa, mas é difícil acontecer, quando isto acontece la esta é uma exceção, senão pode ficar na nossa resposta se nós tivermos vaga. A partir dai, é encaminhada, também há outra questão que é a linha nacional 144, as pessoas também recorrem a ela, também conseguem fazer os encaminhamentos, a meio da noite se as pessoas ligarem para lá, o que eles fazem normalmente é, financiar uma pensão para as pessoas ficarem durante x horas até as pessoas verem que há o nosso serviço e nos fazemos o encaminhamento. Para que as pessoas não fiquem desamparadas.

Entrevistador- Não tinha conhecimento dessa parte, então, depois de feita a avaliação e de tentar perceber se a vítima pode ou não recorrer a uma resposta, o acompanhamento continua a ser feito aqui?

Entrevistado – Esqueci-me de dizer que fazemos a avaliação do risco através de uma folha que é o RVL, que esta já em projeto piloto que é para todas as estruturas fazerem da mesma forma, para que a avaliação de risco seja feita da mesma forma. E o risco também nos dá uma noção para saber se a pessoa pode ser acolhida ou não. O risco é importante para informarmos as colegas, mas quando as situações podem não ser de risco elevado, mas poderem a vir a ser. A pessoa agressora sabe que existe um processo, um caso de risco baixo pode ser de risco extremo, o fator de risco é importante, mas também não é eliminatório. Quando as pessoas são encaminhadas para outras respostas, o acompanhamento é feito nessas respostas, porque pode ser acompanhamento social, psicológico e do ponto de vista da eficácia da intervenção é mais fácil e mais eficaz se as pessoas forem acompanhadas pelos serviços locais. Aí, o que nos fazemos é apesar da informação que temos, existe documentos que nos enviamos para toda a gente, são

iguais para todos, também titulados pela CIG, são fichas de atendimento com informação toda. Isto serve para que? Para que a informação seja recolhida de todas as formas, porque as técnicas têm todas maneiras de trabalhar diferentes e assim a informação vai discriminada da mesma forma. Aí permite que as vítimas não sejam vitimizadas para voltar a falar da situação, a informação já vai reunida, e as próximas técnicas das casas de acolhimento já tem a informação e depois só fazem questões que consideram oportunas.

Entrevistador- Então imaginemos que a vítima não quer nenhuma das respostas, acaba por voltar para a habitação com o agressor, existe algum acompanhamento, ou a partir do momento em que ela recusa as outras respostas esta um bocadinho desamparada?

Entrevistado – Não, nos acompanhamos sempre, o nosso trabalho não se surge só em fazer o encaminhamento, a maior parte dos casos que nos acompanhamos, são vítimas que vem cá ter connosco, são acompanhadas e não vão para respostas. Ficam na habitação ou em rede de suporte, acompanhamos na mesma.

Entrevistador- Elas depois dirigem-se cá para continuar acompanhamento?

Entrevistado – Sim, se forem cá da zona vêm cá, as vezes fazemos apoios psicológicos online, porque é mais fácil caso não se consigam deslocar, as pessoas idosas fazemos muito por telefone.

Entrevistador- Pronto, já falamos do encaminhamento das pessoas. Quem são os técnicos que trabalham com estas pessoas, principalmente idosas?

Entrevistado – Temos uma equipa multidisciplinar, tem todos que ser técnicos, tem de ter um curso especializado de 90 horas para trabalhar nesta área e normalmente são psicólogos, no caso dos idosos tem enfermeiros, eu acho que de vez em quando tem um médico e assistentes sociais.

Entrevistador- Qual o papel dos técnicos em todo este processo? Que estratégias utilizam?

Entrevistador – Algumas coisas são usadas para todas as faixas etárias, no caso dos idosos, há uma especificidade diferente, porque por exemplo, o acompanhamento que fazemos é normalmente por telefone e é muito nesta ótica de sensibilizar a pessoa para a

formalização da queixa, explicar a pessoa quais são as respostas, várias vezes, porque as pessoas idosas têm muito a questão de sair das suas próprias residências e não querem fazê-lo. Depois o trabalho é muito, as vezes são de questões sociais, de pedir atribuição de subsídios ou de reformas, pedidos mais sociais, onde fazemos o encaminhamento para a segurança social. Para a vítima idosa é muito isto, explicar várias vezes, porque tem resistência à mudança, explicar a importância e depois desmistificar a questão da violência doméstica. Porque normalmente as pessoas dizem “ah é só um insulto, talvez não tenha assim importância”, e é trabalhar sobretudo estas questões. E trabalhar também o impacto que estas situações de violência tem nas pessoas idosas, porque normalmente são pessoas que não estão tao premiáveis a intervenção porque são fruto de uma geração onde se entende onde as coisas vão fluindo e que se vão resolvendo por si só. Então é um trabalho mais contínuo.

Entrevistador- Qual o papel das famílias em todo este processo? Há algum contacto?

Entrevistado – O nosso com as famílias é diferente, porque é suposto que o acompanhamento seja uma coisa mais do foro privado, ou seja, as famílias são sempre abertas se quiserem vir com a pessoa e se a pessoa autorizar nós falamos com a família próxima, sem comprometer a questão da confidencialidade, mas é muito neste âmbito, nós temos noção que a maior parte das pessoas idosas que acompanhamos não tem rede de suporte, portanto não existe essa questão, alguns tem e por acaso veem acompanhar as pessoas idosas aqui ao nosso serviço. Quando é por telefone isto não se justifica.

Entrevistador- Então imaginemos que uma pessoa idosa, que vem aqui e não tem nenhum suporte familiar, mesmo que escolha voltar para a habitação, existe a opção de a associação ajudar a procurar outra resposta, uma ERPI ou assim para ela?

Entrevistado – Aí, já toca no trabalho das colegas da Segurança Social. Isso acontece muitas vezes, por isso nos temos várias utentes que são idosas que nos temos vários serviços em atuação. Nós trabalhamos a questão da violência doméstica, questões sociais são com as colegas da segurança social e nos já não conseguimos intervir. Porque o único acolhimento que temos é das respostas e por situações de violência naquele caso.

4. O Projeto de vida para a vítima

Entrevistador - Então, o último tema que tenho é sobre o Projeto de vida para com a vítima, quais as etapas que fazem parte do acompanhamento destas pessoas até à sua autonomização?

Entrevistado - Normalmente as pessoas idosas tem muitas questões sociais e económicas associadas, ou seja, o que nos fazemos é encaminhar para os serviços da segurança social para tratar da questão socioeconómica, fazemos encaminhamento para tratar de questões de subsídios, de atribuição de medidas que a câmara possa ter, por exemplo, do apoio da compra da medicação. Ou seja, o Plano de vida é muito sobre esta questão de socioeconómica, encaminhar para os serviços, a parte da saúde, nós também podemos pedir uma consulta nos centros de saúde e a questão da segurança, sempre. São estes 3 pilares sobretudo. Depois dentro da parte da saúde, aquilo que fazemos no projeto de vida com a pessoa é, medidas de segurança, intervenção em crise e depois criar uma rede de suporte maior que aquilo que tem, normalmente é aqui que nos trabalhamos, porque o que vimos é que a maior parte da população idosa esta muito isolada, e criamos atividades para as pessoas. Isto traz consequências muito positivas porque as pessoas tendem a socializar mais, por exemplo, Leiria tem algumas respostas de dança, animação e é muito por aí.

Entrevistador - Incentivar muito as pessoas a fazer parte desses programas. Então a construção do novo projeto de vida passa muito por Quem faz parte da elaboração do Projeto de vida?

Entrevistado - Sim, essas quatro coisas. Ocupação dos tempos livres, a questão da saúde, que tem questões do foro físico e mental, nós trabalhamos a questão psicológica, mas quando são questões de psiquiatria nos encaminhamos para o centro de saúde que encaminha para o hospital, a questão socioeconómica e a questão da segurança.

Entrevistador - A questão da segurança esta incluída a habitação?

Entrevistado - A questão da segurança esta incluída a habitação, no sentido em que nos damos estratégias de segurança para a pessoa. Existe também um plano de segurança formalizado pela CIG, onde existem medidas de segurança para a pessoa cumprir.

Entrevistador – A minha grande questão é, a vítima volta para casa, mas esta lá o agressor, mesmo que ela continue a ser acompanhada aqui, o agressor vive com ela. A questão é se existe algum plano ou projeto que ajude a vítima a autonomizar-se, mas fora da casa do agressor.

Entrevistado – Aí encaminhamos para a Segurança Social porque lá esta, a câmara tem atribuição de casas sociais, mas nós não temos qualquer conhecimento disso. Apenas trabalhamos na intervenção. No entanto está tudo articulado, entre nós e eles, serviços, hospitais, serviços de leiria, em todos os pontos do plano de intervenção a articulação com as outras entidades é importante.

Entrevistador – Qual a duração desse projeto e como é feita a avaliação?

Entrevistado – Os projetos de vida têm prazos diferentes, depende das necessidades. Nós fazemos um plano das necessidades e intervenção, a partir do momento que alguma necessidade já está cumprida, nos passamos para outra. Se conseguirmos trabalhar várias ao mesmo tempo, ótimo. Por isso, não um tempo estipulado para o fazer, tem haver com as necessidades da pessoa, que ela apresenta e se elas estão ou não cumpridas. Ele é revisto por exemplo de 30 em 30 dias, depende muito das necessidades que são. Se for uma questão de as pessoas não terem condições de fazer as refeições aí o plano não pode ser 30 dias tem de ser mais pequenino. Não existe um prazo estipulado do projeto de vida. A pessoa só tem alta da associação, a partir do momento que sente que as coisas já estão tratadas e resolvidas e o técnico que a acompanha sente que está tudo resolvido, normalmente demora algum tempo, os processos são longos, porque na associação tratamos de questões sociais quer do foro psicológico, as vezes o impacto da situação e a gestão depois da situação de vitimização demora algum tempo.

Entrevistador – É possível por exemplo a questão social estar resolvida e continuar a ser acompanhada psicologicamente?

Entrevistado – Sim é possível, tem de ser é situações de violência doméstica. Porque essa é a nossa especificidade

Entrevistador – Pronto, não existe nenhum limite de duração, então, que estratégias é que são usadas para que a pessoa vítima não desista deste novo processo na sua vida, isto porque a vítima, especialmente idosos, acham na mentalidade deles, que é completamente normal, o marido bater na mulher, e o simples facto de ter saído deste

processo que estava inserido na violência e agora não ter ninguém que a acompanhe, como é que se faz para que a pessoa não desista.

Entrevistado – Parte muito do trabalho de consciencialização da pessoa idosa, de que, o que é a violência doméstica, quais são os contornos, quais são os impactos, quais são as possibilidades de saída da situação, o que é que é a partir identificado como estereótipos em questão a violência e o que é mesmo a violência em si. As pessoas idosas têm muitas vezes questões de estereótipos de género, “é meu papel, eu sou responsável por tratar desta tarefa” e é muito sobre a consciencialização. Sobre a pessoa desistir, temos de dar espaço, acontece muito vezes elas virem e acharem que estão a ocupar tempo, eles dizem muitas vezes “eu já sou velha e estou a ocupar o lugar”. É necessário explicar que aquela pessoa é importante para nós, e o trabalho que estamos a desenvolver com aquela pessoa é importante. Explicar a questão de ser gratuito, é um projeto que é da pessoa, se quiser desistir em algum momento pode fazê-lo.

Entrevistador – Com que visão entram aqui a primeira vez e como é que saem? Mais confiantes?

Entrevistado – As pessoas entram com uma visão que estão a fazer alguma coisa de errado, porque se sentem culpados e que vir a associação é formalizar queixa-crime e nos explicamos logo que não, e saem com esta questão que normalizar as questões de violência doméstica, e por outro lado que precisam de ajuda e solicita. E começam a adotar estratégias para que esta não aconteça, ficam mais alertas para os sinais de violência. Isto não é causa-efeito, mas pode ajudar a prevenir situações de violência mais extremas, já estão alerta para não desencadear as situações. Muitas senhoras vêm com noção da vergonha e saem sem ela.

Entrevistador – Surgiu agora uma dúvida, quando a vítima volta para casa e o agressor é obrigado a sair da casa, esse processo já não é com vocês? É na parte do tribunal?

Entrevistado – Sim, mas nós enviamos informação para o tribunal, e acompanhamos as medidas, ou seja, quando a pessoa agressora sai da casa, e são decretas medidas de afastamento, a polícia tem de fazer monitorizações, para perceber se a pessoa está a cumprir ou incumprir. Nós fazemos a monitorização e acompanhamentos na associação, se percebermos que a pessoa agressora continua a contactar, aí falamos com a polícia ou ministério publico. Daí a importância da articulação.

Entrevistador – Que tipos e estratégias de mediação é feita com as pessoas vítimas de violência doméstica? Preventiva, transformativa...?

Entrevistado – É basicamente essas duas, é sobretudo prevenção de novas violências e depois é transformar a situação que foi de violência doméstica e potencialmente traumática, e transformar em adaptações para si e para que as pessoas reconheçam os sinais e que previnam voltar a estar em situações e dinâmicas de violência. Dizer que insultar é violência doméstica e as pessoas criam um mecanismo quase automático do ponto visto cognitivo, físico e motor do tipo “eu não tenho que estar nesta situação”.

Entrevistador – Uma última dúvida que me surgiu agora, ao nível da condenação do agressor, é preso pelo crime de violência doméstica, ou também por outras medidas à parte de insultar, agredir...?

Entrevistado- Junta-se tudo, a pessoa formaliza queixa e presta declarações, depois no mistério público as pessoas são apresentadas à procuradora, que recolhe informação do processo e se a pessoa não tiver antecedentes criminais, vai determinar medidas que se chama suspensão provisória do processo, é um acordo entre a vítima e o agressor, onde acaba mais depressa, onde se compromete as medidas de afastamento. Se o agressor não cumprir aí vai a julgamento no tribunal. O artigo de 152^a engloba tudo. Não existe tipo de penas nem tipologias em situações de violência.

Entrevistador – No site da APAV, quando fazia a parte teórica da dissertação, havia uma mediação que chamava infrator, em que existe uma mediação feita com a vítima e com o agressor, separadamente e depois conjuntamente. Aqui não existe?

Entrevistado- Aqui não existe, a maioria das pessoas que atendemos, não é suposto que esteja a falar das situações com a pessoa agressora, aqui só trabalhamos com as vítimas, a parte dos agressores é feita pela reinserção social. No início a associação fazia isso, mas com o avançar da investigação empírica, resultados académicos da investigação científica, percebeu-se que não é possível fazer ou não se pode fazer mediação entre pessoa agressora e vítima.

APÊNDICE 7 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “PAULA” – TÉCNICA

1. Identificação do técnico da associação

Idade - 28 anos

Sexo - Feminina

Concelho onde reside - Leiria

Função que exerce na associação – Assistente Social e Técnica de Apoio à Vítima. E a pessoa responsável pela resposta social Casa de Emergência para vítimas de violência doméstica.

Há quanto tempo está na associação – 2017 (7 anos)

Motivo que a levou a trabalhar na associação- Escolha do estágio Profissional. Faz sentido para mim trabalhar com mulheres e o empoderamento feminino. Embora não ter sido muito educada com a palavra feminista, fui educada para ser feminista. Sou fruto de uma família matriarcal, onde o papel da mulher prevalece.

2. Caracterização da Casa De Emergência

Entrevistador – Qual é a Missão da Associação

Entrevistado – A Associação foi criada em 2001 e tem como missão principal a igualdade de género e o fim da violência doméstica. A associação no início foi criada pela presidente honoraria Isabel Gonçalves, que tinha como objetivo apoiar as mulheres em leiria. Ela vinha de Lisboa e sentia que as mulheres precisavam de apoio na realização de um currículo, o empoderamento era completamente diferente, felizmente, à muito caminho a percorrer, mas felizmente já percorremos muito caminho. Depois ela percebeu que havia uma grande violência de género e violência doméstica associada a isso na sociedade. Depois as respostas sociais que foram abrindo foram sempre para dar resposta às situações de violência doméstica. Em 2007, centro de atendimento para as vítimas, em 2015 a linha de apoio à vítima idosa, em 2017 a resposta de acolhimento de emergência, em 2021 a resposta de apoio psicológico a crianças e jovens e em 2024, o GAV, Gabinete de Atendimento às Vítimas.

Em relação à reposta de emergência, o principal objetivo é ser uma estrutura física, que proporcione segurança e estabilidade às vítimas de violência doméstica em situação emergente, em desproteção na sequência da vitimação. A nossa resposta de acolhimento de emergência só acolhe mulheres vítimas de violência doméstica e os seus dependentes. Depois na RNAVVD existe respostas para homens, Lgbti, vítimas com doença mental e deficiência mental, e para pessoas idosas existe 2 casas abrigo neste momento disponíveis.

Entrevistador - Número de vítimas que se encontram na associação

Entrevistado – Temos neste momento 5 pessoas acolhidas. Temos capacidade para 10 vagas, mas como o nosso apartamento é pequeno e tem uma tipologia T3, os quartos são divididos da seguinte forma. 1 quarto tem 2 camas e 2 quartos tem 4 camas. Por exemplo no quarto das 2 camas, temos atualmente uma senhora com 67 anos e outra senhora com 64 anos que saiu a semana passada. Num outro quarto temos uma mãe com um jovem de 18 anos e por isso não vamos misturar outro agregado. O que tenhamos 4 vagas cortadas para 2.

Entrevistador - Requisitos para admissão das vítimas na Casa de Emergência

Entrevistado – As vítimas não precisam de ter estatuto de vítima para serem acolhidas na resposta de acolhimento de emergência. Mas depois de estarem connosco, nos temos de transmitir a informação ao ministério publico, mas aí vamos imaginar que existe uma situação de urgência, em que nos enquanto estrutura de atendimento avaliamos a situação e precisa de acolhimento imediato, não tem de primeiro, ir a PSP, para vir para a nossa resposta. Mas só os órgãos de policia criminal é que podem encaminhar diretamente para as respostas de acolhimento de emergência, o ministério publico, a segurança social ou a linha 144 e as estruturas de atendimento da RNAVVD ou outras respostas da RNAVVD, portanto o serviço de acompanhamento e ação social do município também pode, estou me a lembrar da lei, se quiser consultar isto certinho, pode ver o decreto 2/2018, que é o decreto que regula as estruturas das RNAVVD e tem estas questões todas especificas que por alto podem estar a escapar alguma coisa. Por exemplo, o serviço social do hospital de leiria, liga-nos “temos ca esta senhora, com esta situação, na sequência da vitimação, já veio cá a PSP, recolher o ato, já assinou, não tem sítio onde ficar, clinicamente teve alta, mas do ponto de vista social não pode

ter alta porque o risco não permite passar para casa”, precisa de ser acolhida. Não pode encaminhar diretamente para a resposta de emergência, tem de ser a estrutura de atendimento a avaliar a situação e encaminhar para a resposta de acolhimento de emergência.

Entrevistador - Isso é tudo no mesmo dia?

Entrevistado - Normalmente sim, para a resposta de emergência tem de ser imediata, o nosso centro fecha as 18h, depois das 18h quem da resposta tem de ser a linha 144. Se for de dia, fica resolvido no dia, se for de noite, nenhuma assistente social do hospital liga para o 144, o que acontece é que a vítima fica lá de noite e no dia seguinte contactamos. Mas se a vítima de violência doméstica for durante a noite, à PSP ou GNR, e não tiver sítio onde ficar, é ativada a linha 144 para encaminhar para as repostas de acolhimento de emergência.

Entrevistador - Duração da permanência?

Entrevistado - Há luz da lei, são 15 dias prorrogáveis por mais 15 dias. Neste momento, não estamos a conseguir cumprir, nem nós, nem as casas abrigo. As casas abrigo são 6 meses prorrogáveis por mais 6 meses. Por causa da crise habitacional, as casas abrigo não conseguem autonomizar as vítimas, não conseguem libertar vagas, nos não conseguimos encaminhar pessoas. Depois temos casos específicos, como o desta mãe com o filho. Quando entraram connosco, o menino tinha 17 anos e porque não há casas abrigo que acolhessem este agregado, porque supostamente só podem acolher rapazes até aos 16 anos. Para mim é profundamente injusto, tanto uma rapariga com 17 anos é dependente da mãe como um rapaz de igual idade. E a só uma ou duas estruturas da RNAVVD que acolhem numa casa abrigo, e essa casa abrigo era situada na zona de risco, ainda falamos com a segurança social daquela zona, para tentar, a colega da casa abrigo estava disponível para atender, só que a Segurança Social, que é quem financia aquela casa abrigo, não estava disponível porque não fazia sentido o agregado voltar para a zona de risco, havendo tantas respostas na RNAVVD. Supostamente a CIG, diz que eles têm de acolher, só que cada identidade depois tem os seus regulamentos internos, depois há estruturas que são financiadas pela CIG, outras pela segurança social e, portanto, é um grande 31, o que fez com que não conseguíssemos encaminhar este agregado. Tivemos de o autonomizar, estamos agora na face de assinar o contrato de

arredamento, para eles saírem, mas estão connosco desde outubro de 2023. Depois podemos ter um agregado que entra semana, e esta a espera das medidas para regressar a casa e as medidas não saem em 15 dias, saem em 1 mês e meio, não vamos revitimizar o agregado a enviar para outra instituição, tendo em conta que só esta a espera das medidas para sair. Cada caso, é um caso, avaliamos a situação e justificamos junto dos nossos superiores.

Entrevistador – As vítimas não são da região, tem de ser de longe?

Entrevistado – Tendencialmente, a casa de emergência acolhe vítimas fora do distrito de leiria por questões de segurança, mas acontece acolhermos muitas vezes pessoas do distrito de leiria, por exemplo, neste momento temos uma senhora do concelho de leiria. O que faz com que ela não possa sair da casa, por isso tentamos acolher pessoas que não sejam do distrito. Tentamos que as resposta de acolhimento no geral, não acolham na zona de risco, por uma questão de segurança, para a pessoa puder sair, beber um café, dar uma volta a pé, para não se sentir condicionada.

Entrevistador – Ao nível da Estrutura da casa?

Entrevistado – Tem 3 quartos, uma cozinha, uma sala de estar e jantar conjunta, tem televisão, tem um hall, tem duas casas de banho, tem 3 varandas, uma das varandas com a máquinas de lavar a roupa e é a varanda onde as vítimas podem fumar. Não podem confeccionar refeições, não podem, por exemplo, o almoço e o jantar, de maneira a cumprir com os critérios todos, é fornecido por uma instituição, que presta apoio domicílio, só os lanches é que são confeccionados na nossa casa. Ou excepcionalmente, quando fazem um bolo, ou por exemplo neste momento temos uma vítima, que não é portuguesa, e não consegue comer a comida portuguesa, portanto nos adquirimos os alimentos e ela confeciona na casa. Mas é uma exceção que confirma a regra. Depois noutra varanda temos um espaço para as crianças brincarem, as varandas são todas fechadas e pronto é assim que é o nosso apartamento.

Entrevistador – Como é que as vítimas e os filhos participam nas rotinas da casa?

Entrevistado – Sendo a nossa resposta de emergência, elas não são longas inseridas no mercado de trabalho, nem os miúdos nas escolas, portanto estão ali temporariamente à espera de vaga ou de aplicação e medidas. Por exemplo neste momento a mãe que

temos esta inserida no mercado de trabalho e o filho na escola, eles saem de manhã para a vida normal deles. Mas isto não acontece numa resposta de emergência, aquilo que fazemos é, de manhã existe os pequenos almoços, com cumprimentos de horários, depois existe a confeção das tarefas domésticas para a organização da casa e manutenção da casa, tem de estar todas vestidas para manter a rotina, depois disso normalmente aproxima-se a hora de almoço, recebem o almoço e preparam as coisas para almoçar, e no período da tarde, podem descansar, porque muitas vezes, passam muitas noites sem dormir até serem acolhidas, se quiserem ir fazer um passeio a pé, vão fazer. E nos tentamos sempre, por mês, tentar ter 3 atividades para fazer em conjunto com as vítimas, para assinalar dias específicos. Durante a semana, tem atividades mais dinâmicas, de, precisa de tratar algo na medicina, na segurança social e as monitoras acompanham as vítimas nessas negligências. Quando não tem nada que fazer, veem filmes ou leem livros, ou fazem atividades com as monitoras, sócio recreativas, ou através de estagiárias, pronto tem sempre algo para que estabilizem, porque o objetivo das respostas de emergência é que estabilizem as situações.

2.. O Acolhimento da vítima

Entrevistador - Como é que as vítimas chegam até a habitação temporária? Fale um pouco deste processo

Entrevistado – Elas podem chegar daquelas maneiras que eu disse a pouco, pode ser as entidades que a pouco referi, a PSP, GNR, ministério públicos, SAS, Segurança Social, linha 144, e a estrutura da RNAAVD , podem contactar diretamente para a casa, por contacto e através da plataforma gestão de vagas, que diz se temos vagas ou não, podem efetuar o pedido através da informação que tem dessa plataforma e por contacto telefónico e expor a situação, para nos avaliarmos em equipa se reúne critérios para ser acolhida. Depois, dependendo do sítio onde a senhora estiver, são acionados os transportes da cruz vermelha, é um protocolo que a CIG tem com a cruz vermelha, para a vítima ser transportada diretamente até à nossa casa.

Entrevistador - Quais as motivações que trazem e quais os maiores medos?

Entrevistado – As principais motivações são, ter paz, uma coisa que elas dizem muito e as vezes independentemente daquilo que tem nas vidas pessoais, a bens materiais, elas só querem sossego e acima de tudo estarem em segurança. Porque para precisarem de

uma resposta de acolhimento de emergência é claro. Claro que temos casos, que são casos sociais, que são dependentes de instituições e aí, a motivação é ter um sítio onde ficar e receber prestação social, mas esses casos, são excessos. Mas, as principais motivações são essas, procurar segurança, estabilidade, um rico espaço tranquilo para se organizarem. Os principais medos e receios, é o tempo que a justiça demora aplicar as medidas, o receio de perder as coisas todas, retirar os filhos da escola e que isso seja traumatizante para os dependentes, neste caso para os filhos e para as filhas, de perder o emprego, de não conseguirem reorganizar, não conseguirem autonomizar-se, porque muita gente se mantém nas relações porque dois ordenados, principalmente hoje em dia com o custo de vida, é mais fácil sustentar dois crianças do que uma pessoa sozinha, e isso é um receio gigante das nossas vítimas que são acolhidas.

Entrevistador - Como se processa o acolhimento da vítima na casa de emergência e o acompanhamento das vítimas?

Entrevistado - O acolhimento processa-se da seguinte forma, como a nossa resposta funciona 24 horas sobre 7, podem-nos chegar a qualquer hora. Nós temos sempre uma monitora de turno, exceto quando elas estão de folga. Nós temos sempre um das 8h às 16h, outra das 16h às 00h e outra das 00h às 8h. Quando a utente chega ou o agregado chega, é feito o acolhimento pela monitora de turno, se a pessoa vier muito cansada, podem vir durante a noite, ou de dia. Normalmente vem sempre muito instáveis, comem qualquer coisa, tomam um banho, a monitora dá as toalhas de banho, uma roupa para trocar, caso a vítima não traga nada. Damos os produtos de higiene individuais, verifica-se se toma medicação, a monitora faz o preenchimento da guia de medicação, do guia de tratamento e do inventário da medicação. Depois a medicação é toda guardada numa caixinha da vítima e depois é uma das monitoras que passa a preparar a medicação todos os dias, se caso aquela vítima tome medicação. No início, quando tínhamos a casa e como a lei diz que nos acolhemos mulheres autónomas, nós não tínhamos esta supervisão da medicação, mas vimo-nos obrigadas a assumir esta estratégia, para evitar constrangimentos e, portanto, somos nós que controlamos a medicação. Caso seja de dia ou noite, a vítima pode ir descansar, é-lhe entregue um regulamento interno das normas específicas, são ditas algumas regras por alto, explicam a dinâmica da casa, como é que com as casas de banho, os períodos do banho, porque nós como temos um termoacumulador, para aquilo regenerar a água, os banhos têm de ser divididos em dois horários de dia. Fala-se sobre isso, como é que funciona a alimentação, tenta-se

perceber se existe algum regime ou restrição alimentar que tenha de cumprir. Tenta-se apurar estas questões e estabilizar a vítima e que ela descanse. Depois no dia útil seguinte, a equipa técnica, normalmente eu, acompanhada por outra colega, vamos à casa, que a casa não é aqui. Sentamo-nos com a vítima, fazemos o enquadramento de toda a situação, o historial, o enquadramento sociodemográfico da vítima, a história de vitimação e o episódio que desencadeio este acolhimento. E avaliamos em conjunto com a vítima quais é que são as alternativas e os caminhos a seguir. Normalmente neste primeiro dia, estão sempre um bocadinho confusas para decidir o que é que querem fazer, são propostas daquilo que vamos fazer daqui a adiante e depois com o passar do tempo, vamos analisando qual pode ser o plano de intervenção. Se encaminhamos para casa abrigo, se esperamos pela aplicação das medidas para regressar a casa, se existe a cada de um familiar, se há uma segunda casa de família para onde possa ir em segurança.

Entrevistador – Existem sempre monitoras na casa? Elas nunca estão sozinhas?

Entrevistado – Elas às vezes estão sozinhas, por exemplo, todas as monitoras tem dois dias de folga durante a semana e, portanto, existem sempre dois turnos que nós não temos lá ninguém. Há dois turnos das 8h às 16h que não temos ninguém, há dois turnos das 16h às 00h que não temos ninguém e existe dois turnos das 00h às 8h que também não temos ninguém, mas pode não ter estado ninguém de manhã, mas entrou outra colega as 16h, então existe sempre monitoras, expeto quando estão de folga ou quando acontece imprevistos de doença.

Entrevistador – Como é que se sentem as vítimas quando estão sozinhas? Não tem medo, apavoradas?

Entrevistado – Sentem-se saturadas, porque estão ali na casa, às vezes sem fazer nada, por mais que nos tenhamos atividades, basta não estar lá a monitora, tem o pensamento que estou a espera que as coisas se resolvam.

Entrevistador - Quem são os técnicos que trabalham com estas pessoas?

Entrevistado – Nós temos 3 monitoras, afetas à casa temos a coordenadora, que esta 25%, é coordenadora de todas as respostas, depois estou eu a 100% e temos uma

psicóloga também. Que presta apoio às mulheres e as crianças é a resposta que nos temos de apoio psicológico para crianças.

Entrevistador - Qual o papel dos técnicos em todo este processo? Que estratégias utilizam para com as vítimas?

Entrevistado – Depende sempre dos técnicos, o apoio psicológico, é o gabinete psicológico da casa, a colega psicóloga, nem esta a tempo inteiro na casa, porque neste momento temos 3 mulheres acolhidas, uma esta a trabalhar neste momento não que acompanhamento psicológico, a outra senhora tem problemas psiquiátricos graves, é seguida no hospital, não faz sentido mudar essas consultas. A outra senhora tem de ser em inglês, e então esta com outra colega. Como disse acolhemos o caso e no dia seguinte a equipa técnica, vai a casa, avalia a situação em conjunto com a vítima, e é delineado um plano de intervenção individual com aquela vítima e para aquele agregado, são vistas em conjunto aquilo que tem de ser decidido com elas, queria-lhe mostrar um plano de intervenção, mas agora não tenho aqui nenhum. É delineado uma estratégia, no que diz respeito, à segurança, à questão jurídica, à questão da Segurança Social, à Educação, à Habitação, pronto tentamos perceber quais são as necessidades da vítima, normalmente o mais importante é dar respostas as necessidades imediatas, por exemplo uma grávida de 5 meses acolhida, sem nunca ter ido ao hospital, é uma necessidade imediata, ir ao médico, ser vista, fazer ecografia. Outro exemplo, uma criança que não vê nada, tentar com uma parceria, neste momento temos a caritas, para que a criança tenha esses óculos. Mitigar as consequências na vida da vítima e tentar apoiar no máximo possível, para a estabilizar.

Entrevistador - Qual o papel das famílias em todo este processo? Há algum contacto?

Entrevistado – Quando existe rede de suporte é fundamental, para mitigar as consequências, se puderem ir para casa de um familiar, se puderem contar com o apoio, mas são raros os casos que nos chegam com rede de suporte. A maior parte deles chega ao acolhimento porque não tem rede de suporte. Quando existe rede de suporte é ótimo, mesmo que não haja capacidade para acolher, o suporte emocional de dar força, nós estamos contigo, se precisares de alguma coisa é fundamental. Sempre que existe rede de família e suporte nós também falamos com a família, para tentar perceber se em conjunto, encontramos uma solução ou não.

4. O Projeto de vida para a vítima

Entrevistador - Quais as etapas que fazem parte do acompanhamento destas pessoas até à sua autonomização?

Entrevistado - Numa resposta de acolhimento de emergência nos não delineamos um projeto de vida com as vítimas, delineamos um projeto de intervenção. O que fazemos é, avaliamos cada caso é um caso, e os nossos casos estão connosco temporariamente e são encaminhados para casa abrigo, onde podem delinear aí sim, um projeto de vida. Ingressão no mercado de trabalho, procura de casa e fazer autonomização. Tanto que as casas, tem acesso a apoios financeiros para essas autonomizações, que nos como resposta de acolhimento não temos. Uma casa abrigo, tem protocolo com a escola, e com a saúde para o agregado vai para lá e é logo inscrito no centro de saúde e as crianças na escola. Nós não temos isso, ou seja, não é delineado um projeto de vida connosco, normalmente aquilo que é feito é o plano de intervenção ou vai para casa abrigo, ou aguarda medidas para regressar a casa, ou aguarda medidas para regressar a casa de um familiar, ou espera com o apoio da família comprar os bilhetes para regressar ao seu país. Depende sempre de cada situação. Por exemplo, em relação aos idosos, nós neste momento temos duas respostas fundamentais, que são as casas abrigo específicas para vítimas de violência doméstica, que se tem revelando muito importantes, porque antes havia dificuldade nas casas abrigo em acolher idosos, porque qual é o projeto de vida com o idoso?

Nós já tivemos casos, com idosas que nós conseguimos arrendar uma segunda casa, uma casa mais pequena com apoio da família, neste caso até foi da filha, que se reorganizou com a mãe e arrendaram uma casa mais pequena e a filha passa lá e vê como a mãe estava e autonomizaram-na dessa forma. Já tivemos casos em que eles foram detidos e elas puderam regressar a casa, neste momento temos um caso, acompanhado aqui no centro, ela foi para a nossa casa, tinha uma boa vivenda, estava bem, decide sair de casa e apresentar queixa e os filhos viram-se contra ela, estavam habituados a ter o porto seguro, que era a mãe que cuidava do pai e agora tem de ser eles. Ela autonomizou-se aqui em Leiria, com a reforma dela e com o apoio da câmara, ganha algum extra, que vai passado horas a passar a ferro e assim, arranjou um t1, mantem aqui o acompanhamento psicológico, que é fundamental e ela sentir que tem esta instituição, a dar-lhe apoio, porque se os filhos lhe viraram as costas, ela está completamente sozinha.

Depois depende dos casos, às pessoas que vão para casa dos filhos e depois voltam para casa delas, há casos em que elas arrendam uma casa, mas tem de estar psicologicamente bem, e há outros casos que vão diretamente para ERPIS, porque a autonomia é muito reduzida, felizmente com as novas casas abrigo para idosos, temos sempre o projeto de vida de as encaminhar para essa estrutura que eu não sou a melhor pessoa para a descrever, mas por exemplo nós encaminhamos para essas casas e depois elas é que dependendo da autonomia das pessoas é que são encaminhadas ou não. Por exemplo, nos tínhamos a pouco tempo para lá, uma senhora completamente dependente, com oxigénio, com dificuldade em comer, com dificuldade em mobilidade, mas também já encaminhamos à cerca de 2 meses para lá, uma senhora, completamente autónoma, tranquila, que saiu de casa por ser vítima do companheiro a sério, e foi para casa da filha e depois a filha era agressiva com ela, ela veio cá com a filha por ser vítima do companheiro, acabou por ficar e a filha ir embora e ser acolhida na nossa casa, e depois foi encaminhada para essa casa abrigo e as colegas tem um ótimo projeto de vida com ela, faz atividades locais, vai a universidade sénior, vai a junta de freguesia e isso é importante.

Entrevistador – Então não existe um projeto de vida, existe uma intervenção feita com elas dentro da casa.

Entrevistado - Exatamente, depois as vezes pode ser delineado, um projeto de vida, por exemplo com a vítima que temos lá a mais tempo, fizemos um projeto de vida, ela alterou a morada, aqui para a nossa sede, foi integrada no mercado de trabalho, o filho foi integrado na escola, integrado em atividades desportivas aqui, para estar ocupado, procuramos casa com ela, arranjamos apoio financeiro para pagar a casa, este caso fizemos um projeto de vida, mas é excepcional na nossa casa.

Entrevistador – A elaboração de esse projeto de vida é feita, aos poucos?

Entrevistado – Sim, é feito em conjunto com a vítima e revisto em conjunto com a vítima, o ideal será de 15 em 15 dias, mas dependendo do processo pode ser de 3 em 3 semanas. Por exemplo num primeiro plano, existe esta necessidade, a vítima precisa de ir para o hospital, porque precisa e nunca foi, no segundo plano ela já foi, então já não tem essa necessidade, esta suprimida. Na revisão essa já não é uma necessidade imediata. As necessidades básicas já suprimidas na primeira intervenção e depois de suprimidas, damos prioridade a outras. Surgem sempre necessidades todos os dias.

Entrevistador – São elas que procuram essas respostas com as monitoras?

Entrevistado – Algumas sim, mas há questões que nos levantamos no início, por exemplo, vamos enfrentar um processo de crime, e a vítima tem de pedir apoio judiciais, parentais. Aí somo nós que vimos isso com elas, se tiverem dúvidas, marcamos consulta com os nossos advogados para que esclarecimento.

Entrevistador – A nível de procura de trabalho, são elas que procuram sozinhas ou sempre com as monitoras?

Entrevistado – Nós apoiamos, mas tem de partir delas, nós ajudamos, damos os contactos, para ir ao IEF, para perceberem que ajudamos alguma coisa, ajudamos no currículo, mas tem sempre de partir delas.

Entrevistador – Existe alguma duração do projeto?

Entrevistado – Não, na nossa casa

Entrevistador - E como é feita a avaliação?

Entrevistado – É feita com a vítima, é transferida para casa abrigo, ou tem casa de família e quer ir para essa casa, ou são aplicadas medidas e a pessoa agressora é obrigada sair de casa.

Entrevistador - Que estratégias são usadas para que a pessoa vítima não desista?

Entrevistado – Muitas das vezes voltam a trás, porque é difícil, porque há muitos frangilimentos, a família não apoia. Existem famílias que afirmam que depois de velha é que queres autonomizar-te? Não tem o apoio de ninguém, e não tem força e resiliência para se autonomizar. Tentamos mostrar sempre o outro lado da moeda, desconstruir aquilo que a vítima era sujeita, para perceberem que aquilo não é vida para ela e tentar perceber que precisam de um meio para atingir um fim. Damos exemplos de pessoas, tentamos consciencializá-las disso. Há estudos que dizem que as pessoas precisam de voltar 7 vezes a relação para perceberem que tem de sair.

Entrevistador - Com que visão entram aqui a primeira vez e como é que saem? Mais confiantes?

Entrevistado – Elas quando entram, entram derrotadas, desesperadas, sem saber o que vão fazer, o que lhes vai acontecer. Assustadas pela situação de violência e por estarem exposta a isto tudo, tem de ser ela a sair de casa, tem de ser ela a ser acolhida. Quando saem, as palavras que dizem é finalmente descobri o que é ter paz, sossego, finalmente aprendi a gostar de mim, a cuidar de mim e isso é o mais importante e é um caminho que se vai fazendo aos poucos, mas vou-me reencontrar e reconstruir.

Entrevistador – É um caso muito longo?

Entrevistado – Muito longo e solitário. Há casos que podem durar 6 meses e outros 1 ano. A vítima que vai sair agora, continua em acompanhamento, todos os meses vamos visitar a casa, para que ela veja isto como um apoio e não ilusão. Ela vai ter de assumir o compromisso que nós temos de a acompanhar.

Entrevistador - Que tipos e estratégias de mediação é feita com as pessoas vítimas de violência doméstica? Preventiva, transformativa...?

Entrevistado – Preventiva é difícil de dizer que exista, elas chegam até nós em casos agudos, preventiva é aquilo que fizemos de manhã numa escola a falar com os jovens sobre violência no namoro. Fazemos intervenção preventiva, na questão de não voltem a ser vítimas de outras pessoas, para reincidir as vítimas, mas fazemos intervenção em crise imediatamente, estabilização e então a transformação.

APÊNDICE 8 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “MARTA” – TÉCNICA

1. Identificação do técnico da associação

Idade – 48 anos

Sexo - Feminino

Concelho onde reside – Leiria, mas é de Coimbra

Função que exerce na associação – Psicóloga

Há quanto tempo está na associação – 20 anos

Motivo que a levou a trabalhar na associação – Fez o Estágio na Santa Casa da Misericórdia de Leiria, e uma senhora que trabalhava comigo disse-me que conhecia uma colega que precisava de uma psicóloga para trabalhar com ela em projetos e foi assim que aqui vim ter.

Gostar de ajudar os outros

- Antes da entrevista, a técnica contou alguns exemplos.

Ano passado, receberam uma senhora de 58 anos, mas usava fralda, tentamos encaminhar para as casas de abrigo de mais 65 anos, mas as colegas recusaram porque ela tinha 58 anos, então contactamos a Segurança Social e ela foi para um lar. Em janeiro deste ano, ela ligou a dizer que ia sair de lá, tentei acalmá-la para que se encontra outra resposta e ela disse “nunca mais”. Mais tarde sou que ela tinha regressado para o agressor, ela para além de sofrer violência doméstica, tem problemas com substâncias e outras problemáticas. Quando ela deixa de ter dinheiro, o agressor volta a agredi-la, e ela pede ajuda, mas depois recusa as respostas que lhe oferecemos. Então às vezes, elas só precisam de ser ouvidas, respeitar o quadro em que ela vive, temos de baixar o pouco ao nível para que a pessoa se sinta ouvida e acolhida. Ela tem filhas, são menores, não tem condições para as ter, ela está num ciclo e não tenho esperança de que ela saia, só tenho esperança se ela for internada, para fazer o desmame do álcool, e depois tratar as restantes questões.

2.. O Acolhimento da vítima

Entrevistador - Como é que as vítimas chegam até a associação? Conte um pouco de todo o processo

Entrevistado – Várias entidades encaminham para aqui as vítimas, pode ser a procuradora, a segurança social, as Cáritas podem dizer que a nossa associação pode ajudar, porque pode acompanhar uma senhora que é vítima e diz-lhe, olhe à esta associação que a pode ajudar, vá a pedir ajuda, dão apoio psicológico. A PSP, GNR, o tribunal, saúde, amigas, redes sociais e a vítima vir por ela própria, e também a CIG E APAV.

Algumas vítimas, chegam aqui sem queixa formalizar, nos informamos que temos de formalizar a queixa e elas dizem-nos “não ainda não”, então no marcamos apoio psicológico, mesmo que ela não queira, nos temos conhecimento, nós temos mesmo de apresentar queixa, é uma obrigação. Por mais que ela vá pensar, nós apresentamos queixa, vou dar-lhe um exemplo, há uns tempos veio aqui um rapaz, que a mãe sofria violência e ele não queria apresentar queixa, mas nos pedimos para ele falar com a mãe, ele falou a mãe não quis, então eu disse-lhe vem cá, vamos falar com a procuradora. Ele ficou com pé atrás, ficou com algumas dúvidas, e quando fizeram a queixa, ela foi para o estrangeiro. A vítima deixou uma procuração ao advogado e ele, ao agressor teve medidas, mesmo ela estando no estrangeiro.

Tem de haver sempre um trabalho, tem de haver a sensibilidade de te aproximar da vítima, falar com aquela vítima e informá-la da necessidade que há, de eu ter de fazer aquela queixa. Eu tento sempre fazer a queixa, embora eu acho que existem cada vez mais queixas, e quando os agressores são chamados para depor, já no próprio dia tem logo as medidas, não se pode aproximar da vítima, não pode voltar para casa. Por exemplo, aquela senhora que falei que ela voltou para casa e ele tinha de sair, foi para casa dos filhos, após 3 dias, ela regressou para ele. Uma das medidas é pagar uma multa a uma associação e ele veio cá pagar a multa e ela vinha com ele. A juíza pôs esta medida por 18 meses, ele frequentar um programa para agressores, pagar a indemnização e afastar se da vítima, ao fim destes 18 meses, se ele se aproximar ela pode apresentar a queixa, se não apresentar que foi o caso desta senhora a juíza não sabe de nada, não pode fazer nada. Quando eu ligava para a vítima ela dizia me sempre que

estava tudo bem, que ele não se aproximava e tudo mais e depois quando ele veio pagar a indenização é que eu descobri que ela também tinha mentido. Ela está com ele, porque quer.

Caso ela faça denúncia e eles não estejam a cumprir as regras, o processo pode passar para tribunal e ele é detido.

Eu acho que existem casos e casos, não acredito que o programa para agressores mude a perspectiva e os atos do agressor, mas, no entanto, pode mudar algumas partes da mentalidade que estes tenham, por exemplo, a violência começa muitas vezes depois do casamento, imaginemos que a esposa vai buscar o marido ao avião de calções e ele diz-lhe vistes de calções porque, e ela não gostou. Muitas vezes estes programas podem consciencializar para estas questões, para “abertura de mentalidades”. Mas as vítimas podem ser vítimas mais que uma vez, são comportamentos moldados, porque havia violência em casa dos pais, muitas vezes casam para sair desse ciclo de violência que havia na casa dos pais, e depois casam e tem violência no casamento.

A violência surge por “n” fatores, económico, porque eles têm outra mulher, é porque eles têm muitos ciúmes, eu acho que o agressor usa a violência, para mostrar quem tem o poder e a força na relação. Porque se uma mulher é mais inteligente que um homem e se é escuta pelos outros e os outros lhe dão mais atenção, ele tem ciúmes. Mas isto tem haver com a nossa cultura e com a nossa educação. Ainda hoje se ouve, “ajuda aí a tua irmã” ou “pareces mesmo uma menina a chorar”, estamos a incutir a força do homem e a fragilidade das mulheres. Isto antigamente acontecia porque a mulher dependia financeiramente do homem, e mesmo agora, na minha geração, a mulher é muito dependente emocionalmente do outro. Elas têm tudo, elas trabalham, elas conseguem-se sustentar, mas a nível emocional não conseguem fechar aquele ciclo. A dependência emocional daquela pessoa é de tal forma forte que requer aqui um grande trabalho junto destas vítimas. A parte emocional tem uma grande força, e depois é a vergonha, a educação, se eu vou conseguir sustentar também os meus filhos, o que é que vai acontecer se eu tomar esta decisão. Eu sinto nas aldeias que “eu tenho que ser melhor que o meu vizinho”, à vizinhos que não sabem que aquela situação de violência existe, é tudo escondido.

(...) hoje em dia pode não haver tanta violência física, mas existe muito mais a psicológica.

Entrevistador - Quais as motivações que as pessoas idosas vítimas trazem e quais os maiores medos?

Entrevistado - Quando os idosos chegam até nós, o agressor nem sempre é o marido, é muitas vezes os filhos, quando é dos filhos a vergonha é muito maior, o medo é muito maior, não tem nada haver quando é do marido. É muito mais fácil apresentar queixa contra o marido do que contra um filho, isto porque eles são do meu sangue, fui eu que os criei. Estas mulheres, quando são vítimas por parte do marido, muitas vezes, esperam que os filhos se casem ou saem de casa e depois mudam de cama. Elas mudam de cama e de quarto, pois os filhos já não estão lá, então os filhos não sabem. Ele fica no quarto que era do casal e ela muda-se para um quarto que era dos filhos, mas a casos em que há o dia “D”, que ela tem de passar pelo quarto dele, para ter as ditas relações sexuais e sabe que ela continua a passar. Eu tive um caso assim, tinham os dois mais de 65 anos, e os dois filhos já não estavam em casa e ela dormia num quarto separado, mas o domingo de manhã era sempre o dia de ela passar lá. E quando ela não passava lá, ela já sabia que ele estava de mau humor, então eu comecei a trabalhar em apoio psicológico com ela, para que ela dissesse que “não”, e para ela não ir, mas depois ela deixou de vir aqui ao apoio. Porque quando comecei a interrogá-la, se ela gostava dele e outras perguntas, determinada pressão para ela, ela estava a ser submissa, ela não queria, está-se a obrigar a ela própria e ela aí desiste. Há outro caso que acompanho que é horrível, mas este não quer que exponha.

(...).

Outro caso, um casal na casa dos 60 anos, ela é uma ótima senhora, adorou a sogra, tem dois filhos e chegou a um ponto que disse não, basta. Mudou de cama, ela diz que já não gosta dele, eles vão a excursões, com um grupo de amigos, é uma mulher inteligente, toda a gente a ouve, e nota-se que a atenção é virada para ela. Quando terminamos o apoio ela disse “obrigada por me ter ouvido e porque lhe contei coisas que nunca contei a ninguém”. Ele foi quebrando pouco a pouco e dizia-lhe a ela “nunca me deixes por favor”, porque estava em cima da mesa o divorcio, e ele pôs uma prótese na perna e ela

é que cuidou dele, eles continuam na mesma, ela é que cuida de tudo dele, mas continuam a dormir em camas separadas.

Se eu disser que 50% dos portugueses já não dormem um com o outro, em casal, tenho quase a certeza de que mais de 50%, gostava de fazer uma estatística sobre isto. Tenho casos, que não dormem a mais de 11 anos, 9 anos juntos. A vítima continua a viver com a agressor porque não a podemos obrigar a sair de lá, senão perdemos a vítima, mas continuamos o apoio de maneira transformativa. E depois nesta idade, as mulheres sempre foram submissas, a este homem, como é que agente vai fazer com que elas mudem de vida? Ir para casa dos filhos, mas depois são cargos para os filhos, tive por exemplo um caso, que uma filha é professora e outra é enfermeira, ambos, o casal na casa dos 80 anos, ele asfixiou a mulher, se filha não chegasse tão depressa, ele tinha a morto. Ela esteve muito mal no hospital e ele teve na psiquiatria, depois ele foi para casa de uma filha e ela para casa de outra filha, um nas Caldas da Rainha e outro em Leiria. A vítima começou a frequentar um centro de dia e eu ia acompanhá-la no apoio psicológico no Centro de dia e ele continuava no Centro de Dia, mas nas Caldas. Venderam a casa e depois ela já não queria ir para o centro de dia nem ficar em casa da filha e olha não é que compraram um apartamento, junto da casa de uma das filhas, e estão os dois na mesma casa, ela frequenta outro centro de dia, mas com a supervisão da filha. Eu falei com a filha e disse que era melhor não, mas a filha dizia que a mãe queria e que queria. Estão os dois no mesmo espaço, com medicação, ele está a ser medicado, parece que as coisas estão mais apaziguadas e é esta situação assim.

Entrevistador – Acredita que existe mudança por parte do agressor?

Entrevistado – Este sim, porque precisava de apoio psicológico, a filha é que trata da medicação todos os dias e o problema estava aí, esta mais calmo.

Outra situação que queria contar, estou a acompanhar uma vítima que esta num lar, uma senhora nova, 68 anos e esta numa cadeira de rodas, por causa do marido e esta numa ERPI, porque foi para lá, porque era dependente e está a ser acompanhada no apoio psicológico, por causa desta situação de maus-tratos que ela sempre viveu a vida toda. Já recuperou um bocadinho, já consegue andar com uma pessoa de cada lado e de andarilho, ela pergunta sempre por ele, quando é que ele regressa e vêm. Ela é que cuidava dele, fazia o comer e tudo o que era necessário. Mas eu também penso que

muitas vezes, quando vem de ambiente familiar destruturado, tóxico, conflituoso, eles não conseguem dar aquilo que nunca aprenderam. E é uma continuação de comportamentos, depois acomodam-se aquela situação e aquele registo. Eu tive uma vítima que me disse “acho que ele já não gosta de mim” e eu perguntei porque e ela respondeu “porque ele já não tem ciúmes de mim”, então ela provocava-o para ele ser agressivo, para sentir que ele gostava dela. A violência doméstica, é um ciclo, a fase da tensão, a fase agressão e a fase da lua de mel, é perigoso explicar isto às vítimas, porque elas podem pensar que quando se esta na fase da tensão e da agressão, que logo a seguir vem a lua de mel, mas pode não vir a lua de mel e elas morrerem nesta fase. Eu explico sempre, não espere sempre pela fase da lua de mel, porque nesta fase pode morrer. É um risco explicar o ciclo às mulheres vítimas de violência.

(...)

Bem as motivações, é sentirem-se mais seguras, não se sentirem tao sozinhas, serem escutadas, havia aqui uma senhora, era desleixada, e depois de arranjarmos produtos de higiene e incutirmos nelas isso, elas sentem-se mais bonitas, mulheres.

Eu não lhes digo aquilo o que elas querem ouvir, mas também não ser muito fria, mas também muito mole. Muitas vezes chamo os filhos, e digo passa-se isto assim assim. Eu tenho uma senhora de 75 anos que é maltratada pelo filho, mas este tem um problema a nível psicológico. São 4 filhos, este foi o filho desvalorizado, e esta característica dele, fez com que fosse mais agressivo. A mãe arranjou-lhe um espaço, mas não concordo porque não esta preparado para ele cozinhar, não tem uma vida, ele é muito bom em tecnologia, eletricidade, até podia ser bom, mas depois ele perde-se. Os irmãos têm de ajudar, ele não tem ninguém. Chamei o irmão e a mãe, e para ajudar a vítima, tenho de pensar no agressor. Uma característica muito importante do técnico é pensar também no agressor, eu para ajudar a vítima, tenho de pensar no agressor, mas quem conhece melhor o agressor é a vítima, eu digo-lhe “você conhece o agressor, acha que ele é capaz disto, que é capaz de fazer aquilo”, temos de encontrar estratégias de intervenção junto da vítima, conforme aquilo que ela nos dá, nos vamos intervindo. É tudo uma tentativa -erro ou tentativa-sucesso.

(...)

Entrevistador - Após pedirem ajuda, que respostas sociais existem para a vítima?

Entrevistado – Para além da vítima poder voltar para casa, pode ir para uma casa de emergência ou uma casa abrigo. No entanto, existe mais respostas, uma delas acho muito importante, a Câmara, a Câmara apoia vítimas de violência doméstica na renda da casa, mas tem de apresentar queixa. Se a vítima arrendar uma casa, a câmara ajuda em 40% nessa renda. Por exemplo, houve um caso que a vítima foi agredida com um copo, ficou todo cortada na cara, o agressor ia matando-a, ela tem um filho deficiente, ela veio cá a pensar no filho, ele não era o pai do filho, ela paga de renda 800€, nós enviamos o processo para a Câmara, ela vai ter o apoio de 40%. Eu consegui arranjar um cabaz para ela, produtos de higiene, mandei para várias parcerias que ajudam com o capaz, a Segurança Social pode ajudar a partir da EDP e da água, com a tarifa social. Além do apoio à renda, a outro apoio social, apoio de emergência, que ajuda nas 3 rendas, mas estás 3 rendas nunca pode ultrapassar os 1000 euros. Por exemplo se for 500€, eles só ajudavam 2 rendas e ajudam três meses ou cinco meses dos produtos de alimentação até 135€, todos os meses. Há dois tipos de apoio da camara, o apoio à renda e o apoio fundo de emergência social. Ela não trabalha, e recebe apenas dos apoios a que tem direito, uma volta de 1200€, mas pagar a renda de 800€, uma criança deficiente que precisa de apoios é difícil.

Por exemplo, tenho uma outra senhora, com um filho deficiente, que foi maltrata pelo marido e este filho também precisava da mãe, ele, o filho até andava na escola, na CERCILEI, e o miúdo até levava uma faca. Estes senhores até eram idosos, o filho até tinha 50 anos, mas com um ar de criança. O resultado disto tudo, foi que o agressor acabou por falecer, e a senhora nunca mais ficou bem, diz que perdoava tudo e que estava tudo resolvido.

No fundo, elas acomodaram-se, existe a ligação emocional, não é só aquela característica, há aquela dependência emocional também, eu lembro-me da minha vizinha quando o marido faleceu, ela dizia estou aqui tao sozinha, eu não sou ninguém, ele pelo menos fazia me companhia, mas se fosse hoje eu não teria deixado fazer o que ele me fez. Se fosse hoje, eu não teria deixado, tem outra consciência, e depois estas mulheres apercebem-se que não viveram aquilo que tinham decidido para elas próprias. E há aquela coisa de o tempo está a acabar e eu não vive aquilo que eu queria, acho que é muito isso e depois há outras situações em que eu me divorciei, mas não devia ter divorciado, porque mesmo assim estava melhor do que estou. Isto depende de cada tipo de personalidade, cada personalidade é caracterizada com vários fatores, várias

experiências que depois, que resulta em respostas que às vezes agente não compreende. E depois a saúde mental cada vez é menos e a doença mental cada vez é mais. Muitos dos pais que acompanho, que são maltratados pelos filhos, muitas vezes é a doença mental e por de facto ter havido durante muitos anos, consumos.

Entrevistador - Como se processa o acolhimento, a avaliação e o acompanhamento das vítimas?

Entrevistado – Na nossa resposta de emergência, chegam-nos casos a partir da GNR, PSP, da nossa rede, onde colocamos o número de vagas que temos disponível, por exemplo temos 3 vagas, dar um exemplo, para ser mais fácil de explicar, houve uma vítima que era farmacêutica, e foi a colega dela que a trouxe aqui, mas ela deixou o telemóvel e o carro no serviço e veio com a colega. Porque ele controlava os quilómetros e a localização geográfica do telemóvel, ele tem uma boa profissão e é um grande empresário daqui ela veio até nós, pediu ajuda, contou-nos tudo e depois de eu fazer a avaliação eu disse isto é uma situação de risco, porque ele controlava tudo, a roupa de vestir, tinham duas filhas gémeas pequeninas. Ele até controlava para quem ela ligava, ela tinha um telemóvel pequenino na farmácia, porque ela assim ligava para os pais, porque ele não queria que ela ligasse para os pais, nem para a irmã, eu isolei-a da família. Alias quando casaram, os pais deram-lhe ouro e até isso ele lhe pediu para ficar com ele. Ela veio cá na primeira vez e eu expliquei-lhe tudo e ela não tinha fundo nenhum de dinheiro, ela não tinha nada. Ela voltou para casa e apenas nos contactava do telemóvel da farmácia a contar-nos coisas que acontecia, e depois houve situações que estavam a ficar grave, e eu disse não, ele tinha ido levar as crianças à escola, ela já tinha acabado o trabalho dela, porque ela estava a substituir uma outra farmacêutica, ela naquele dia decidiu sair, porque ele andava muito conflituoso, ela foi arranjar as unhas e deixou algumas coisas naquela esteticista, e nós dissemos então vai ser hoje, nós fomos com ela ao colégio buscar as meninas, que as auxiliares ligaram logo para ele, não entendo porque. Nós fomos buscar as meninas, ela veio para aqui, entrei na plataforma, contactei as minhas colegas, de um distrito, e as colegas tinham resposta para ela e para as meninas, foram para o norte, numa resposta de acolhimento de emergência, nós pedimos transporte, porque também há o transporte que há pedido, da cruz vermelha que tem uma avença com a CIG. Teve nessa resposta de acolhimento, onde elas não pagam nada, ela aí pede apoio jurídico, quando ela sai da casa, já tem queixa formalizada e já deu entrada com o processo de responsabilidades parentais. Ela aí já

não vai para a casa abrigo, vai para casa da família, porque o cunhado dela trabalha na GNR, sendo ele da GNR, este agressor não pode lá ir ter com ela e há logo medidas colocadas que ele não se pode aproximar da vítima. Assim estava em segurança, é preciso é trabalhar, mas também depende da vontade da vítima. Ele tem um bom advogado, mas ela também lá tem uma boa advogada. Agora o que é que ficou decidido, as meninas, fim de semana sim, fim de semana não ver o pai. Ele vai buscá-las e vai pô-las, na escola, não há contacto nenhum com a vítima.

Entrevistador – Os técnicos que acompanham estas vítimas, para além dos psicólogos?

Entrevistado – Assistentes sociais e os monitores da casa

Entrevistador - Qual o papel dos técnicos em todo este processo?

Entrevistado – A nível emocional os psicólogos, a nível social os assistentes sociais, a nível jurídico, temos agora um protocolo com um gabinete de advogados e as monitoras, fazem atividades, levam-nas ao médico, levam-nas a apresentar queixa.

Entrevistador - Qual o papel das famílias em todo este processo?

Entrevistado – Muito importante. Para mim se uma vítima tiver uma família à retaguarda, é uma força. Quando não tem, muito pior, tem muito mais dificuldades para resolver, mais defensiva. Só entro em contacto com a família se ela, a vítima quiser. Ouve uma vítima, que eu tentei falar com os pais, e o pai e a mãe vieram, mas o pai estava mais do lado dela, mas a mãe, quase quebrava a palavra ao marido, muitas vezes a mãe diz, aguenta, que eu também aguentei. Um ou outro caso, culpabilizam as vítimas do que esta a acontecer.

4. O Projeto de vida para a vítima

Entrevistador - Quais as etapas que fazem parte do acompanhamento destas pessoas até à sua autonomização?

Entrevistado – Então ... nós tentamos criar um projeto de vida com estas vítimas, por exemplo nas respostas de acolhimento, vamos supor que aquela nem quer ir para a Casa Abrigo, agora para arranjar casa é muito difícil, é uma dificuldade muito grande a nível da sociedade, mas muitas vezes elas ficam na nossa resposta até o tribunal colocar uma medida de afastamento, para o agressor sair de casa e ela é que fica

na casa. Quando ela fica na casa, vamos também tentar ajudar a arranjar trabalho, as vezes algumas são doentes e não se pressupõem para trabalhar, mas é isso que temos de trabalhar com elas. Agente temos uma parceria que esta disponível para receber vítimas, mas essa entidade, as vítimas têm primeiro de ter formação durante 3 dias, e depois quando fazem a seleção, estas vítimas que já estão sinalizadas, elas estão em primeiro lugar. A grande dificuldade é que é na marinha grande, é um bocadinho longe para elas, mas há esta hipótese. Depois o que peço sempre é que venham para cá, pois existe outras ajudas aqui em Leiria, para além da Câmara, existe da Cruz Vermelha, Banco Alimentar, da RE food, das Cáritas, mais acesso aos transportes, as escolas. Podemos resolver mais que uma dificuldade ao mesmo tempo. Por exemplo, a vítima pode não ter passado pela nossa casa e ter ficado em casa dos pais e esta sem trabalho, tem um problema de saúde. Mas não impede de tratar da saúde e ao mesmo tempo arranjar logo emprego para ela. Na casa, compreendo que é mais invasivo, as vítimas chegam frágeis, mas aqui eu tento tratar de tudo em simultâneo.

Depois de fazer uma avaliação a nível do seu historial de trabalho, saúde, família, as capacidades que tem para gerir as suas dificuldades.

Entrevistador – E as pessoas idosas, também tem esse projeto?

Entrevistado – Sabe, as pessoas idosas quando nos chegam aqui, já todas tem uma casa, o que é uma mais-valia, nestas situações. Tem casa com agressor, tem senhoras que vão para ERPI S, as que partilham casa, continuam a ser acompanhadas, mas o facto de virem aqui, faz criar algumas estratégias de defesa, para que elas possam viver em maus-tratos com eles. Vamos supor que ele não dá valor a nível financeiro, ela tem a reforma, mas eles ficam em ele. Elas podem dizer que para que eles queiram que ela faça o comer, precisa de dinheiro, a forma de gerir, de falar para que se faça algo.

A verdade é que tenho mais filhos que agridem os pais, mas também tenho cônjuges, e acredito que elas continuem com eles, por pena. Por exemplo, uma senhora de 72 anos, o marido tinha afastamento e sair de casa, foi para uma segunda casa que tinham, mas era na mesma rua, então tinha pulseira, sempre que la passava, aquilo apitava, ele cansou-se, tirou a pulseira e fugiu para França. O irmão que o tinha lá, cansou-se dele, mandou para cá, chegou ao aeroporto foi detido. Para cada situação uma resposta.

Entrevistador - Quem faz parte da elaboração do Projeto de vida? A Psicóloga e mais?

Entrevistado – A técnica de serviço social.

Entrevistador – Existe alguma duração?

Entrevistado – Não, depende, tenho uma pessoa que já acompanho, há 2 anos.

Entrevistador – E como é feita a avaliação?

Entrevistado – Por exemplo, as vítimas acompanhadas e depois deixam de vir, mas acho que elas não vêm porque as coisas estão mais calmas, há outra vez outro episódio, elas voltam a vir. Nós temos instrumentos, para fazer a avaliação de risco, e esses instrumentos, para mim não serve nada, porque pode ter avaliação de risco baixa e depois acontecer uma tragédia ou ao contrário ter uma avaliação muito alta e não acontecer nada. Por isso, acho que esses instrumentos servem para nossa defesa. Concordo que temos de aplicar, mas acho que a avaliação que nos fazemos também tem a ver como a vítima se apresenta junto de nós, o impacto que ela causa a falar das coisas, a sensibilidade que os técnicos têm para perceber que a situação é grave. E depois de todos estes instrumentos, a nossa resposta será de intervenção imediata. De encaminhamento imediato, é necessário também empoderar a vítima, dizer-lhe o que é correto e o que é incorreto. É necessário desmistificar os padrões aprendidos.

Entrevistador – Que estratégias são usadas para que a pessoa vítima não desista deste novo processo na sua vida?

Entrevistado – Para ela não desistir, dar continuidade ao apoio psicológico, fazer ver, contar exemplos de outras situações, e mostrar-lhe situações que ela poderá receber se tomar aquela decisão. Já trabalhamos aqui grupos de ajuda mútua, tínhamos 4 vítimas de violência e 4 vítimas que não eram vítimas de violência. E neste grupo de 8 pessoas, nos trabalhamos a autoestima, a autoconfiança e assertividade. Elas ajudam-se muito umas às outras

Entrevistador – Com que visão entram é que saem? Mais confiantes?

Entrevistado – Acho que sim! Mas nem todas, ficam esclarecidas, mais informadas, quais são os direitos delas, o que é que pode acontecer, algumas explicações a nível jurídico.

(...)

Entrevistador - Que tipos e estratégias de mediação é feita com as pessoas vítimas de violência doméstica? Preventiva, transformativa...?

Entrevistado - Acho que é de tudo um pouco, para conseguirmos encontrar a melhor resposta, no trabalho que fazemos, utilizamos tudo, a mediação construtiva e a transformativa, porque existe a necessidade de transformar estratégias, para a situação dela. E construtivas que para mim é das melhores, construir com elas metodologias de trabalhar aquela violência que esta inserida psicologicamente, desconstruir e muitas vezes formas de pensar que muitas vezes não vão encontro da realidade.

Entrevistador - Não sei se quer acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistado - Não.

Entrevistador - Então terminamos, muito obrigada.

APÊNDICE 9 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “PATRÍCIA E ANA” – TÉCNICAS

1. Identificação do técnico da associação

Idade – 23 anos e 45 anos

Sexo- Femininos

Concelho onde reside – Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo

Função que exerce na associação – Assistente Social e Animadora Sociocultural

Há quanto tempo está na associação – Desde agosto e outra desde novembro

Motivo que a levou a trabalhar na associação – sempre trabalhou na área social durante 15 anos, mas trabalhava numa IPSS, acompanhava crianças e famílias, quando fazíamos intervenção via-se outros problemas sociais, depois como é uma área que gostava, surgiu esta oportunidade e decidi vim.

Antes de estar aqui trabalhava numa outra área, mandei currículos e depois vim para aqui, não sabia ao que vinha, mas aceitei o desafio.

Entrevistador – Antes de haver a associação, havia alguma ERPI, centro de dia.

Entrevistado – Não, é uma instituição completamente nova.

2. Caracterização da Associação

Entrevistador - Missão da Associação

Entrevistado 2 – Fundação já existe a algum tempo, foi fundada em 2014, em 2015 foi considerada uma IPSS, e em 2018 utilidade pública. Esta IPSS, era um lar de idosos. Fundação para além da casa abrigo, tem uma abertura em 2026 para refugiados, e para além disso temos 26 moradias, para fixar os trabalhadores. Como vivemos numa aldeia é difícil arranjar pessoal qualificado para trabalhar connosco.

Entrevistador - Número de vítimas que se encontram na associação

Entrevistado 1 – Neste momento 15 pessoas, mas já passaram por aqui 24.

Entrevistador - Requisitos para admissão das vítimas

Entrevistado 1 – Apenas mais de 65 anos, tem mesmo de ter, senão tem de estar noutra casa.

Entrevistador - Duração da permanência

Entrevistado 1 – Esta previsto um acolhimento de 6 meses, podendo ser prorrogado mais 6 meses.

Entrevistador - Estrutura da casa

Entrevistado 2 – Temos um refeitório que faz a comida, não são elas, mas para as manter ocupadas, e uteis, fazemos com que façam tarefas na casa.

Entrevistado 1 – Limpeza dos quartos, colocar a mesa, cuidado com plantas, quem fuma limpa o cinzeiro.

Entrevistador – Elas partilham quartos ou cada uma tem direito a um quarto individual?

Entrevistado 2- os quartos são partilhados, quase todos os quartos são duplos e um triplo, mas de momento está tudo a par, para não se sentirem sozinhas.

Entrevistador - Como participam nas rotinas da casa?

Entrevistado 1 – Pequeno almoço, é às 9h, o almoço ao 12h30, o lanche as 16h, jantar às 19h e depois a ceia às 23h. Recolher obrigatório é as 18h30.

Elas são livres de passear aqui à volta, ao nível das tarefas temos uma escala, para saberem quando e o que tem de fazer. Depois tem acompanhamento com a psicóloga, atividades com a animadora e sempre assim.

3. *O Acolhimento da vítima*

Entrevistador - Como é que as vítimas chegam até a casa abrigo? Fale um pouco deste processo

Entrevistado 1- O processo chega-nos sempre pela plataforma da CIG, para acolhimento, depois analisamos em equipa técnica os fatores da pessoa. Depois de aceitarmos o pedido, acolhemos a pessoa, a pessoa vem sempre numa casa de acolhimento. Quem faz o acolhimento normalmente sou eu Assistente Social e a diretora da casa. É dado o livro da casa, explicado as regras e tudo mais.

Entrevistador – E a vítima chega, e é acolhida, ou existe aqui do tipo a vítima chega, chega a local novo, vem transtornada, fica sozinha e depois conversam com ela.

Entrevistador 2 – Nós tentamos sempre perceber como é que as senhoras vêm, e tentamos sempre, se ela quiser primeiro espaço, nós damos.

Entrevistador 1- Ultimamente as senhoras chegam sempre a hora de almoço e acabam por ir logo almoçar. E depois ao longo do dia vamos conversando com elas sobre vários fatores.

Entrevistador - Quais as motivações que trazem e quais os maiores medos?

Entrevistado 1 – Medos, é do agressor, de voltar para casa para o agressor, isso é o principal medo, e que ele descubra que ela está aqui.

A maior motivação é voltar a ver a família e a casa delas.

Entrevistador- A partir do momento que vão para a Instituição deixam de ter contacto com a família?

Entrevistado 2 – Muitas vezes o que acontece, é assim às vezes parece que não lhes foi explicado, ou foi, mas não entendem, e não percebem que não podem ter visitas dos familiares. Mas podem contactar com os familiares e amigos.

Entrevistado 1- Na nossa casa não são retirados os telemóveis.

Entrevistado 2 – A única coisa que fazemos nos telemóveis mais modernos é que o GPS esteja desligado, para ninguém saber a localização onde estão.

Entrevistador - Como se processa o acolhimento e o acompanhamento das vítimas idosas?

Entrevistado 1- A vítima chega até nós, nós preparamos logo o regulamento interno, para ajudar e os direitos e os deveres delas. Damos os contactos necessários, e o guia de acolhimento com essas informações todas, caso precisem de alguma coisa tem tudo. Quando chegam deixamos elas ambientarem-se, arrumar a roupa, habitar o quarto, que é partilhado.

Entrevistado 2- Sim, deixá-las no espaço para que possam se habitar e explorar, para que ganhem confiança.

Entrevistado 1 – Muitas é um choque e dizem que tem de voltar para casa para ir buscar as roupas e coisas assim.

Entrevistado 2 – Sim, temos senhoras com 60 e poucos e senhoras com 83 e 84 e pronto com essas é mais complicado.

Entrevistado 1 – Muitas querem ver os netos, sentem a falta deles e temos ainda muitas que pensam que estão aqui até ir ao medico, depois do medico vão a vida dela.

Entrevistado 2- Depois não percebemos se esta informação é bem esclarecida quando elas vêm para aqui. Ou se devido à idade a percepção já não é a mesma, pronto, são situações mais complicadas que temos de dar a voltar.

Entrevistador - Quem são os técnicos que trabalham com estas pessoas?

Entrevistado 1 – Assistente social, animadora social, que faz atividades e passa o tempo com elas, e a psicóloga. A diretora também conversa com elas. Para além disso, temos pessoal 24 horas por dia, ação direta e equipa de limpeza.

Entrevistador 2- Estão 24 horas com alguém, nunca estão sozinhas.

Entrevistador - Qual o papel dos técnicos em todo este processo? Que estratégias utilizam?

Entrevistado 2 – É um processo muito individualizado, mas o objetivo é capacitá-las muitas ainda vem muito autónomas, mas o objetivo é capacitá-las, ao nível da autonomia, de algumas competências e para não irem esquecendo e não irem perdendo as capacidades. Tem muita necessidade falar, e de contar as suas histórias, não só com a psicóloga, mas connosco também. A psicóloga, dá mais ferramentas emocionais e

psicológicas, porque elas vão sair daqui e precisam de ajuda para não voltarem, para não repetirem o ciclo.

Entrevistador - Qual o papel das famílias em todo este processo? Há algum contacto?

Entrevistado 1 - Depende muito dos casos. Dando o exemplo, hoje tivemos uma senhora que saiu daqui e tivemos sempre em contacto com a filha que vive na Suíça. Atualizamos sempre o estado da mãe e ela ia ficando cada vez mais baralhada e confusa e então decidi que a mãe, fosse para ao pé dela. Era um dos desejos da vítima, poder voltar a ver a filha.

Depende dos casos, mas normalmente mantemos o contacto com os filhos.

Entrevistado 2 - Se bem que a grande maioria dos casos que temos, são os filhos os agressores, então não podemos manter contacto com eles, mas também temos vítimas dos próprios maridos. Esta um bocadinho mais ou menos equilibrado, as primeiras senhoras eram vítimas dos filhos.

Quando a família é os filhos, é complicado, não temos contacto com mais ninguém e estão um bocadinho mais isoladas.

Entrevistado 1 - Mas o nosso principal trabalho é com elas.

Entrevistado 2 - Quando existe filhos, mas a necessidades do idoso e com idades avançadas, tentamos agilizar com eles, porque se estão dependentes tem de ir para uma Erpi.

4. *O Projeto de vida para a vítima*

Entrevistador - Agora queria falar sobre um bocadinho do projeto de vida com estas vítimas. Quais as etapas que fazem parte do acompanhamento destas pessoas até à sua autonomização?

Entrevistado 1 - Ui, uma pergunta difícil. Isto não é uma linha reta, existe muitos altos e baixos. Ora querem ir para uma ERPI, ora querem ir para casa, ora querem ir para o filho, ora querem uma casa sozinhas. Existe aqui um trabalho, com muitos altos e baixos.

Entrevistado 2 – O que querem hoje, já não querem amanhã e temos muitas situações dessas, e pronto, o que tentamos fazer é sempre a vontade da vítima, mas depois no temos de avaliar e percebemos que há senhoras que nunca vão conseguir estar sozinhas. Não conseguem ter autonomia para isso, que é o que elas querem. E depois é trabalhar um bocadinho... que cheguem onde nós queremos. O que achamos que é a melhor resposta para elas.

Sobretudo nas idades mais avançadas, já tem alguma dependência e a senhoras que tem muitas questões de saúde graves e tentamos trabalhar e contornar, para que a resposta seja a melhor, mesmo que não seja aquelas que elas idealizam.

Entrevistador - Como se processa a construção de novo projeto de vida?

Entrevistado 1 – O projeto de vida é definido em conjunto com elas, no dia a dia, em conversa com elas, com a psicóloga, são mais importantes, para percebam qual o melhor projeto para cada uma. Em equipa decidimos, esta senhora, quer isto, mas não é realizável, vamos trabalhar para isto. Depois a psicóloga, com as sessões que tem com as vítimas, vai trabalhando isto pouco a pouco com elas. E nós pelo meio, a assistente social e a animadora, também vão dando uma ajuda.

Entrevistador - A duração são então os 6 meses e como é que é feita a avaliação, para que a vítima, possa sair?

Entrevistado 1 - Por exemplo, temos aqui uma senhora que esta connosco desde junho, e ainda não saiu. Ainda não conseguimos concretizar o projeto de vida dela, ela sempre disse que queria uma ERPI, mas as respostas, não tem o tempo que nós precisamos, demora muito mais tempo que nós precisamos. O processo desta senhora também ainda decorre no tribunal, então também, dificulta a entrada desta senhora numa ERPI. Os tempos não ajudam, não estão a nosso favor.

Entrevistado 2 – Até porque, muitas delas, a grande maioria, tem reformas muito pequenas e quando a resposta é uma ERPI, terá de ser por uma vaga social, o que é mais difícil e o timing não corresponde com o nosso e as respostas são demorosas e nós não podemos fazer muito e questões que nos ultrapassam.

Uma senhora que inicialmente queria ir para uma casa sozinha e ter um gatinho, mas não tem rendimentos e ao nível de autonomia não conseguia, não consegue tomar

medicação, fazer a alimentação, e então a melhor resposta seria uma ERPI, e ela lá acabou por aceitar com muitas conversas com ela. Acabou por aceitar, mas depois dos 6 meses e, entretanto, recuou, acaba por ser difícil.

Entrevistado 1 – Às vezes damos um passo a frente e dois atrás.

Entrevistador – Podemos dizer que muitas das vossas vítimas, vão para ERPI'S?

Entrevistado 2 – Sim, sim, temos uma senhora que saiu há 2 meses para uma ERPI, que conseguiu essa vaga, da tal dita social. Entretanto outras saíram, apesar de haver isso dos 6 meses, elas são livres de sair quando quiserem, a meio do processo, elas decidem voltar para o agressor.

Entrevistado 1 - Elas chegam aqui com muita vergonha, que vem de terras muito pequenas e dizem que não querem voltar para casa porque tem vergonha, mas passado uns tempos, uns meses dizem que eu vou voltar para casa. Eu não quero mais isto e voltaram para casa.

Entrevistado 2 – Sim e voltaram para o agressor. Ainda acontece e apesar de ser estas idades, ainda de facto acontece.

Entrevistado 1 – Foi a casa que elas construíram, foi onde sempre viveram.

Entrevistado 2 – Vem com aquela ideia, de se aguentei estes anos todos, agora que estou no final de vida é que vou deixar a minha casa, o meu espaço. É muito isto o pensamento. Nós sentimo-nos imponentes porque parece que ao estamos a fazer o nosso trabalho, são opções e elas são livres de sair.

Entrevistador – Muitas vão para casa dos filhos, mas depois colocam-nas numa ERPI mais perto deles?

Entrevistado 2 – Temos uma situação que isso aconteceu. O filho quis levar a senhora, mas era para perto do marido, mas, entretanto, o marido faleceu e ela acabou, por ir, porque não havia o risco. A senhora tinha Alzheimer, destruía-nos a casa toda, destabilizava completamente a noite.

Entrevistador – Existe alguma situação, em que a vítima, tenha ido para uma casa dela, começar de novo?

Entrevistador 2 – Há uma senhora que ouvi dizer que reconstruiu a vida dela, mas não sabemos bem se é verdade. Algumas continuamos a ter contacto, elas ligam e falam connosco. Queremos acreditar que ela tenha conseguido.

Entrevistador – Quando elas vão para uma ERPI, é para a zona de residência de onde vieram, ou onde houver vaga social?

Entrevistado 1 – Tentamos sempre referenciar para a zona de residência por causa dos netos, que elas pedem.

Entrevistador – Eu pergunto porque, se elas voltarem para a zona de residência é onde provavelmente vai estar o agressor.

Entrevistado 1 – Quando isso acontece, nós avisamos sempre o lar, que a vítima está perto do agressor e por isso tomem medidas, para que não aconteça.

Entrevistado 2 – Por acaso foi isso que aconteceu, com a senhora que saiu há sensivelmente dois meses, ficou 1km de casa. A vaga social calhou muito perto do agressor. As vagas sociais é onde calhar, mas elas pedem sempre para ir para a zona de residência.

Entrevistado 1 – Até agora não tem havido nenhum problema com o agressor. Até à data.

Entrevistador - Depois de a vítima ser encaminhada para a ERPI, ou outro sítio, a vítima deixa de ser encaminhada por vocês, ou passa a ser acompanhada por alguma casa mais perto, ou não existe de todo acompanhamento?

Entrevistado 2 – O caso da senhora que falei não sei, que eu saiba não voltou para o agressor, mas fazemos com todas, conversamos com o gabinete de apoio a vítima da zona e o acompanhamento continua, mas com outra equipa de mais perto.

Entrevistador - Que estratégias são usadas para que a pessoa vítima não desista deste novo processo na sua vida?

Entrevistado 2 – É trabalhar muito motivacional, de desenvolver que aqui a parte de entender o que é a violência e como não voltar a ela.

(entrevista interrompida)

Entrevistador - Com que visão entram aqui a primeira vez e como é que saem? Mais confiantes?

Entrevistado 1 – As visões delas é muito que isto é um lar, que estão aqui para ir ao médico, outras chegam com o pensamento vou descansar, e vou mudar a minha vida, querem mudar a vida delas. As mais idosas temos mais um problema que isto é o lar, e que ao domingo é a visita da família e algumas não querem estar aqui.

Entrevistador – Elas são preparadas para a saída da casa, da instituição?

Entrevistado 1 – Sim, elas estão sempre dentro do processo delas, do caminho delas. Fazemos com elas e para elas. Nós trabalhamos com elas, é este o projeto de vida e vamos caminhando. Nós dizemos sempre aquele dia vai sair, elas naquele dia preparam as malas com a ajuda da auxiliar, fazem as malas delas, preparam tudo e nós levamo-las a onde é necessário.

Entrevistador - Que estratégias de mediação é feita com as pessoas vítimas de violência doméstica? Preventiva, transformativa...?

Entrevistado 1 – Mais uma pergunta difícil, mas sim, a psicóloga faz mais esse trabalho, elas contam situações da vida delas e as vezes não percebem que aquilo era violência, que aquilo não era uma agressão sexual e com o trabalho da psicóloga vão percebendo que não era normal. Faze-las entender que aquela relação sexual não era normal, e quando saem daqui elas percebem afinal isto era outra coisa, afinal não era amor. Uma delas diz me muitas vezes nunca aceites a primeira bofetada, é o que levo desta casa. A sério, ao trabalhar aqui abre-me os olhos para eventuais situações. O meu namorado é o meu namorado, mas um dia pode mudar e elas abrem o panorama, dão sempre conselhos porque sabem que não foi fácil para elas.

Entrevistador – Não tenho mais perguntas, obrigada mais uma vez.

Entrevistado – Obrigada, foi um gosto.

APÊNDICE 10 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “MARIA” - VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POR PARTE DO MARIDO

1. Caracterização

Idade – 72 anos

Sexo - Feminino

Concelho onde reside - Leiria

Estado Civil – Divorciada

Escolaridade – 3º ano

Profissão - Doméstica

Tempo de permanência na associação – desde 3 outubro 2023

2. A violência doméstica

Entrevistador – Para si, o que é violência doméstica?

Entrevistado – Para mim a Violência doméstica é o marido bater na mulher e ela não se puder defender.

Entrevistador – E sabia disso, ou só soube isso depois de fazer a denuncia?

Entrevistado – Sabia isso antes, o que é que nunca quis fazer queixa dele, ele era o vinho e tinha aqueles ataques de quando vinha maldisposto, não percebia porquê. Quando ele entrava em casa, eu já tinha medo, já tinha pavor.

Entrevistador – De que tipo de violência foi alvo, quando é que começou?

Entrevistado – Então, estava casada há 53 anos, começou logo de caminho ano e meio depois de casar, mas nunca disse nada a ninguém, vivi sempre em silencio, às vezes ainda vinha a rua e dizia uma vizinha ou outra, porque ouviam, bater nunca viram porque bater, batia-me em casa, mas ralar, elas viam. Eu às vezes dizia as vizinhas, mas elas ainda faziam pouco de mim e dizia-me, o que se passava em casa, não se dizia na rua. Para eu não dizer nada a ninguém e calava-me.

Sofria muita violência física e psicológica, há 50 anos. Foi muito tempo, porque muitas vezes quando ele me tratava mal, eu fugia, fugia para a rua, mas depois tinha medo de voltar para casa. Como estava na aldeia, fugia para o campo e chorava e chorava, às vezes ia para o pé dos pinheiros falar para os pinheiros, e desabafava com eles, mas eles não me respondiam, mas pelo menos desabafava. E depois quando via mais ou menos, ia para casa e ele já estava meiguinho comigo, como se nada tivesse acontecido. Porque ele era assim, batia-me, chateava-me, fazia-me tudo, depois 10 minutos depois, já estava tudo bem, como se não tivesse acontecido nada. Acho que isso, não era normal.

Entrevistador - Têm filhos? Os seus filhos alguma vez assistiram e/ou foram vítimas de maus-tratos? O que faziam?

Entrevistado - Sim tenho 3, mas nunca sofreram violência. Eles sabiam e sabem da violência, porque, pelo menos a mais nova, sabia e foi a frente dela. Uma vez, eram 2 da manhã, ele tinha ido para uma patuscada, chegou bêbedo, eu estava na cama, fez-me sair da cama, viemos para a cozinha e ele a bater-me, veio a filha e separou-nos. Mas como ele está bêbedo e tem aquela força, não era capaz, a filha arranhou-lhe a cara com as unhas e empurrou para o sofá e aí é que ele parou.

Os filhos sabem que ele me tratava mal, ele telefonava, o pai fez-me isto, o pai fez aquilo e eles não me diziam nada. Nunca foram capazes de dizer, “ó pai, não faças isso à mãe, tu precisas dela, não faças isso”. Nunca foram capazes de dizer nada, agora nenhuma fala para mim. De vez em quando telefonam-me para saber se estou bem, mas é raro. De vez em quando ligo, mas trabalham e ligam depois, mas é de 3 em 3 meses, mais ou menos.

Os meus netos, também sabem, são grandes, com 23 anos, outro com 26 anos, mas não me ligam, a minha filha diz que eles me ligam e eu não atendo. É mentira, se eles ligassem eu atendia, eles é que não me ligam. Até quando tinha outro telefone, o meu ex-marido era o único que me ligava a dizer que queria falar comigo, mas eu não quero falar com ele, então anulei-o.

Depois nunca mais mantive contacto com ele, até antes disso, tive 8 dias em casa, nem aí falava com ele, a última vez que ele me bateu, tive oito dias de cama, ao fim de oito dias, fui a uma consulta, e depois a enfermaria disse-me para ir para cima da balança e eu fui com muito custo, e ela disse-me “oh D. (...), mas o que se passa hoje, parece que

não esta nada bem” e eu disse-lhe “ parece que tenho as costelas partidas” e ela disse-me “então caiu de umas escadas a baixo”, e eu respondi “não, foi o homem em casa”. Ela foi logo chamar o medico, e o medico fez logo um atestado, tinha as costelas, os dentes alagados e tinha o corpo cheio de negras. Depois o medico disse para chamar o meu filho, e eu disse, o meu filho não, que quando o pai me bateu, pedi-lhe para ir comigo ao hospital e ele disse que não, então, ele agora não vai comigo. O medico disse que não podia chamar a ambulância, e eu disse-lhe, mas eu chamo um táxi e eu vou num táxi, eu sei fazer isso. E fui ao hospital, e depois no hospital veio a assistente social que depois tratou de mim.

A assistente social, que é minha testemunha, telefonou para o filho, e ela disse-lhe sabe que o seu pai queria matar a sua mãe, porque ele dizia-me muita vez eu vou matar-te, eu vou para a prisão, mas vou pôr-te no cemitério. E dizia o mesmo ao filho, mas ele não quis ir comigo ao hospital. Quando a assistente social lhe disse isso, a resposta dele foi “entre marido e mulher não se mete a colher”, e a assistente disse, “mete a colher sim senhor” e desligou o telefone. Depois ele ligava me para mim, para me dizer para eu ir para casa e não quis.

Tive uma luz que me abriu caminho, porque das outras vezes nunca tive ninguém, e quando eu vi que tive uma luz, aproveitei. Fiquei muito contente, perdi a família de sangue, mas eu vou ganhar outra. E já arranjei outra, não é de sangue, mas dá amor. Amor das técnicas daqui da mulher sec. xxi, amigas que eu encontro.

Entrevistador - Quanto tempo durou este tipo de violência?

Entrevistado - Começou a bater-me 1 ano e pouco depois de casar, estávamos na França e o meu filho tinha 1 ano, quando ele me bateu a 1º vez. E depois continuou quando viemos para Portugal. Era assim, quando ele andava em casa, eu andava triste, quando eu via que ele ia sair, eu ficava muito alegre, cantava sozinha, porque ele saiu, mas quando entrava eu ficava logo triste, porque já sabia o que ia acontecer. Eu não sabia o porquê de ele me bater, porque eu não via razões nenhuma para isso.

Entrevistador - E quando é que decidiu pôr fim aos maus-tratos? Foi uma decisão de livre vontade? Quando foi ao Centro de Saúde ter a consulta, decidiu abrir-se com a enfermaria e contar.

Entrevistado – Foi, foi exatamente isso, e senti-me muito aliviada e contente, porque vi uma luzinha e me abriu caminho. Porque os filhos não me ajudavam, e quando o medico disse que eu ia para o hospital eu disse “ah não, porque isso vai a tribunal e eu não quero” estava com medo e o medico disse “não faz mal” e quando cheguei ao hospital disseram-me que ia buscar roupa, que ia sair de casa e aí eu fiquei toda contente.

Depois quando os meus filhos me telefonaram para fazer as pazes e assim, eu disse que não, que agora estava bem, pedi-lhes muita ajuda a vocês e nunca me quiseram ajudar.

Entrevistador – Como é que se sentiu a tomar essa decisão?

Entrevistado – Custa muito, chorava porque sabia que ia perder tudo, fiquei aliviada porque sabia que ia sair de ao pé daquele homem. Perdi tudo, comecei agora a minha vida do zero, se os filhos me ajudassem era de outra maneira, mas como eles não me ajudaram, era de outra maneira, mas da última vez, eu disse-lhes que tinha a carne deslocada das costelas, eu tinha a parte esquerda toda negra. Não tinha ninguém com quem falar, portanto da última vez, chamei o filho e ele foi lá e disse estas toda cheia de sangue porquê? E eu disse foi o teu pai, e ele foi falar com o pai, e o pai disse “ela quer ir ao hospital, leva-a ao hospital”, mas o filho não quis levar-me ao hospital.

Depois de falar com pai, disse, tu vais lá para cima, que era eu e o pai fica ca em baixo, e eu amanhã venho cá vê-los. E veio, mas veio ver o pai, a mim ninguém me viu durante 8 dias, ninguém me deu um copo de água, sopa, não tive visitas, não tive ninguém. A minha salvação era quando ele saia ca fora um bocadinho, eu descia as escadas com o rabo no chão, eu sabia que tinha comer no frigorífico, eu comia e ia outra vez para cima. Eu trancava a porta para ele não subir la acima.

Eu tinha tudo, do bom e do melhor e agora tive de começar a comprar tudo, fui para uma casa e tive de comprar um prato de cada vez, um copo, os lençóis para a cama. Tudo do zero, com a cabeça sempre para cima, sempre para cima, nunca para baixo.

Entrevistador - Apresentou queixa?

Entrevistado – Não, foi a enfermeira que apresentou queixa. Ela ouviu-me e apresentou queixa.

Entrevistador - Durante todo o processo alguma vez voltou ou pensou em voltar para o agressor?

Entrevistado - Aí não, nunca. Só olhar para a cara dele, não, não, nunca. Ele chegou a andar a minha procura, eu ia ao mercado e via-o, mas depois fugia com medo dele. Ele ligava-me, às 4 da manhã, e a polícia disse-me para bloquear o número e foi o que eu fiz.

Entrevistador - Os seus filhos, deixaram de falar para si, e o resto da família, como é que reagiu?

Entrevistado - Tenho uma irmã, que sabe que ele me bateu, uma vez tinha o pescoço todo negro e eu fugi para casa dela e dormi lá de noite. No dia a seguir o meu filho foi-me buscar, perguntou me se eu não tinha vergonha sair de casa, levou-me para casa. Eu pedi a essa irmã para ser minha testemunha, e ela recusou. Antes ela não falava para ele e agora soube que eles são muito amigos, isso não me interessa nada, eu quero é ser feliz, mas que ela deixou de falar para mim, sim deixou.

Entrevistador - Depois de a enfermeira ter feito a queixa, para onde é que foi?

Entrevistado - Fui para o hospital, onde disse o que aconteceu à assistente social. Passei lá a noite e no dia a seguir a assistente social chamou la aqui a Dr^a (...), e depois foi comigo e com a polícia a casa, buscar roupa. Quando ele nos viu la a chegar, ele ficou para não viver, e as vizinhas viram.

Depois fui para Viseu, numa casa abrigo, mas depois como eu tinha aqui toda a minha vida, até a nível de saúde, eu disse que gostava de voltar para aqui. Vim para aqui para o apoio à vítima, tive na casa delas, uns 3/ 4 meses, de novembro até março. E depois aluguei um quarto, depois de um, fui para outro, até onde estou agora. É pequenino e aconchegadinho, mas estou sozinha e ninguém me chateia.

3. A casa abrigo

Entrevistador - Na sua opinião, a sociedade oferece instituições suficientes para vítimas de violência doméstica? Mais concretamente para pessoas idosas?

Entrevistado – Algumas, não muitas, mas algumas, devia de haver mais. Até porque muitas mulheres acabam a ir para o pé dos maridos outra vez porque sentem que não tem quem as ajude. Mas existe boas.

Entrevistador – Quando estive aqui na casa temporária de leiria, o que é que fazia no seu dia-a-dia?

Entrevistado – Levantava-me, tomava banho, tomava o pequeno-almoço, arrumava o quarto, cheguei a pedir linhas e panos, para fazer picô, para espairecer a cabeça, depois tínhamos lá a S. que nos ajudava a fazer trabalhos manuais. Depois eu queria sair e elas só queriam que eu saísse com a tutora e eu ficava muito triste e dizia que não tinha roubado nada a ninguém, e elas faziam me compreender que era perigoso ir sozinha o melhor era ir com outras pessoas. Até porque eu ando muito, até quando estava na minha terra, eu ando muito e gostava de andar à minha vontade.

Entrevistador – Gostou da casa onde estive?

Entrevistado – Gostei muito.

Entrevistador - O que acha que lhe fazia falta?

Entrevistado – A mim parece-me que não faltava lá nada, tinha de comer, tinha bebida, tinha boa cama, era melhor lá estar, porque tínhamos lá a monitora, elas todos os dias iam ver os quartos, e depois diziam “olha o quarto da D. (---), passou na inspeção”, era significado que estava arrumado. Quando eu estava sozinha, muito bem, quando lá tinha de estar outra pessoa, porque elas perguntavam-me se não me importava, e eu disse que não (...). Fiz muitas amigas e gostei muito de lá estar.

Entrevistador - Recomendaria a outras pessoas vítimas a denunciar a violência?

Entrevistado – Sim, a toda a gente, todos a que os maridos lhe batem, dizia logo caminho, para saírem e pedirem ajuda, aqui na instituição. Eu é que fui lesma em não pedir ajuda, quando se gosta, estima-se. Eu quando gosto de um vestido, estimo-o, não o deito fora. Se o homem gostasse de mim, não me batia.

Muitas vezes, bastava olhar para ele e já sabia que ele vinha maldisposto, e já sabia quando ele me ia bater, então tentava fugir, mas também cheguei a chegar a casa e não

ter a porta aberta e tive de ficar na rua, outra vez, tirou-me o telefone e fechou-me no quarto e tive de lá ficar toda a noite.

Tudo isto, as minha vizinhas não sabem, mas os filhos sabiam e não me ajudaram. Aí é que eu sou contra e digo que fiz bem em sair de casa, perdi, os meus de sangue, mas ganhei muitas outras pessoas amigas.

Entrevistador - Como é que a Instituição a ajuda ao nível económico, psicológico e social?

Entrevistado - Tudo impecável, a nível psicológico tenho a --- que me ajuda muito. A nível económico, no Natal deram-me um cabaz de Natal, vim aqui a uma consulta e deram-me produtos de higiene, quando eu peço, ajudam-me sempre. Pelo Natal, vim aqui e a cabeleireira arranjou-me o cabelo, e esta semana também vim cortar e arranjar o cabelo, elas disseram-me logo que estava toda bonita.

Entrevistador - Como é a sua relação com estas técnicas?

Entrevistado - É uma relação muito boa, eu conheço-as todas, temos uma boa amizade. Quando ainda estava na casa, ligaram, uma vez se nós queríamos ir ver a bola, e estávamos lá quatro. Todas disseram que não, eu disse logo de caminho que sim, eu vou. Quando me telefonam daqui eu vou sempre. É muito bom para espairecer.

Entrevistador - Como se sente após esta mudança na sua vida?

Entrevistado - Sinto-me feliz, mais feliz que nunca. Antes era feliz porque tinha os meus filhos, agora também tenho dias triste, mas sinto-me feliz porque estou sozinha, eu e só eu. Como quando eu quero, deito-me quando eu quero, tomo banho quando eu quero, quando começo a ficar mais triste, levanto-me pego no casaco e saí de casa, vou dar uma volta, entro numa loja e saí e vou a outra e saí, não tenho dinheiro, mas passeio e fico feliz.

1. Processo de projeto de vida

Entrevistador - E em relação ao seu novo projeto de vida para o futuro? Como é que o construiu? Teve ajudas?

Entrevistado - Fiz sim, eu disse a C. “mas quando é que eu saio daqui”, e ela disse-me que eu é que tinha de procurar uma casa e disse-lhe “mas como é que eu faço isso se eu

nunca saio daqui”. Então ela falou com as monitoras e para me ajudarem a procurar, quartos, e fomos. Procuramos no telemóvel, onde havia casas, quartos, fomos ver vários, mas nenhum serviu. Havia um que gostei muito mas disseram logo que era para estudantes, eu até disse ao senhor que não me importava de viver com estudantes, mas o senhor não queria. Depois lembrei-me que na minha terra, havia uma senhora, que tinha aqui um filho e se me ajudava a arranjar aqui um quarto, e ela arranjou-me um quarto, tive lá 3 meses, eu pagava, mas ela não me deixava tomar banho, fechava-me a água quente, ela dizia que me lavava a roupa, não lavava e eu lavava a roupa a mão, estendia e arrumava para o meu quarto. Não fiquei contente e saí de lá, nunca lhe disse porque saí de lá, mas ela deixou de falar comigo.

Depois fui para outra senhora, mas essa tinha um filho e entretanto consegui um contacto se um senhor que disse que tinha um t1, mas era pequenino, e eu disse que não havia problema. Ele arranjou a casa, limpo-a e fui para lá agora em janeiro. E gosto muito.

A nível de emprego agora não faço nada, antes era doméstica, agora já não. Houve uma senhora que me arranjava umas horas na limpeza, mas era muito longe e não compensava. Eu apenas tenho a minha reforma, a roupa que trouxe de casa, e assim que vivo.

Entrevistador – Que ajudas teve?

Entrevistado – Aqui da Mulher Séc.XXI, se não fossem elas, estava completamente sozinha.

Entrevistador - Como se sente hoje depois de tudo o que se passou?

Entrevistado – Sinto bem, sinto-me feliz.

Entrevistador - Quem era antes e quem é agora?

Entrevistado – Agora sou melhor, eu sei que sou muito bondosa, eu sei, mas eu sinto-me alegre e contente. Antes estava sempre com medo, porque estava em casa, vi-o chegar e estava sempre sobressaltada.

Entrevistador - O que mudou em si?

Entrevistado – Mudou tudo! Só não tenho as minhas coisas de resto está tudo bem. Entretanto vamos a tribunal, para saber se posso ficar com alguma coisa. Os meus filhos queriam que eu fosse para casa e ficava num andar e ele noutra. Mas eu não quero, quero sim fazer as partilhas e/o que me calhar a mim eu vendo, para ter dinheiro e comprar uma casa pequenina para mim, para ficar à minha vontade e depois se tiver dinheiro, ir passear, excursões. Antes ia porque era eu que dizia, “dia tal à uma excursão

queres ir”, ele dizia que sim, mas depois non dia antes dizia sempre que não ia, e eu não me importava ia eu. E depois no dia já dizia que ia, e isso enervava-me porque é que andava sempre nisto.

Entrevistador – Como é que vê o seu futuro?

Entrevistado – O meu futuro, quero que tenha muitos anos, com muita saúde e alegre na minha casinha.

Entrevistador – Não tenho mais perguntas, não sei se quer acrescentar mais alguma coisa.

Entrevistado – Não, estou muito contente com esta família que tenho e arranjo sempre mais uma amiga e gosto.

APÊNDICE 11 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “MARIANA” - VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POR PARTE DO MARIDO

1. Caracterização

Idade – 73 anos

Sexo - Feminino

Concelho onde reside - Leiria

Estado Civil - Divorciada

Escolaridade- 4º ano

Profissão- Doméstica

Tempo de permanência na instituição – 1 ano

Entrevistado - Foi agredida em março, numa garagem, por causa de umas palavras sem jeito nenhum, eu disse “estas com o carro avariado e eu precisava de sair da parte da tarde”, e ele disse, “se quiseres sair vai de carro praça ou autocarro”, e eu disse “quando eu preciso de sair nunca tenho transporte, tu quando queres sais, que eu vi-te sair e entrar”, e ele disse que não tinha saído, e eu ateimei com ele que sim ele tinha saído, e a terceira vez quando eu lhe chamei mentiroso, ele vem direito a mim, dá-me um soco na testa, agarra-me os braços, e depois largou-me o braço direito e apertou-me o pescoço. Gritei muito, mas ninguém me ouviu, fiquei negra no pescoço e no braço, e pensei que era o meu fim porque ele ameaçava-me muito de morte, depois de gritar muito empurrei-o e quando ele me largou ele caiu no chão. Depois estragou-me o aparelho auditivo, que preciso. Depois quando estava no chão, eu disse que ia ligar a polícia, mas estava tão nervosa que liguei para a vizinha que ela é que chamou a polícia e pronto o caso foi para tribunal. Ele andava a muito tempo a pedir-me o divórcio, e eu dizia sempre, se ele queria, ele tratava, e depois de muita insistência dei-lhe o divórcio, e em outubro deu-se o divórcio. Mas entre maio e outubro ele ameaçava-me muito. Ele dizia-me que se eu não morresse de uma forma, morria de outra e eu tinha sempre muito medo quando estava em casa. Até porque eu tenho um livro com tudo escrito, das ameaças e tudo, porque ele tratava-me muito mal e verbalmente, desde sempre. Em outubro, deu-se o

divorcio e eu não lhe exige nada, nem mensalidade, nada. Eu era para sair de casa, mas não sai, e depois do divorcio, uns dias depois, eu senti os meus lençóis mexer, e eu gritei muito e a minha mão foi direta a faca que ele tinha já a tocar no meu corpo. Cortei-me, cortei o dedo, porque quanta forma eu tinha, quanta força eu fiz na faca, eu sentia a mão dele a carregar para baixo, e eu carregava para cima. Eu tive um anjo naquele momento comigo, um anjo, e agradeço todos os dias, porque se não fosse isso, não sei onde tinha ido buscar as forças. E consegui tirar a faca da mão, conforme eu gritei, eles, o meu filho e a minha nora, apareceram logo no quarto para socorrer, foi tudo as escuras, a minha nora viu-se aflita para tirar a faca, porque estava cravada na mão, ela fez-me o curativo, e assim que ela terminou, eu chamei a polícia que só chegou 1 hora depois, contei tudo e eles chamaram a ambulância e levaram-no para a psiquiatria, estive lá durante 20 dias. Eu não dormi mais na minha casa, dormi na casa da vizinha, não me sentia bem, apenas ia lá tratar dos animais. No dia em que o meu filho disse que ia buscar o pai ao hospital, liguei logo para a polícia e para aqui para a associação e a polícia disse-me para eu ver a que horas chegava, e fiquei sentada na vizinha a espera e depois de ele chegar, liguei para a polícia e a polícia passado meia hora veio buscá-lo e levaram-no preso. Estive preso aqui em leiria, e o meu filho fez tudo por tudo para tirar de lá o pai, porque dizia que não conseguia ver o pai na prisão. E arranjou uma casa para onde ele ir, então ele esta na Marinha Grande, numa casa alugada com pulseira domiciliária. Desde que foi preso, o tribunal deu-me autorização para eu ir para a minha casa, que tenho direito a estar lá.

Então, eu estou na minha casa, e tenho lá o meu filho, ele sempre viveu connosco, estamos lá os três juntos, e a minha vida é assim. Passo muitos bocados na casa da minha vizinha, porque eles são uma família para mim, uma família que eu não tenho, dos meus, do meu sangue. Eles são muito unidos e tem-me ajudado bastante, até psicologicamente, e dado muita força. E é assim que me tenho sentido, mas também tenho chorado muita lagrima, porque também passo dias muito em baixo, faço tudo para levantar a cabeça e a moral, mas há dias que custa muito, há dias que estou sozinha e não me apetece ir aos vizinhos, mas até vou, mas disfarço, mas depois dizem-me que cara é essa, já passou, já passou. Nunca pensei que com idade, ao fim de 5 anos de casamento, nunca se deve passar por aquilo que tenho passado.

1. A violência doméstica

Entrevistador - Para si, o que é violência doméstica?

Entrevistado - A violência doméstica, tanto é verbalmente como é bater, tudo isso eu considero violência doméstica, porque quando ele me tratava verbalmente eu dizia-lhe, “não penses que aquilo que tu me dizes para mim, as asneiras e todas as coisas que tu inventas”, que eu tinha amantes, e coisa que ele nunca teve motivos, eu sempre, sempre, sempre, nem quero ninguém na minha vida. Se eu soubesse que hoje, estava nesta situação, já tinha feito há muito tempo, já me tinha queixado há muito tempo, mas pronto, era palavras, era palavras, as vezes levanta-me o braço para me bater e eu dizia-lhe “bate, queres me bater, bate” e ele acabava por dizer “era isso que tu querias, mas eu não te dou o gosto”. Era assim, mas só depois na altura que ele me levou as mãos ao pescoço, que eu fiquei toda marcada, depois fui à medicina legal, ao fim de 4 dias, e eles viram, tinha este braço, ainda hoje não posso com este braço, faço isto assim (levanta-o), mas fiquei toda preta, mas pronto.

Entrevistador - Quanto tempo durou a sua violência?

Entrevistado - Verbalmente, mais de 15 anos, ou mais.

Entrevistador - Foi logo no início, quando começou com o seu marido?

Entrevistado - Não, logo no início não, quando comecei com ele, era tudo bem, até porque era meigo, não era uma pessoa muito carinhosa e amorosa, mas não havia violência doméstica. Mas em 1982, ele bateu-me, deu-me duas chapadas, porque saiu da fábrica, estávamos em Angola, ele saiu da fábrica, que era 2 minutos de casa, e ele passava horas e horas sem estar em casa, e andava lá envolvido em asneiras e teve um caso, eu não estava lá com ele, mas ele contou, que teve um caso, mais-valia não me ter contado, costuma-se dizer que aquilo não sabe, ou os nossos olhos não veem, nosso coração não sente, não é. Isso para mim foi muito doloroso e nunca mais confiei nele, perdia 3 /4 horas, fora de casa, eu já desconfiava dele, tinha sempre essa desconfiança dele, mas pronto. As vezes discutia com ele e ele comigo, porque fazia comida e ele não vinha jantar e eu ficava perdida, e naquele tempo não havia telemóveis e ele não avisava, e mesmo agora havia, mas ele não avisava. Não era homem de estar a avisar. E já me tinha batido em Angola, ainda a minha filha hoje se lembra, ela já tinha uns 12 anos, então, ela agora tem 50 anos, na altura ele bateu-me, mas como eu não estava no

meu país, tive de comer e andei mais de uma semana sem falar para ele, mas passou. Tirando isso, ele nunca mais me bateu, só agora a 1 ano é que ele fez isso.

Entrevistador - Têm filhos? Os seus filhos alguma vez assistiram e/ou foram vítimas de maus-tratos?

Entrevistado – tenho filhos, tenho uma filha que faz agora em abril, 50 anos e o meu filho que vive comigo, tem 33 anos. A filha assistiu quando estávamos em Angola e o filho sempre assistiu, aos palavrões, que ele dizia desde “és uma p***, vai para a p*** que te *****”, eram estas palavras muito ofensoras, que eu pensava e chorava as escondidas, e porque é que me fazia aquilo, e porque é que me tratava tão mal, porque não havia motivos nenhuns, sempre fui uma esposa, pronta para tudo, porque antigamente nos temos de fazer tudo, eles só trabalhavam, e a gente lavava roupa, fazia comida, tratava da casa, tudo. Nos primeiros anos, ele ainda fazia comida, nos últimos anos deixou-se trabalhar e esqueceu-se de ajudar. Ele bateu-me em março, a medica da medicina legal, é que me proibiu de mexer em tudo o pertencente a ele, então nunca mais fiz comida para ele, lhe lavei a roupa. Só limpava a casa, porque não gostava de ter a casa suja, era só isso. E ele ficou muito revoltado de eu ter deixado fazer isso.

Entrevistador – Apresentou queixa?

Entrevistado – Apresentei sim, dia 11 de março, e fui logo informada, ao fim de 4 dias, para vir aqui, foi a polícia que me disse para vir aqui, depois de ter feito a queixa.

Entrevistador – Depois de ter feito a queixa, voltou para sua casa ou foi para casa da sua vizinha?

Entrevistado – Tive 20 dias na minha vizinha, e o meu filho na minha casa e o meu marido, no hospital, mas mandaram-no embora quando ele precisava de um grande tratamento. Porque quando deixou de trabalhar, ele entrou em depressão terrível, e eu anos antes, andava de volta dele, mas quando ele me bateu já dormíamos separados, já não havia relações sexuais, e depois vim aqui e sou assistida aqui e em Coimbra na psiquiatria. Desde 1993, porque ele pôs mulheres na minha cama a dormir lá em Angola, quando eu vim ter o meu filho a Portugal. Eu vim e ele ficou lá, e a minha filha contou-me que o pai despachava- a, e ele colocava mulheres lá em casa. Quando cheguei a Angola e ela me contou isso, desde aí nunca mais confiei nele.

Entrevistador – Não pensou em divorciar-se na altura?

Entrevistado - Não. Não pensei, porque as coisas andavam bem, não me tratava mal, nem verbalmente, e eu perdoei, perdoei e como tinha a filha e o bebé pequenino, nunca pensei nisso. Hoje estou arrependida, porque pensei numa coisa com 72 anos. Para mim tem sido muito difícil, porque ele me deixou sem nada, ele sempre gastou muito e eu trabalhei muito em limpezas e punha sempre tudo na conta conjunta e fiquei sem nada. Apenas tenho a minha reforma de 350 €, ele deixou-me sem nada e é isso que me doi, foram 50 anos a aturá-lo. Nunca pensei que chegasse a este ponto, do que ele me fez, eu não o perdo.

Entrevistador – Como é que os seus filhos reagiram a tudo isto?

Entrevistado – os meus filhos apoiam-me, porque eles assistiram a esta agressão, enquanto a primeira não. Agora a última vez, o meu filho foi ser testemunha, mas pronto, eu entendo, o lado dele, é o pai e a mãe. Ainda andei muito tempo desconsolada, porque ele ficou do lado do pai, e eu sentia-me sozinha, porque ele andava muito frio comigo, e que tivesse mais do lado do pai, mas ele disse que não.

A minha filha esta a França, não assistiu de perto a todo este processo. Ela diz que eu sofri bastante este tempo todo, mas quer que eu perdoe o pai, mas e não posso, nem consigo. Porque foi muito mau e muita coisa junta. Depois de ele ter deixado trabalhar, não tinha reação nenhuma nem para o sexo, ele perdeu completamente tudo, e depois queriam-me obrigar a mim a pôr aquilo direito, e eu não estava para isso. E um dia ele queria-me obrigar a fazer aquilo que nunca tinha feito e eu disse, não faço e não és tu que me vais obrigar a fazer aquilo que eu não quero, eu mando no meu corpo e não fiz e disse-lhe tu nunca mais me vais tocar. Ainda dormimos muito tempo assim, de costas viradas. Eu tinha o meu neto em casa, fui buscá-lo a França, ele não estava lá a viver bem com a mãe e o meu neto veio para cá, a mãe dele tinha um problema de saúde grande (...), e ele veio para cá, gostava muito de nós. Para mim foi o terceiro filho que eu não tive, ele estava na minha casa e ele via e ouvia o avô a tratar-me mal e um dia ele discutiu com avô o porquê de ele me tratar mal, que eu não merecia. (...) concluiu os estudos, arranjou uma namorada e está a trabalhar e vive com os sogros. Isto para dizer que o meu neto me dá muita força, o meu filho é capaz de não demonstrar o que sente por

mim, o meu neto já não, demonstra o que sente por mim e dá-me muito apoio, fala mesmo.

Entrevistador – Depois de ter passado esses 20 dias em casa da sua vizinha, voltou para a sua casa?

Entrevistado – Sim, recebi ordens da psicóloga do tribunal, para voltar que tinha direito à minha casa.

Entrevistador – O seu marido continua na Marinha Grande, nunca mais teve contacto com ele?

Entrevistado – Não.

Entrevistador – Sente-se segura na sua casa?

Entrevistado – Não, mas também por volta das 14h vou para casa da vizinha, antes ajudava o marido dela que estava dependente, ajudava-o, e fazia alguma limpeza. Infelizmente ele acabou por falecer, mas continuo a ir-lhe fazer companhia, a senhora.

Entrevistador – Quando a chamaram para vir aqui à Mulher Séc. XXI, passou a vir aqui regularmente?

Entrevistado - Sim, sim, mais ou menos de 15 em 15 dias, conversar com as meninas daqui quais os problemas, quais as dificuldades.

Entrevistador – Como é que elas a ajudaram, ao nível do seu futuro?

Entrevistado – O meu futuro, era eu conseguir arranjar alguma coisa para me entreter. Amanhei tudo em minha casa, o meu marido ainda vivia comigo, era o meu entretém, mas agora não tenho nada.

Entrevistador – Antes de se divorciar ele ainda vivia consigo?

Entrevistado - Sim, estive sempre até ao dia em que nos divorcíamos, partilhávamos a casa, mas quando por exemplo ele estava na cozinha e eu estava noutra divisão, tentava sempre não o encontrar. Mas depois do divórcio não, mas eu tenho medo, nem vejo as notícias, mas tenho medo. Ele nunca quis tratar a depressão, o que piorava tudo.

Entrevistador – Agora o que quer mesmo é arranjar alguma coisa para si.

Entrevistado – Sim, agora já tenho 1 hora de ginástica a segunda-feira, e queria ver se ocupava, nem que fosse para tomar conta das pessoas idosas, eu gostava. Habituei-me a tratar do vizinho e como gostava, não me faz diferença nenhuma.

Entrevistador – Como é que se sente agora e como é que sentia antes de fazer a denuncia?

Entrevistado – Antes tinha medo, quando ele estava em casa, mas agora também tenho medo, quando chego a casa olho para todo o lado, a ver se vejo algo, estou sempre com medo de que ele esteja lá dentro. Eu já mudei as fechaduras, os portões elétricos, mas estou sempre com medo que ele entre pelo portão mais pequeno. Até porque na quarta foi a polícia pedir um aparelho para pedir ajuda, mas foi o que a polícia disse, isto não impede de nada, mas dá tempo que fuja por algum lado. Não estou tranquila, passo muitas noites, tenho tanta coisa a cabeça daquilo que passei, que passo noites sem dormir, e depois tenho de dormir a manhã todo. Depois primeiro que a cabeça queria sair da cama é um martírio. Se eu fizesse a vontade a cabeça, eu passava o dia na cama, a minha sorte é a minha vizinha que me liga e quer que eu vá lá a casa beber café.

Entrevistador – Como é que vê o seu futuro?

Entrevistado – Sozinha.

Entrevistador – Mas tem os seus filhos.

Entrevistado – Sim tenho, mas agora tenho a casa a venda, porque o meu ex-marido quer vender a casa, e eu aceitei, estou arrependida, mas pronto. O meu filho depois também vai sair dali, vai viver para uma casinha com a namorada, e eu tenho de arranjar algum cantinho para viver. Vou viver sozinha.

Entrevistador – E para ocupar os seus dias?

Entrevistado – Gostava de ocupar os meus dias com algo diferente, mas não tenho, tenho um carro, ele diz que não quer saber do carro, eu tenho, não tenho quase nada, tenho poucachinho, mas tenho de viver em algum lado. Queria voltar para a minha terra, para a Lourinhã, tenho lá família, e fico mais longe dele. Mas a minha ideia tem sido

essa, aqui já conheço mais, mais pessoas, tenho muito mais amigos. Mas pronto, gostava de ocupar com algumas horas, fazer limpeza e assim. Gostava de arranjar qualquer coisa.

Entrevistador – Continua a ter acompanhamento aqui?

Entrevistado – A ____ tem sido incrível e agora no Natal deram-me uma ajuda que eu não estava nada a espera, chocou-me muito. Estão sempre aqui para mim.

Entrevistador - Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu discurso, ou falar de algum assunto que considere importante, que já não tenho mais perguntas. Muito obrigada, pela sua ajuda.

Entrevistado – Obrigada e muito sucesso.

APÊNDICE 12 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “JOSEFINA” - VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POR PARTE DE UMA FILHA

1. Caracterização

Idade – 73 anos

Sexo - Feminino

Concelho onde reside – Porto

Estado Civil – Viúva

Escolaridade – 4º ano

Profissão – Fialdeira (trabalhar com fios)

Tempo de permanência na associação – 30 janeiro (vem de outra casa abrigo) - até à data da entrevista 2 meses e meio

2. A violência doméstica

Entrevistador - Para si, o que é violência doméstica?

Entrevistado – Violência doméstica acho que é agente estar em casa e não ter sossego, é por causa minha filha que estou aqui. Fui operado ao colon retal duas vezes, tinha um saco. E ela empurrava-me contra a parede, quando o meu marido adoeceu, ele teve um enfarte, ele tinha de ir à fisioterapia, e o medico não queria que ele fosse sozinho, e eu ia acompanhá-lo na ambulância. Enquanto ia e vinha, quando chegava já não tinha dinheiro, eu tinha um envelope, e ela aflita telefonou-me, a dizer que tinha ido à minha caixa dos documentos da casa e que viu um envelope, que puxou e rasgou. E disse deixa estar que eu quando chegar a casa vou ver. Quando cheguei a casa, fui ver e faltava-me 524€, ela negou, negou, negou e negou, e eu disse se és tu que ficaste em casa, que tinhas a chaves, quem foi? E ela dizia que não e dizia e “provas? Provas?”. Não tinha provas nenhuma é verdade.

Técnica – A Carolina ainda vai fazer mais perguntas, mas para si, o que a levou a pensar que isto era violência?

Entrevistado – Acho que é não ter sossego, ela era psicóloga, uma jeitosa, tirou mestrado, e num ano tinha de estagiar, ela julgava que estava a falar com o chefe e que julgava que ao falar com um colega. A violência é eu querer fazer o que quiser e não poder, porque ela andava sempre em cima de mim. Ela batia-me com o chinelo, com uma vassoura aqui no pescoço, partiu-me os meus biblons que tinha em casa, eu estava deitada na cama, porque não podia fazer esforços, por causa da barriga, ela chegou um uma navalha, aberta, daquela de descascar a fruta, ela abriu a navalha e disse-me assim, “esta navalha é para te matar a ti e a tua neta”, filha do meu filho. Eu fiquei perdida. Aí meu deus, eu vou já avisar o teu irmão, ele não se dava com ela, mas ele dizia me para eu a colocar fora de casa, mas a polícia não botava, a polícia diz que tinha de ser o tribunal, eu não percebia nada, e ele disse não vou ter problemas na minha casa, por causa a minha filha. A verdade é que já não vejo a minha neta a 4 anos, quase 5 anos. Ele nunca mais a trouxe para eu a ver e anda cá um desgosto dentro.

Entrevistador – Quando é que começou a sofrer violência por parte da sua filha, então?

Entrevistado – O meu marido morreu a 4 anos e ela foi passado sei lá, 4 meses, começou a dizer que a casa era dela, que ela mandava na casa. Ela dizia que ia levantar a minha viuvez, eu primeiro ainda caí, mas depois, ela tinha um cartão de crédito, ela gastava e gastava e não me dizia nada. Eu sustentava-a porque ela nunca trabalhou, ela dizia a tua reforma é tua e a viuvez é minha, porque ele era meu pai e a ti não te pertencia. Era logo o que ela me dizia. Mandava contra a parede, com o saco da operação, que eu tinha, foi para o hospital com a cólica, mas o medico viu que eu estava pior não me deixou ir embora, ela nunca me acompanhou, eu pedia ajuda e ela nada (...) quando estava no hospital telefonei, ela não se levantou da cama, não foi lá, não me levou nada, nem um pijama, nem ligou se eu estava melhor ou não. Quando foi para ter alta o medico perguntou-me quem me vinha buscar e eu disse, não sei, a minha filha nunca me ligou, não me trouxe o pijama, não me visitou, nada. E então o drº disse não faz mal, vai a ambulância do hospital levá-la. Cheguei a casa, ela na cama instalada. É isto que considero violência e começou a 4 anos.

Eu pedia auxílio ao meu filho e ele dizia para a pôr na rua, mas eu não podia, ela matava-me se eu fizesse isso.

Entrevistador - Não, a minha questão é se ela vivia consigo, sempre viveu ou foi só depois da morte do seu marido?

Entrevistado - Sempre viveu.

Entrevistador - Então antes, antes do seu marido falecer, ela não era violenta consigo?

Entrevistado - Ela sempre viveu comigo, o meu marido faleceu e ela vivia comigo, as agressões, ela já era má, nunca ajudava o pai, (...). Depois da morte do meu marido é que piorou, ela queria a reforma do meu marido e quer dizer comer, luxos, tudo. Se for a casa, ela tem um armário, enorme, cheio, cheio de roupa nova, uma secretária, cheia de computador, tablets, tudo. E às vezes não chegava, e dizia “ó mãe, tens me dar um roupeiro igual aquele” e se eu não desse, levava nas beijas.

(...)

Entrevistador - E quando é que decidiu pôr fim à violência que era exercida com a sua filha?

Entrevistado - Eu decidi, eu queria era matar-me, eu não aguentava mais da minha cabeça, por ter aquele saco, ela chamava-me porca, badalhoca, não tens vergonha de cheirar mal, dizia que eu tinha amantes, eu nunca na vida tive amantes, nunca. Nunca me esquece o meu homem, nunca. (...)

Andava muito triste, chorava. Levei porrada, muita porrada, ela tinha um moço, que era casado, ele era casado, e tinha filhos, ela apanhou-me o dinheiro, para comprar um carro, pagou dividas e comprou um telemóvel. Fiquei quase sem dinheiro, esse moço foi lá arranjar o carro, eram 350€ e eu disse “ó filha tão caro” e ela disse, “ó mãe onde ele trabalha é 400€, assim leva menos”, e eu disse que era muito dinheiro, ele arranjou o carro, mas eu é que tinha de pagar o dinheiro. Ela pediu para ele subir e fui ter com ela lá acima e ficaram lá até há uma hora da manhã, era uma vergonha, ele era casado, uma vergonha. (...). O corpo é dela a vida é dela, não tenho nada com isso, mas é uma vergonha. Mais tarde ela dizia que o rapaz ia-me dar uma coça, ele me vinha cortar o pescoço, que me ia matar, sempre a dizer aquilo, sempre a dizer aquilo.

Eu passava a vida a chorar em casa, ela batia-me, eu gritava e as vizinhas vinham em meio socorro. O hospital estava farto de saber disto e dizia-me para eu ir ter com as assistentes sociais e ajudavam-me e eu não queria, porque pensava que ela podia mudar

a qualquer momento, mas não mudou. A tal dia no hospital, o médico disse para eu ir lá e ganhei coragem e fui lá. Eu não tinha nada em que comer em casa, e eu fui ao supermercado, e comprei umas coisinhas, e quando voltei para casa, abro a porta, e ela estava no corredor, a falar ao telefone, com umas alturas, a falar com ele, o amante. Ele estava a ameaçar-me ao telefone, meti-me no quarto com medo, asetei-me na cama e eu ouvi “essa ****, já chegou, essa ****”, ele chamou-me tantos nomes, e eu a tremer com medo, porque ele a dizer que me “cortava a cabeça ao meio e depois fugimos e depois inventamos que a encontraste assim em casa”, ele a dizer a minha filha.

Eu tinha as pernas a tremer, liguei a uma sobrinha, a pedir ajuda, mas ela ia demorar, então liguei a assistente. Então peguei nas compras, na mala e nos meus remédios e fugi. Eu dizia muitas vezes que ia fugir, mas ela não se acreditava que eu era capaz, mas fugi. Eu fui para o passeio e estava sempre com medo que ele aparecesse, mas eu estava à espera da carrinha da cruz vermelha.

Ela colocava-me coisas no café para eu beber, e ela dizia que me ia envenenar.

Técnica – Foi através do Olar, uma equipa que dá apoio a vítimas de violência.

Entrevistador – Foi as assistentes sociais que fizeram a denuncia é isso?

Entrevistado – Foram elas sim. E disseram a APAV.

Técnica – No hospital viram, mas ela acabou por fugir ainda antes de ocorrer a denuncia.

Entrevistador – A D^a ... quando fugiu, foi para onde?

Entrevistado – Levou-me numa carrinha com duas senhoras, para Viana de Castelo, foi para a uma Casa de Emergência, eu fui assustadíssima. Ela pensava que eu tinha desaparecido, mas a polícia sabia onde eu estava, e como ela tinha amigos na Guarda, e disseram-lhe onde eu estava, até porque ela mandou me uma mensagem a dizer eu sei que estas em Viana, e a dr^a lá da Casa disse que eu não podia lá ficar porque ela já sabia. Depois fui para outra Casa, para Matosinhos, parecia um apartamento, tive lá 3 meses, estava lá muito bem, perto do hospital, estava muito bem (...). O jurista e a dr^a chamou-me, e disse-me que andavam a ser insultados pela minha filha, que iam pegar fogo a

casa e tudo, ou seja, ela voltou a descobrir onde eu estava. Tivemos a ver para onde a senhora ir e já temos uma casa. E então, depois desses três meses, vim para aqui.

Entrevistador – Quero saber como é que se adaptou aí à casa?

Entrevistado – Custa sempre, porque não é minha casa, não sei se vou ter a minha casa vazia, se vou encontrar as minhas coisas.

Entrevistador – O que faz no seu dia a dia?

Entrevistado – Aqui no meu dia a dia faço pouco ou nada, eu tenho as hérnias, então não posso fazer muito. Passear, vamos dar uma volta e estamos aqui, estamos bem, comemos sempre a horas.

Entrevistador – Para além de passear o que faz mais?

Entrevistado – Antes falava mais que agora, na segunda tive com ela, deixa-me a cabeça mais aliviada, a dr^a ... ocupa-nos a cabeça, a dr^a dá-nos certas coisas para fazer. Digo de coração, eu estou arrependida de fugir, pelo menos estava à beira do meu homem, estava a acompanhá-lo na cova. Nunca mais lá fui por uma flor, nada.

Entrevistador – Qual é seu novo projeto de vida, o que vai fazer daqui em diante?

Entrevistado – Eu queria ir para a minha casa, a casa é minha, custou muito a pagar. Daqui em diante, olhe ando com o aparelho, mas não sei onde ela anda, então é perigoso na mesma.

Entrevistador – Existe a possibilidade de voltar para a sua casa? A sua filha não está lá?

Entrevistado – Se eu não puder ir para minha casa, vou para a minha terra de infância e lá tenho muita gente que me ajudaria, se eu não puder ir para minha casa.

Técnica – Não vai agora desistir, já existem medidas aplicadas em que uma delas é ela saiu de casa, supostamente isso aconteceu, mas segundo alguns vizinhos, ela ainda por lá anda, desconfiam e por isso veio agravar o caso da d. Entretanto o projeto de vida passa muito por aí, porque a d.... ainda consegue fazer muita coisa, tomar conta da medicação, e tudo, o único problema é as questões das medidas, mas pronto estamos limitados. As medidas já saíram, mas existe um tempo para cumprir é aguardar.

Entrevistador – Para depois saber se existe a segurança necessária.

Técnica – Sim, só nessas condições, noutras, não.

Entrevistado – Noutras condições também não vou. Prefiro a morte a passar outra vez o que passei.

Entrevistador – Como é que se sente atualmente depois de tudo aquilo que passou? Mais aliviada, apesar de ainda ter medo.

Entrevistado – Passei muito, para além do medo, agora sinto-me mais aliviada, estou longe, ela aqui não vem, sinto-me segura. Para ela vir aqui são quase 500km, ela não vai vir aqui, não vai.

Entrevistador – Como é que vê o futuro?

Entrevistado – Na minha casa, mudar as fechaduras, o meu filho vai colocar um alarme e tenho lá os vizinhos. Continuo a ter contacto com o meu filho e ele ajuda-me no que pode.

Entrevistador – D.... não tenho mais nenhuma pergunta, obrigada por ter partilhado comigo a sua história.

Entrevistado – Obrigada eu, só peço a deus que ninguém passe por aquilo que passei.

APÊNDICE 13- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A “SARA” - VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POR PARTE DO MARIDO

1. Caracterização

Idade – 72 anos

Sexo - Feminino

Concelho onde reside – Guarda

Estado Civil – Casada

Escolaridade – 4º ano

Profissão – Trabalhei numa fábrica

Tempo de permanência na associação – 2 meses (aquando da entrevista)

2. A violência doméstica

Entrevistador - Para si, o que é violência doméstica?

Entrevistado – Maus-tratos.

Entrevistador – Que tipo de violência foi alvo? Por parte dos seus filhos, marido?

Entrevistado – Foi por ele.

Entrevistador – Por parte do seu marido, durante quanto tempo?

Entrevistado – Toda a vida.

Entrevistador - E era vítima de maus-tratos físicos, psicológicos.

Entrevistado - Porrada. Palavras. Feias, tu és isto és aquilo. Escarrava-me na cara, “não prestas para nada”. Uma puta és uma porca. Do nada, e eu perguntava-me “ó deus o porque”. E eu sempre lhe fui fiel e ele a mim não. Depois só me sabia dizer que eu não prestava para sexo e que ia buscar fora, o que não tinha em casa.

Porque eu em casa não lhe fazia a vontade, mas ia fora e ficava satisfeito e depois não prestas para nada, afogava-me, apertava-me o pescoço. Eu no verão chegava a andar com camisolas subidas para que não vissem as negras. Só que as pessoas, o povo era pouca gente e todos sabiam, quem é que no verão andava de gola alta. Eu tinha vergonha, agarrava-me sempre aqui (aponta para o pescoço), e andava sempre magoada, porque ele puxava-me e dizia e “fazes e fazes, és uma puta, não me fazes a vontade” e era assim.

Eu nunca lhe faltei ao respeito.

Entrevistador – A D. ... tem filhos?

Entrevistado – Sim, um casal.

Entrevistador - E eles sabiam da violência? também assistiram quando eram mais pequenos?

Entrevistado – Quando eram mais pequenos sim, mas há tempo que me diziam “mãe saia de casa, mãe saia de casa, isto não é vida”. Então eles é que me obrigaram, porque ele bateu-me num domingo e os meus filhos ligam-me a terça ou a quarta. E na quarta ligaram-me os dois e disseram, vá já fazer queixa. Eu fui fazer queixa, depois o meu filho ligou à minha irmã que tenho, tenho 2 irmãs, se me acolhia em casa. Antes de vir para aqui. A minha filha ligou logo para a segurança social e a minha irmã levou-me a Viseu, e fui à medicina legal. E agora esta tudo em tribunal.

E depois a violar-me, caímos os dois da cama para baixo, tanto ele como eu na borda do colchão, arrumamos com as costas, e eu andei mais de um mês com as costas negras e a doerem-me.

Então, como foi fazer queixa de mim, que eu lhe tinha batido, e que lhe tinha dado cabe das costas, onde ele havia de contar a verdade. Fomos os dois que caímos e arrumamos as costas, os dois. Agora eu com as minhas mãos, tenho artrite reumatoide, como é que eu podia com a força de um homem. E ele a dizer-me que violência, de fazer sexo, são coisas de casais. (vítima ficou sensível, decidi continuar com a conversa).

Entrevistador - A d.... decidiu pôr fim, então a esses maus-tratos, quando os seus filhos lhe disseram para ir fazer queixa.

Entrevistado – Sim.

Entrevistador – Depois foi viver para casa de um irmão é isso?

Entrevistado – Sim e tive lá cerca de 7 dias. E depois é que fui encaminhada para aqui.

Entrevistador – A partir da casa da sua irmã, ou de uma casa de emergência?

Entrevistado – Da casa da minha irmã.

Entrevistador – Ah, não sabia que que podia ser assim. Pensei que tinham de passar primeiro por uma casa de emergência.

Entrevistado – Vim logo para aqui. E esta em tribunal, isto não vai dar nada, ele é um manipulador, é muito mentiroso, então agora arranjou uma advogada, diz que eu lhe batia a ele, diz que tinha marcas, eu também as tinha. Caímos os dois, arrumamos com as costas no colchão.

Só que ele desmente, diz que violação são coisas de casais, da maneira que ele me violava, eu era um objeto para ele. Qualquer maneira servia, chegou a rebentar-me este fio 2 vezes, que ele era mais comprido. No último dia que ele me bateu, não me matou porque não quis, aquilo que ele me fez, não me matou porque não quis. Eu consegui descer os degraus e disse acuda-me, e ele deu-me uma chapada na boca, fechou-me as portas a chave, agarra-me nos cabelos e bati com a cabeça nos degraus, fiquei aqui com grande papo (aponta para a cabeça). Fiquei com um grande papo e o braço todo negro.

Entrevistador – Como é que a sua família e os seus vizinhos neste caso reagiram? A, toda esta situação apoiaram-na, estiveram lá para si.

Entrevistado – Eu fui para casa da minha irmã sem ninguém saber, somos quase vizinhos, se ele se apercebesse que eu estava em casa da minha irmã, ele invadia a casa. Nós tínhamos sempre o número da GNR, caso ele avançasse, para chamar a GNR. Passou lá dois ou três vezes a porta, das minhas irmãs.

Entrevistador – Sim e foi a polícia que lhe disse que ia para essa casa abrigo ou foi alguma assistente social?

Entrevistado – A Assistente social é que me arranjou. O dia em que fui fazer a queixa, eles ligaram a minha filha e ela ligou logo para a assistente social.

Entrevistador – E foi a partir daí que depois vem então para a casa abrigo onde está agora.

Entrevistado – Sim, sim

Entrevistador – Como é que foi a sua adaptação aí à essa Casa? Foi uma adaptação boa?

Entrevistado – Estou bem, estamos aqui todas até pelo mesmo, sim, mas pelos maridos ou outras, até pelos filhos. Estamos aqui todas pelo mesmo

Entrevistador – O que é que faz no seu dia a dia?

Entrevistado – Dia a dia é assim. Sou uma trabalhadora. Limpo a loiça, aqui há uns tempos atrás descascava batatas, cenouras, apesar dos problemas das mãos. Comemos, damos uma voltinha, para não estar sempre aqui fechada, coloco as mesas, levanto-as. Gosto de sopa de letras, de escrever. A psicóloga passa-nos trabalhos para fazermos, assim passa-se o tempo.

Entrevistador – Ainda bem, diga-me uma coisa acha que a sociedade tem respostas suficientes para as vítimas de violência doméstica mais idosas

Entrevistado – Não. Não, o agressor fica sempre bem porque fica na casa. E nós é que deixamos a casa, o agressor fica lá a viver. Não temos ajudas. E depois agente faz queixa e voltamos para casa eles ficam furiosos e a minha filha dizia-me “Mãe, saia-me de casa porque Eu Não quero receber uma notícia que a minha mãe está morta”. (vítima mais chorosa).

Entrevistador – Gosta da casa onde está, gosta de tudo, acha que alguma coisa falta aí?

Entrevistado – Eu gosto de tudo, e tudo me faz falta. Nada substitui a nossa casa. Viramos as costas aquilo que é nosso, é difícil. O agressor ficar em casa. (vítima continua chorosa).

Entrevistador – Recomendaria outras pessoas a saírem da violência que são exercidas.

Entrevistado – Eu recomendaria, à primeira bofetada. Depois não para mais. Levei muitas, muitas.

Entrevistador – Pronto eu gostava de saber porque é que se manteve nesse registo por vergonha da família, por vergonha dos vizinhos ou porque não tinha mesmo para onde ir.

Entrevistado – Porque eu pensava assim, poderá ser que amanhã seja melhor do que hoje, pensava eu. Havia esperança. Só que andava 3 /4 ou 5 meses, mais ou menos e eu 4 a 5 meses, eu disse, hum este tempo todo, e agora por fim, era todos os dias barulhos e implicava com uma agulha, todos os dias, todos os dias, todos os dias. Esta puta e esta puta e escarrava-me na cara.

Entrevistador - Então aí na Instituição? Tem uma psicóloga com quem conversa, já vi que lhe passa trabalhos para entreter a sua cabeça. E tem outras técnicas também que ajudam todos os dias. Como É Que É a sua relação com elas?

Entrevistado – Sim, é boa.

Entrevistador- Como é, como é que se sente após esta mudança na sua vida? Sente-se um bocadinho mais aliviada. Ainda vive com medo.

Entrevistado – Aqui não há medo, estou muito longe, mas sinto a falta daquilo que era meu. (chorosa).

Entrevistador - O caso ainda está em tribunal, por isso ainda não sabe se pode voltar para a sua casa, certo?

Entrevistado - Ah, não, não, não, não, não quero, não.

Entrevistador - Mesmo que exista essa possibilidade? Não quer voltar.

Entrevistado - Não, não, não, não quero.

Entrevistador - Então fale-me um bocadinho sobre o seu projeto de vida aí nessa casa, o que é que vai fazer?

Entrevistado – Não sei. Eu gostava de ter um cantinho meu, uma casinha. Parece que eu ainda me sinto com forças, para ter uma casinha para mim, mas longe do agressor.

Entrevistador – Sim, ainda mantém contacto com os seus filhos. Não existe a possibilidade de ir viver com nenhum deles.

Entrevistado – Eles estão na Suíça, é muito difícil. Já lá estive 4 meses e na Suíça é difícil tem de se ter os papéis todos.

Entrevistador – Então, gostava de ter uma casinha só para si ter as suas coisinhas.

Entrevistado – Gostava.

Entrevistador – E existe algum ponto do país onde gostava de viver.

Entrevistado – Talvez, para Mangualde, ou Guarda. O tempo ainda é muito.

Entrevistador – e tem conversado com as técnicas, sobre essa vontade que tem, certo?

Entrevistado – Ainda não, porque estamos à espera da decisão do tribunal. O tempo ainda é pouco, são coisas que demoram e só faz agora 2 meses.

Técnica – ainda esta tudo no início, ele ainda não foi ouvido, ainda está tudo no início.

Entrevistador – Gostava de saber como é que se sente hoje, depois de tudo aquilo que passou.

Entrevistado – Eu hoje, digo assim, o que eu fiz agora, devia ter feito há 20 anos. Mas não foi por falta, de aviso dos meus filhos. A minha filha dizia, “a mãe só pensa na casa, deixe a casa, por favor”. “A mãe quando falecer, a casa fica cá, deixe a casa, por favor” e eles dizem me agora, o que a mãe decidir, para nós está bem. Eles não me opõem a nada, nem para aqui nem para ali, a mãe é que decide.

Entrevistador – e sente-se bem por ter o apoio dos seus filhos sempre consigo?

Entrevistado – Graças a deus. Só que também sinto muita falta das minhas irmãs, era uma companhia que tinha e desabafava com elas. E lá tudo sabia o que ele me fazia, quem é que no verão andava de gola alta, vergonha.

Entrevistador – E as pessoas não lhe diziam que era para denunciar que não podia, mas faltava a coragem.

Entrevistado – Diziam, porque toda a mulher que vá fazer queixa, não vá para casa, eles ficam raivosos e querem-nos matar. Quando fui fazer a queixa dele, houve muita coisa que me esqueceu, mas naquele momento estava muito nervosa e não conseguia me lembrar de tudo. Ele tinha uma catana em casa, e isso eu esqueci-me de dizer, ele pegou nela e disse “eu eide de cortar-te o pescoço com esta catana”, o que é que eu faço. Peguei nela e fui deitá-la no caixote do lixo, o que eu fiz eu não nego. Ele depois perguntou-me por ela e eu disse-lhe tu ameaçaste-me que me matavas, deitei no lixo. Deu-me uma carga de porrada, e no dia a seguir foi comprar outra e disse “esta aqui, a qualquer momento, eu corto-te o pescoço.”

Na minha cozinha, tinha uma mesa de vidro, tinha a mesa posta, pega numa garrafa de cerveja, arrumou com ela, partiu-a mesa e a comida foi toda para o chão e depois disse assim “a cerveja não era para a mesa, era para te partir os cornos com ela.” Outra carga de porrada.

Outra vez tinha uma bilha 5 litros, na cozinha estava-me a mandar para a cama. Era gasolina. Ele dizia “hoje é o fim da tua vida, eu vou te regar com gasolina”. A minha sorte foi ter a porta aberta, fugi para a rua. E são estas coisas que me esqueci de dizer.

Entrevistador - Depois certamente lhe vão fazer novamente outras perguntas e para contar a sua história, pode sempre contar todas, aquilo que se lembrar e todas as agressões que se lembra, porque isso depois vai ser muito importante mesmo para o Tribunal.

Entrevistado - Só que ele é assim. É muito manipulador e muito aldrabão. E eu dizia-lhe que ele algum dia ainda se lixava, e ele dizia que quando minto, sei dar a volta.

E depois e depois ele tem muitos amigos, amigos de copos, de merendas, de dar, mas conselhos. Só que nunca bateu à frente dos amigos. Agora diz que quando for a Tribunal que leva muitos amigos, mas ninguém viu. Fechou a porta, o que é que os amigos vão dizer.

Ele quando me entrava a Casa e puxava a porta, meu Deus, já sabia, até hoje.

Entrevistador - Vivia sempre em medo, e quando eu estava fora de casa, sentia-se mais aliviado um bocadinho mais feliz.

Entrevistado - Eu, quando estava em casa, eu tinha sempre a porta aberta e a minha casa, tinha 5 degraus e como gostava de fazer palavras cruzadas, sentava-me a porta a fazer. Quando eu ouvia o carro, eu dava conta que ele chegava, e eu fugia, ou ia para casa de uma vizinha, ou ia dar a volta ao povo.

Eu chegava, comia, era raro ele comer ao pé de mim, então comia, deitava-me, quando ele me abria a porta do quarto. Nós não dormíamos juntos, eu não conseguia colocar-lhe a mão em cima, não consiga. Vinha agarrar-me, agrava-me na mão, para pôr cima dele, eu fazia assim para baixo (baixa a cabeça), e ele dizia-me assim “Tu sentes ódio, mas o ódio vai-te sair caro.”. Toca a fazer, era assim.

Entrevistador - Sofreu muito, quem era a d.... antes e quem é a d... agora neste momento?

Entrevistado - eu agora estou diferente e penso assim “meu deus, porque é que não fiz, quando os meus filhos me disseram” o porquê? Estive a pensar, vergonha, porque eu até a data fui a primeira pessoa a sair do povo, eu dizia assim será que amanhã é melhor que hoje? Quando o meu filho me ligava, já, já sei pronto, mas porque é que a mãe, não vai fazer queixa.

Aqui há uns anos as minhas irmãs chamaram a polícia, a polícia ali ao pé de mim, e eu só chorava, e não fiz queixa. E depois disse-me assim, “obrigadinho por não me acusares”, no outro dia uma porrada. A minha irmã mandou uma mensagem ao meu filho, do que aconteceu e ele ralhou comigo, e o filho ameaçou-o. E ele a dizer “olha o ranhoso, ameaçar um pai”.

Entrevistador - Devia ter feito queixa nessa altura, quando tinha oportunidade.

Entrevistado - Não fiz, calei-me. A guarda ainda disse a minha irmã mais velha, leve-a esta noite para sua casa. E ele disse, ela sai, nunca mais entra. E os guardas responderam, a casa também é dela.

Entrevistador - O que é que mudou em si?

Entrevistado - Estou livre, estou mais a vontade, saio para a rua e não tenho medo, sou livre.

Entrevistador – Como é que vê o seu futuro?

Entrevistado – O meu futuro, a deus pertence.

Entrevistador – O que é que gostava de ainda fazer?

Entrevistado – Ser feliz, ser feliz.

Entrevistador – Olhe d... não tenho mais nenhuma pergunta, respondeu a todas as minhas perguntas de forma muito rápida.

Entrevistado – O que eu respondi, esta tudo aqui (aponta para o peito). Não há mulher nenhuma que abandone a casa quando uma mulher abandona a casa, há motivos, há motivos. Fui criada a ver os meus pais a serem vítimas de violência, a minha mãe, muito, muito. É a revolta das minhas irmãs é que eu fui criada naquele ambiente e eu caí no mesmo. Elas só me diziam assim, tu a veres o exemplo, da nossa mãe, caíste no mesmo. Ele hoje tinha uma amante, amanhã tinha outra, houve uma amante que se metia em minha casa, e eu sem saber de nada. Eu contava-lhe o que ele me fazia e ela contava-lhe a ele. Ela metia-se na minha casa, eu arranjava-lhe o lanche, comíamos as duas, quando ele chegava, ela metia-se no carro com ele e eu ficava ali assim. Eu era uma palerma.

Eu agora para o fim, refileva-lhe e ele dizia “antigamente tu não eras assim, porque tu sempre foste calada, e agora refi-las”, então toma (levanta a mão, em jeito de bater). O que eu fiz melhor na vida, foi tirar o meu dinheiro da conta dele, ele ficou furioso, porque queria gastar o dele e o meu.

Então ele tinha a conta dele e eu a minha.

Entrevistador – Olhe, não tenho mais nenhuma pergunta. Eu agradeço muito, a sua disponibilidade para conversar comigo sobre este assunto que eu sei, que não é nada fácil, mas é muito importante partilhar a história para que mais pessoas saibam e para que nós, técnicos, saibamos como é que podemos ajudá-la a si e as outras pessoas que que passam pelo que a d... passou e eu agradeço muito.

Entrevistado – A primeira bofetada ninguém esta livre, a segunda não, a terceira muito menos. Podem prometer e tal, mas não caíam nessa, é tudo mentira.

Técnica Obrigada Carolina foi um gosto.

Entrevistador – Obrigada eu pela vossa disponibilidade.

APÊNDICE 14 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “VÂNIA” – TÉCNICA NA MULHER SÉC. XXI

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos da Entrevista	Interpretação /Análise
<p>Que respostas existem para Vítimas de violência doméstica</p>		<p><i>“[...] na maior parte dos casos que acompanhamos cá, as pessoas idosas voltam para as suas residências, não voltam quando o risco é muito elevado.”</i></p>	<p>Após o pedido de ajuda, as respostas são inúmeras.</p>
		<p><i>“[...] nós prestamos a informação toda e depois é uma decisão das pessoas, mesmo quando é risco elevado, nós temos de comunicar depois ao ministério público, ou seja, a pessoa recusou ser encaminhada, volta para a sua residência mas ainda esta em risco. [...]”</i></p>	<p>A vítima nunca fica sozinha, a não ser que recuse ajuda, depois de saber quais as respostas que existem.</p>
		<p><i>“[...] Quando é necessário encaminhar estas pessoas, existe uma resposta específica, para vítimas idosas, é muito recente e é para lá que nós fazemos os encaminhamentos.”</i></p>	<p>Na Associação, muitas das vítimas, voltam para a sua habitação, mas continuam a ser acompanhadas pelas técnicas, com apoio psicológico, mesmo coabitando com o agressor, ou sozinhas.</p>
		<p><i>“[...] a pessoa escolhe ir para casa e não há forma de coagir as pessoas irem para as respostas, as pessoas vão de forma voluntária [...]”</i></p>	<p>Quer a vítima queira, ou não, existe sempre uma comunicação ao ministério público. Ou seja, a denúncia de que aquela vítima sofre violência doméstica.</p>
		<p><i>“[...]as pessoas aceitam, nos aí, sim enviamos a pessoa,</i></p>	

		<p><i>fazemos um encaminhamento através de uma plataforma que é gerida pela CIG, temos de fazer um formulário, preencher um formulário, explicar em que função é que a pessoa veio cá, como é que a pessoa está, para que as outras respostas, a de acolhimento de pessoas idosas da rede nacional, para ver, para analisar os critérios e perceber se aquela pessoa pode ir para lá ou não. [...]</i></p> <p><i>“[...] se a pessoa vier cá a meio da tarde, e não existirem vagas pode ficar na nossa resposta, se não houver perigo, ou seja, se a área de residência for perto da nossa residência não podemos acolher essa pessoa, em casos muito extremos, em que não há alternativa a pessoa pode ficar na nossa resposta, não pode é sair, ou seja, só sai quando vai ser acolhida noutra resposta [...]</i></p> <p><i>“[...] Quando não é no próprio dia a pessoa pode voltar a casa, mas é difícil acontecer, quando isto acontece lá esta é uma exceção, senão pode ficar na nossa resposta se nós tivermos vaga.”</i></p> <p><i>“[...] nós enviamos esse formulário através da plataforma, é tudo online, enviamos os dados e a equipa que está do outro lado, analisa os dados e as vagas e diz, ok esta pessoa pode integrar, as vezes é no próprio dia as vezes não é no próprio dia. [...]</i></p>	<p>Recentemente, existem respostas específicas para pessoas idosas.</p> <p>O encaminhamento das vítimas, é feito através de uma plataforma online e só depois do “ok” da casa abrigo é que a vítima é encaminhada.</p> <p>Não existe maneira de coagir nenhuma vítima, a palavra final é sempre dela.</p> <p>Em casos extremos, a vítima é acolhida na residência de emergência, mas não pode sair desta.</p> <p>Linha nacional 144, faz encaminhamentos das vítimas e pode financiar uma pensão, para durante a noite, até haver resposta, no dia seguinte.</p> <p>Na Associação, a maior parte das vítimas, ficam em casa, sozinhas ou com os agressores e são acompanhadas pelas</p>
--	--	---	---

		<p><i>“[...] linha nacional 144, as pessoas também recorrem a ela, também conseguem fazer os encaminhamentos, a meio da noite se as pessoas ligarem para lá, o que eles fazem normalmente é, financiar uma pensão para as pessoas ficarem durante x horas até as pessoas verem que há o nosso serviço e nós fazemos o encaminhamento.”</i></p> <p><i>“[...] o nosso trabalho não se surge só em fazer o encaminhamento, a maior parte dos casos que nós acompanhamos, são vítimas que vem cá ter connosco, são acompanhadas e não vão para respostas. Ficam na habitação ou em rede de suporte, acompanhamos na mesma.”</i></p>	<p>técnicas. São vítimas semanais, quinzenais, onde têm apoio psicológico e outros diversificados.</p>
Projeto de Vida	<p>Projeto de Intervenção (não se chama projeto de vida, na resposta de acolhimento de emergência).</p>	<p><i>“[...] tem muitas questões sociais e económicas associadas, ou seja, o que nós fazemos é encaminhar para os serviços da segurança social para tratar da questão socioeconómica, fazemos encaminhamento para tratar de questões de subsídios, de atribuição de medidas que a câmara possa ter, por exemplo, do apoio da compra da medicação [...]”</i></p> <p><i>“[...] Ou seja o Plano de vida é muito sobre esta questão de socioeconómica, encaminhar para os serviços, a parte da saúde, nós também podemos pedir uma consulta nos centros de saúde e a questão da segurança, sempre [...]”</i></p> <p><i>“[...] porque o que vimos é que a maior parte da população</i></p>	<p>Plano de vida, focado em três vertentes.</p> <p>Económico, saúde e segurança.</p> <p>Económico, com auxílio da Segurança Social e alguns apoios que a associação vai dando.</p> <p>Saúde, facilitando e encaminhando para as entidades responsáveis, seja</p>

		<p><i>idosa esta muito isolada, e criamos atividades para as pessoas.”</i></p> <p><i>“[...] Ocupação dos tempos livres, a questão da saúde, que tem questões do foro físico e mental, nós trabalhamos a questão psicológica, mas quando são questões de psiquiatria nós encaminhamos para o centro de saúde que encaminha para o hospital, a questão socioeconómica e a questão da segurança [...]”</i></p> <p><i>“[...] Segurança Social porque la esta, a câmara tem atribuição de casas sociais, mas nós não temos qualquer conhecimento disso. Apenas trabalhamos na intervenção. No entanto esta tudo articulado, entre nós e eles [...]”</i></p> <p><i>“[...] Parte muito do trabalho de consciencialização da pessoa idosa, de que, o que é a violência doméstica, quais são os contornos, quais são os impactos, quais são as possibilidades de saída da situação, o que é que é a partir identificado como estereótipos em questão a violência e o que é mesmo a violência em si.”</i></p> <p><i>“[...] quando a pessoa agressora sai da casa, e são decretas medidas de afastamento, a polícia tem que fazer monitorizações, para perceber se a pessoa está a cumprir ou incumprir. Nós fazemos a monitorização e acompanhamentos na associação, se percebermos que a pessoa agressora continua a contactar, aí falamos com a polícia ou ministério publico. Daí a importância da articulação [...]”</i></p>	<p>centro de saúde ou hospital.</p> <p>Segurança, está associado tanto a habitação como às questões de Monitorizações por parte da polícia em relação ao agressor.</p> <p>Existem muitas parcerias entre a Associação e os vários serviços do distrito.</p> <p>Para além destes pilares, o foco é na saída de “conforto” de cada vítima, ou seja, a estimulação para participarem em atividades sociais.</p> <p>A questão psicológica acompanha sempre as outras vertentes, pois existe a necessidade de falar e ouvir a vítima, para diminuir os estereótipos sobre a violência.</p>

APÊNDICE 15 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “PAULA” – TÉCNICA NA MULHER SÉC. XXI

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos da Entrevista	Interpretação/ Análise
O Acolhimento da Vítima	“A chegada”	<p><i>“[...] para a resposta de emergência tem de ser imediata, o nosso centro fecha as 18h, depois das 18h quem da resposta tem de ser a linha 144. Se for de dia, fica resolvido no dia, se for de noite, nenhuma assistente social do hospital liga para o 144, o que acontece é que a vítima fica lá de noite e no dia seguinte contactamos. Mas se a vítima de violência doméstica for durante a noite, à PSP ou GNR, e não tiver sítio onde ficar, é ativada a linha 144 para encaminhar para as repostas de acolhimento de emergência.”</i></p> <p><i>“[...] O acolhimento processa-se da seguinte forma, como a nossa resposta funciona 24 horas sobre 7, podem-nos chegar a qualquer hora. Nós temos sempre uma monitora de turno [...]”</i></p> <p><i>“[...] Quando a utente chega ou o agregado chega, é feito o acolhimento pela monitora de turno [...] Normalmente vem sempre muito instáveis, comem qualquer coisa, tomam um banho, a monitora dá as toalhas de banho, uma roupa para trocar, caso a vítima não traga nada. Damos os produtos de higiene individuais, verifica-se se toma medicação, a monitora faz o preenchimento da guia de medicação [...] Depois a medicação é toda guardada numa caixinha da vítima [...]”</i></p>	<p>A vítima pode chegar até à casa de emergência das mais diversas maneiras.</p> <p>Pode ser encaminhada pela PSP ou GNR, pela linha 144, pelo Ministério Público, pela Segurança Social e pela estrutura da RNAAVD.</p> <p>Como a Casa de Emergência esta sempre em funcionamento, as vítimas podem chegar a qualquer hora.</p> <p>Quando esta chega, toma um banho, veste roupa lavada e é lhe auxiliado os documentos e as regras da casa.</p>

	<p><i>“[...] Caso seja de dia ou noite, a vítima pode ir descansar, é lhe entregue um regulamento interno das normas específicas, são ditas algumas regras por alto, explicam a dinâmica da casa, como é que com as casas de banho, os períodos do banho [...]”</i></p> <p><i>“[...] Fala-se sobre isso, como é que funciona a alimentação, tenta-se perceber se existe algum regime ou restrição alimentar que tenha de cumprir. Tenta-se apurar estas questões e estabilizar a vítima e que ela descanse [...]”</i></p> <p><i>“[...] Depois no dia útil seguinte, a equipa técnica, normalmente eu, acompanhada por outra colega, vamos à casa, que a casa não é aqui. Sentamo-nos com a vítima, fazemos o enquadramento de toda a situação, o historial, o enquadramento sociodemográfico da vítima, a história de vitimação e o episódio que desencadeio este acolhimento. E avaliamos em conjunto com a vítima quais é que são as alternativas e os caminhos a seguir [...]”</i></p> <p><i>“[...] Normalmente neste primeiro dia, estão sempre um bocadinho confusas para decidir o que é que querem fazer, são propostas daquilo que vamos fazer daqui a adiante e depois com o passar do tempo, vamos analisando qual pode ser o plano de intervenção [...]”</i></p>	<p>Após estas primeiras interações, a vítima pode descansar.</p> <p>Por norma, só no dia seguinte, é que a equipa técnica, vai até à casa e conversa com a vítima, primeiramente para saber todas as informações, sobre esta e o seu historial e posteriormente é lhe explicado quais são os procedimentos seguintes, no entanto, como a vítima ainda está vulnerável, é lhe dado o tempo necessário para que possa integrar-se do que sucede.</p>
--	---	--

<p>Projeto de Intervenção</p>	<p>“A reconstrução”</p>	<p><i>“Numa resposta de acolhimento de emergência nos não delineamos um projeto de vida com as vítimas, delineamos um projeto de intervenção. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Tanto que as casas, tem acesso a apoios financeiros para essas autonomizações, que nos como resposta de acolhimento não temos. Uma casa abrigo, tem protocolo com a escola, e com a saúde para o agregado vai para lá e é logo inscrito no centro de saúde e as crianças na escola. Nós não temos isso, ou seja não é delineado um projeto de vida connosco, normalmente aquilo que é feito é o plano de intervenção ou vai para casa abrigo, ou aguarda medidas para regressar a casa, ou aguarda medidas para regressar a casa de um familiar, ou espera com o apoio da família comprar os bilhetes para regressar ao seu país [...]”</i></p> <p><i>“Nós já tivemos casos, com idosas que nós conseguimos arrendar uma segunda casa, uma casa mais pequena com apoio da família, neste caso até foi da filha, que se reorganizou com a mãe e arrendaram uma casa mais pequena e a filha passa lá e vê como a mãe estava e autonomizaram-na dessa forma [...]”</i></p> <p><i>“Já tivemos casos em que eles foram detidos e elas puderam regressar a casa [...]”</i></p> <p><i>“[...] acompanhado aqui no centro, ela foi para a nossa casa, tinha uma boa vivenda, estava bem, decide sair de casa e apresentar</i></p>	<p>Existe um projeto de intervenção nas casas de emergência. Atualmente é difícil que as vítimas sejam encaminhadas ou autonomizadas, devido à quantidade de vítimas que existe e à escassez de resposta para que estas consigam sair das casa abrigo (para uma casa arrendada).</p> <p>Na casa de emergência, a vítima, tem de ir cumprindo aos poucos o projeto que é implementado com esta. A partir das suas necessidades, e depois de suprimidas é que se realiza as próximas.</p> <p>Existem vítimas, que apenas estão na Casa, até poderem regressar para a sua casa, ou para uma casa</p>
-------------------------------	-------------------------	--	---

		<p><i>queixa e os filhos viram-se contra ela, estavam habituados a ter o porto seguro, que era a mãe que cuidava do pai e agora tem de ser eles. Ela autonomizou-se aqui em Leiria [...]</i>”</p> <p><i>“ [...] às pessoas que vão para casa dos filhos e depois voltam para casa delas, há casos em que elas arrendam uma casa, mas tem de estar psicologicamente bem, e há outros casos que vão diretamente para ERPIS, porque a autonomia é muito reduzida, felizmente com as novas casas abrigo para idosos, temos sempre o projeto de vida de as encaminhar para essa estrutura [...]</i>”</p> <p><i>“[...] é feito em conjunto com a vítima e revisto em conjunto com a vítima, o ideal será de 15 em 15 dias, mas dependendo do processo pode ser de 3 em 3 semanas. Por exemplo num primeiro plano, existe esta necessidade, a vítima precisa de ir para o hospital, porque precisa e nunca foi, no segundo plano ela já foi, então já não tem essa necessidade, esta suprimida. Na revisão essa já não é uma necessidade imediata [...]</i>”</p> <p><i>“Nós apoiamos, mas tem de partir delas, nós ajudamos, damos os contactos, para ir ao IEFP, para perceberem que ajudamos alguma coisa, ajudamos no currículo, mas tem sempre de partir delas.”</i></p>	<p>secundária que tenha, para casa de um familiar ou até para erpi`s.</p> <p>Quando a vítima, habita na casa de emergência (são exceções), tem de partir desta a sua autonomização, depois com auxílio das técnicas é que se começa todo o processo de procura de trabalho, procura de habitação, e de todas as ajudas que pode ter, para que consiga restabelecer a sua vida, nas diversas vertentes.</p> <p>Embora a vítima saia da Casa, esta continua a ser acompanhada pela Associação, para que não se sinta desamparada, nem abandonada. (se ficar na área de residência).</p>
--	--	---	---

APÊNDICE 16 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “MARTA” – TÉCNICA NA MULHER SÉC. XXI

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos da Entrevista	Interpretação / Análise
<p>Respostas para vítimas idosas de violência doméstica</p>	<p>“A escolha”</p>	<p><i>“[...] um casal na casa dos 60 anos, ela é uma ótima senhora, adorou a sogra, tem dois filhos e chegou a um ponto que disse não, basta. Mudou de cama, ela diz que já não gosta dele, eles vão a excursões, com um grupo de amigos, é uma mulher inteligente, toda a gente a ouve, e nota-se que a atenção é virada para ela. Quando terminamos o apoio ela disse “obrigada por me ter ouvido e porque lhe contei coisas que nunca contei a ninguém”. Ele foi quebrando pouco a pouco e dizia-lhe a ela “nunca me deixes por favor”, porque estava em cima da mesa o divórcio, e ele pôs uma prótese na perna e ela é que cuidou dele, eles continuam na mesma, ela é que cuida de tudo dele, mas continuam a dormir em camas separadas.”</i></p> <p><i>“[...] Eu tive um caso assim, tinham os dois mais de 65 anos, e os dois filhos já não estavam em casa e ela dormia num quarto separado, mas o domingo de manhã era sempre o dia de ela passar lá. E quando ela não passava lá, ela já sabia que ele estava de mau humor, então eu comecei a trabalhar em apoio psicológico com</i></p>	<p>A técnica ao longo da entrevista dá diversos exemplos de vítimas e agressores, para que seja mais fácil entender todo o processo.</p> <p>Com estes exemplos podemos perceber que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem vítimas, que partilham casa com o agressor e são acompanhadas psicologicamente na Associação; - Casais que tiveram separados por haver violência na relação, mas acabam por voltar a coabitar porque é o desejo de ambos; - Vítimas que já estão em Erpi`s, mas continuam a ser acompanhadas psicologicamente pelas técnicas da associação; - Vítimas que voltam para casa, mas tem acompanhamento na associação, assim como ajudas externas, como alimentação, apoio à renda, apoio às

	<p><i>ela, para que ela dissesse que “não”, e para ela não ir, mas depois ela deixou de vir aqui ao apoio [...]”</i></p> <p><u><i>“[...] A vítima continua a viver com a agressor porque não a podemos obrigar a sair de lá, senão perdemos a vítima, mas continuamos o apoio de maneira transformativa [...]”</i></u></p> <p><i>“[...]um caso, que uma filha é professora e outra é enfermeira, ambos, o casal na casa dos 80 anos, ele asfixiou a mulher, se filha não chegasse tão depressa, ele tinha a morto. Ela esteve muito mal no hospital e ele teve na psiquiatria, depois ele foi para casa de uma filha e ela para casa de outra filha, um nas Caldas da Rainha e outro em Leiria. A vítima começou a frequentar um centro de dia e eu ia acompanhá-la no apoio psicológico no Centro de dia e ele continuava no Centro de Dia, mas nas Caldas. Venderam a casa e depois ela já não queria ir para o centro de dia nem ficar em casa da filha e olha não é que compraram um apartamento, junto da casa de uma das filhas, e estão os dois na mesma casa, ela frequenta outro centro de dia, mas com a supervisão da filha. Eu falei com a filha e disse que era melhor não, mas a filha dizia que a mãe queria e que queria. Estão os dois no mesmo espaço, com medicação, ele está a ser medicado, parece que as coisas estão mais apaziguadas e</i></p>	<p>contas...;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vítimas que vão para a casa abrigo; - Vítimas que vão para outras casas de emergência.
--	--	---

		<p><i>é esta situação assim [...]”</i></p> <p><i>“[...] Outra situação que queria contar, estou a acompanhar uma vítima que esta num lar, uma senhora nova, 68 anos e esta numa cadeira de rodas, por causa do marido e esta numa ERPI, porque foi para lá, porque era dependente e está a ser acompanhada no apoio psicológico, por causa desta situação de maus-tratos que ela sempre viveu a vida toda [...]”</i></p> <p><i>“[...] Para além da vítima poder voltar para casa, pode ir para uma casa de emergência ou uma casa abrigo [...]”</i></p> <p><i>“[...] a Câmara apoia vítimas de violência doméstica na renda da casa, mas tem de apresentar queixa. Se a vítima arrendar uma casa, a câmara ajuda em 40% nessa renda [...] Eu consegui arranjar um cabaz para ela, produtos de higiene, mandei para várias parcerias que ajudam com o capaz, a Segurança Social pode ajudar a partir da EDP e da água, com a tarifa social [...]”</i></p> <p><i>“[...] mas muitas vezes elas ficam na nossa resposta até o tribunal colocar uma medida de afastamento, para o agressor sair de casa e ela é que fica na casa [...]”</i></p>	
--	--	--	--

<p>Projeto de Intervenção</p>		<p><i>“[...] Quando ela fica na casa, vamos também tentar ajudar a arranjar trabalho, as vezes algumas são doentes e não se pressupõem para trabalhar, mas é isso que temos de trabalhar com elas. Agente temos uma parceria que esta disponível para receber vítimas, mas essa entidade, as vítimas têm primeiro que ter formação durante 3 dias, e depois quando fazem a seleção, estas vítimas que já estão sinalizadas, elas estão em primeiro lugar. A grande dificuldade é que é na marinha grande, é um bocadinho longe para elas, mas há esta hipótese [...]”</i></p> <p><i>“[...] Depois o que peço sempre é que venham para cá, pois existe outras ajudas aqui em Leiria, para além da Câmara, existe da Cruz Vermelha, Banco Alimentar, da RE food, das Cáritas, mais acesso aos transportes, as escolas. Podemos resolver mais que uma dificuldade ao mesmo tempo [...]”</i></p> <p><i>“[...] Por exemplo, a vítima pode não ter passado pela nossa casa e ter ficado em casa dos pais e esta sem trabalho, tem um problema de saúde. Mas não impede de tratar da saúde e ao mesmo tempo arranjar logo emprego para ela [...]”</i></p> <p><i>“[...]as pessoas idosas quando nos chegam aqui, já todas</i></p>	<p>A Associação tem parceria com uma empresa, para empregar as vítimas, no entanto, esta fica longe da localização, o que impede muitas vezes.</p> <p>A técnica, pede para que as vítimas fiquem a habitar, na zona da Associação, porque conseguem mais facilmente parcerias de ajuda para esta.</p> <p>Tentam que as dificuldades sejam suprimidas, algumas ao mesmo tempo, se for possível, para que seja um processo mais rápido, no entanto, a vítima tem de estar dentro desse processo.</p> <p>Para que as vítimas não desistam do processo e para que se sintam ajudadas, o fundamental é que continuem a ser acompanhadas psicologicamente para que, a informação sobre a violência continue a ser abordada com estas.</p>
-------------------------------	--	---	---

	<p><i>tem uma casa, o que é uma mais-valia, nestas situações. Tem casa com agressor, tem senhoras que vão para ERPI'S, as que partilham casa, continuam a ser acompanhadas, mas o facto de virem aqui, faz criar algumas estratégias de defesa, para que elas possam viver em maus-tratos com eles [...]"</i></p> <p><i>"[...] Para ela não desistir, dar continuidade ao apoio psicológico, fazer ver, contar exemplos de outras situações, e mostrar-lhe situações que ela poderá receber se tomar aquela decisão. Já trabalhamos aqui grupos de ajuda mútua, tínhamos 4 vítimas de violência e 4 vítimas que não eram vítimas de violência. E neste grupo de 8 pessoas, nos trabalhamos a autoestima, a autoconfiança e assertividade. Elas ajudam-se muito umas às outras [...]"</i></p>	
--	--	--

APÊNDICE 17 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “MARIA” – VÍTIMA APOIADA NA MULHER SÉC. XXI

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos da Entrevista	Interpretação/ Análise
Fim do sofrimento	“O ponto final”	<p><i>“[...] fui a uma consulta, e depois a enfermeira disse-me para ir para cima da balança e eu fui com muito custo, e ela disse-me “oh D. (...), mas o que se passa hoje, parece que não esta nada bem” e eu disse-lhe “parece que tenho as costelas partidas” e ela disse-me “então caiu de umas escadas abaixo”, e eu respondi “não, foi o homem em casa”. [...]</i>”</p> <p><i>“[...] Ela foi logo chamar o medico [...] O medico disse que não podia chamar a ambulância, e eu disse-lhe mas eu chamo um táxi e eu vou num táxi, eu sei fazer isso. E fui ao hospital, e depois no hospital veio a assistente social que depois tratou de mim. [...]</i>”</p> <p><i>“[...] A assistente social, que é minha testemunha, telefonou para o filho [...] Quando a assistente social lhe disse isso, a resposta dele foi entre marido e mulher não se mete a colher, e a assistente disse, mete a colher sim senhor e desligou o telefone [...]</i>”</p> <p><i>“[...] e senti-me muito aliviada e contente, porque vi uma luzinha e me abriu caminho. Porque os filhos não me ajudavam, e quando o medico disse que eu ia para o hospital eu disse “ah não, porque isso vai a tribunal e eu não quero” estava com medo e o medico disse</i></p>	<p>Nem sempre as vítimas têm coragem de pedir ajuda, no entanto, quando têm oportunidade, fazem-no.</p> <p>Existe sempre receio do que vêm depois, mas perder a esperança não.</p> <p>Muitas denuncias são feitas pelos Centros de Saúde e Hospitais.</p> <p>Diversas vítimas, não tem apoio dos filhos ou família, afirmando que são problemas conjugais e que não se devem de meter.</p> <p>A perda de todos os bens, da família e dos seus próprios pertences, leva a vítima muitas vezes a querer desistir do processo, deixando -a chorosa e receosa do seu futuro.</p>

		<p><i>“não faz mal” e quando cheguei ao hospital disseram-me que ia buscar roupa, que ia sair de casa e aí eu fiquei toda contente. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Custa muito, chorava porque sabia que ia perder tudo, fiquei aliviada porque sabia que ia sair de ao pé daquele homem. Perdi tudo, comecei agora a minha vida do zero [...]”</i></p> <p><i>“[...] Tenho uma irmã, que sabe que ele me bateu, uma vez tinha o pescoço todo negro e eu fugi para casa dela e dormi lá de noite. No dia a seguir o meu filho foi-me buscar, perguntou me se eu não tinha vergonha sair de casa, levou-me para casa. Eu pedi a essa irmã para ser minha testemunha, e ela recusou. [...]”</i></p>	<p>A violência doméstica é um crime público, os filhos e a família podiam ter denunciado o caso a qualquer momento, mas nunca o fizeram.</p>
	O apoio	<p><i>“[...] Tive uma luz que me abriu caminho, porque das outras vezes nunca tive ninguém, e quando eu vi que tive uma luz, aproveitei. Fiquei muito contente, perdi a família de sangue, mas eu vou ganhar outra. E já arranjei outra, não é de sangue, mas dá amor. [...]”</i></p> <p><i>“[...] para o hospital, onde disse o que aconteceu à assistente social. Passei lá a noite e no dia a seguir a assistente social chamou la aqui a Dr^a (...), e depois foi comigo e com a polícia a casa, buscar roupa. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Aqui da Mulher Séc. XXI, se não fossem elas, estava completamente sozinha. [...]”</i></p>	<p>Quando a vítima, vê uma pessoa que lhe dá apoio, decide falar e pedir ajuda sobre o seu estado.</p> <p>Após a saída de casa, o apoio que recebem é fundamental para que não desistam do processo.</p> <p>Muitas vítimas, ficam completamente desamparadas e os apoios das associações e serviços são muito importantes.</p>
Projeto de vida		<p><i>“[...] Eu tinha tudo, do bom e do melhor e agora tive de começar a comprar tudo, fui para uma casa e tive que comprar um prato de</i></p>	<p>O projeto de vida pode incluir passar por diferentes habitações, processos e</p>

	<p>“O recomeço”</p>	<p><i>cada vez, um copo, os lençóis para a cama. Tudo do zero, com a cabeça sempre para cima, sempre para cima, nunca para baixo. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Depois fui para Viseu, numa casa abrigo, mas depois como eu tinha aqui toda a minha vida, até a nível de saúde, eu disse que gostava de voltar para aqui. Vim para aqui para o apoio à vítima, tive na casa delas, uns 3/ 4 meses, de novembro até março. E depois aluguei um quarto, depois de um, fui para outro, até onde estou agora. É pequenino e aconchegadinho, mas estou sozinha e ninguém me chateia. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Tudo impecável, a nível psicológico tenho a ---. que me ajuda muito. A nível económico, no Natal deram-me um cabaz de Natal, vim aqui a uma consulta e deram-me produtos de higiene, quando eu peço, ajudam-me sempre. Pelo Natal, vim aqui e a cabeleireira arranjou-me o cabelo, e esta semana também vim cortar e arranjar o cabelo, elas disseram-me logo que estava toda bonita. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Sinto-me feliz, mais feliz que nunca. Antes era feliz porque tinha os meus filhos, agora também tenho dias triste, mas sinto-me feliz porque estou sozinha, eu e só eu. Como quando eu quero, deito-me quando eu quero, tomo banho quando eu quero, quando começo a ficar mais triste, levanto-me pego no casaco e saí de casa, vou dar uma volta, entro numa loja e saí e vou a outra e saí, não tenho dinheiro, mas passeio e fico feliz. [...]”</i></p>	<p>apoios.</p> <p>No começo a vítima não está sozinha, no entanto, tem de reconstruir a sua vida com bens do zero.</p> <p>Na Casa Abrigo, dão apoio e constroem um projeto de vida. Na casa de emergência constrói-se um projeto de intervenção.</p> <p>O recomeço só é feito quando a vítima se sente preparada para o fazer, no tempo dela. Após a sua aprovação, começa-se na procura de objetivos que a vítima quer concluir na sua vida.</p> <p>Embora as vítimas estejam automatizadas, continuam a receber apoio seja psicológico, ou material, da associação onde permanecem.</p> <p>A fase da felicidade chega, quando a nível psicológica, a vítima começa a reconstruir-se, no entanto, nem todos</p>
--	---------------------	--	--

	<p><i>“[...] Fiz sim, eu disse a C. “mas quando é que eu saio daqui”, e ela disse-me que eu é que tinha de procurar uma casa e disse-lhe “mas como é que eu faço isso se eu nunca saio daqui”. Então ela falou com as monitoras e para me ajudarem a procurar, quartos, e fomos [...]”</i></p> <p><i>“[...] havia uma senhora, que tinha aqui um filho e se me ajudava a arranjar aqui um quarto, e ela arranjou-me um quarto, tive lá 3 meses [...] Depois fui para outra senhora, mas essa tinha um filho e entretanto consegui um contacto se um senhor que disse que tinha um tl, mas era pequenino, e eu disse que não havia problema. Ele arranjou a casa, limpo-a e fui para lá agora em janeiro. E gosto muito. [...]”</i></p> <p><i>“[...] A nível de emprego agora não faço nada, antes era doméstica, agora já não. Houve uma senhora que me arranjava umas horas na limpeza, mas era muito longe e não compensava. Eu apenas tenho a minha reforma, a roupa que trouxe de casa, e assim que vivo. [...]”</i></p> <p><i>“[...] Agora sou melhor, eu sei que sou muito bondosa, eu sei, mas eu sinto-me alegre e contente. Antes estava sempre com medo, porque estava em casa, vi-o chegar e estava sempre sobressaltada. [...] Mudou tudo! Só não tenho as minhas coisas de resto está tudo bem. [...] O meu futuro, quero que tenha muitos anos, com muita</i></p>	<p>os dias são felizes, mas pensar em coisas felizes, faz com que as vítimas ganhem mais vontade de sorrir.</p> <p>Muitas perdem família, amigos, mas encontram pelo caminho, pessoas que lhes transmitem amor.</p> <p>Saem com cabeça erguida e a visualizar um futuro bonito e feliz para elas.</p>
--	---	---

		<i>saúde e alegre na minha casinha”</i>	
--	--	---	--

APÊNDICE 18 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “MARIANA” – VÍTIMA APOIADA NA MULHER SÉC. XXI

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos das entrevistas	Interpretação/ Análise
<p>Fim do sofrimento</p>	<p>“O quase ponto final”</p>	<p><i>“[...]Je a terceira vez quando eu lhe chamei mentiroso, ele vem direito a mim, dá-me um soco na testa, agarra-me os braços, e depois largou-me o braço direito e apertou-me o pescoço [...]Gritei muito, mas ninguém me ouviu, fiquei negra no pescoço e no braço, e pensei que era o meu fim porque ele ameaçava-me muito de morte, depois de gritar muito empurrei -o e quando ele me largou ele caiu no chão [...]Depois quando estava no chão, eu disse que ia ligar a polícia, mas estava tão nervosa que liguei para a vizinha que ela é que chamou a polícia e pronto o caso foi para tribunal [...]”</i></p> <p><i>“[...] Mas entre maio e outubro ele ameaçava-me muito [...]”</i></p> <p><i>“[...] Eu era para sair de casa, mas não sai, e depois do divorcio, uns dias depois, eu senti os meus lençóis mexer, e eu gritei muito e a minha mão foi direta a faca que ele tinha já a tocar no meu corpo. Cortei-me, cortei o dedo, porque quanta forma eu tinha, quanta força eu fiz na faca, eu sentia a mão dele a carregar para baixo, e eu carregava para</i></p>	<p>Fazer a denuncia, nem sempre significa que o pesadelo das vítimas acabou.</p> <p>Para algumas vítimas, ainda continuam a partilhar casa com o agressor, o que por vezes, faz com que este ainda lhes possa agredir.</p> <p>O agressor recebe ordens de afastamento da vítima, no entanto, nem todos cumprem e quando o incumprem acabam por ir presos, pois desrespeitaram as ordens do tribunal.</p> <p>As vítimas nunca estão descansadas mesmo após as ordens do tribunal, ou o</p>

		<p><i>cima. Eu tive um anjo naquele momento comigo, um anjo, e agradeço todos os dias, porque se não fosse isso, não sei onde tinha ido buscar as forças. E consegui tirar a faca da mão, conforme eu gritei, eles, o meu filho e a minha nora, apareceram logo no quarto para socorrer [...]</i></p> <p><i>“[...]eu chamei a polícia que só chegou 1 hora depois, contei tudo e eles chamaram a ambulância e levaram-no para a psiquiatria, estive lá durante 20 dias [...]No dia em que o meu filho disse que ia buscar o pai ao hospital, liguei logo para a polícia e para aqui para a associação e a polícia disse-me para eu ver a que horas chegava, e fiquei sentada na vizinha a espera e depois de ele chegar, liguei para a polícia e a polícia passado meia hora veio buscá-lo e levaram-no preso[...]</i>”</p> <p><i>“[...] Era assim, mas só depois na altura que ele me levou as mãos ao pescoço, que eu fiquei toda marcada, depois fui à medicina legal, ao fim de 4 dias, e eles viram, tinha este braço, ainda hoje não posso com este braço, faço isto assim (levanta-o), mas fiquei toda preta, mas pronto [...]</i>”</p>	<p>divorcio, sentindo-se sempre ameaçadas.</p>
	O apoio	<p><i>“[...] Tive 20 dias na minha vizinha [...]</i>”</p> <p><i>“[...] os meus filhos apoiam-me, porque eles assistiram a esta agressão, enquanto a primeira não. Agora a última vez, o meu filho foi ser testemunha, mas pronto, eu entendo, o</i></p>	<p>O apoio continua a ser fundamental, desde familiares a amigos.</p> <p>Os filhos apesar de saberem da</p>

		<p><i>lado dele, é o pai e a mãe [...]</i></p> <p><i>“[...] Ela diz que eu sofri bastante este tempo todo, mas quer que eu perdoe o pai, mas e não posso, nem consigo. Porque foi muito mau e muita coisa junta [...]</i></p> <p><i>“[...] Isto para dizer que o meu neto me dá muita força, o meu filho é capaz de não demonstrar o que sente por mim, o meu neto já não, demonstra o que sente por mim e dá-me muito apoio, fala mesmo [...]</i></p>	<p>violência e embora nunca tivessem denunciado, continuam a apoiar as vítimas, estando ao lados destas quando é necessário.</p> <p>Numa outra perspetiva temos filhos que ainda esperam e pedem que haja o perdão por parte das vítimas, mas para estas, a questão é mais difícil.</p>
Projeto de vida	“O recomeço”	<p><i>“[...] Em outubro, deu-se o divorcio e eu não lhe exige nada, nem mensalidade, nada.</i></p> <p><i>“[...] Então, eu estou na minha casa, e tenho lá o meu filho, ele sempre viveu connosco, estamos lá os três juntos, e a minha vida é assim. Passo muitos bocados na casa da minha vizinha, porque eles são uma família para mim, uma família que eu não tenho, dos meus, do meu sangue. Eles são muito unidos e tem-me ajudado bastante, até psicologicamente, e dado muita força [...]</i></p> <p><i>“[...] mas também tenho chorado muita lagrima, porque também passo dias muito em baixo, faço tudo para levantar</i></p>	<p>Existem vítimas mais fragilizadas que outras. No entanto, a ajuda da associação é um ponto fundamental no recomeço da vida das vítimas, estas sentem-se bem a conversar com as psicólogas e com as pequenas ajudas externas que recebem.</p> <p>Muitas vítimas não existem nada, apenas querem o divórcio e o seu</p>

	<p><i>a cabeça e a moral, mas há dias que custa muito, há dias que estou sozinha e não me apetece ir aos vizinhos, mas até vou, mas disfarço [...]</i></p> <p><i>“[...] recebi ordens da psicóloga do tribunal, para voltar que tinha direito à minha casa [...]</i></p> <p><i>“[...] por volta das 14h vou para casa da vizinha, antes ajudava o marido dela que estava dependente, ajudava-o, e fazia alguma limpeza [...]</i></p> <p><i>“[...] mais ou menos de 15 em 15 dias, conversar com as meninas daqui, quais os problemas, quais as dificuldades [...]</i></p> <p><i>“[...] Sozinha [...]</i></p> <p><i>“[...] O meu futuro, era eu conseguir arranjar alguma coisa para me entreter [...]</i></p> <p><i>“[...] Sim, agora já tenho 1 hora de ginástica a segunda-feira, e queria ver se ocupava, nem que fosse para tomar conta das pessoas idosas, eu gostava [...]</i></p> <p><i>“[...] mas agora tenho a casa a venda, porque o meu ex-marido quer vender a casa, e eu aceitei, estou arrependida,</i></p>	<p>sosego.</p> <p>Passar tempo com amigos ou pessoas conhecidas ajuda as vítimas, para que consigam espairecer a sua cabeça das memórias que têm.</p> <p>Algumas podem regressar e ficar nas suas casas, até haver ordem das partilhas, outros acabam por ter que vender as casas e ir viver para outro lado.</p> <p>Quando estão mais fragilizadas a vítimas vêm-se sozinhas e a recomeçar exatamente assim.</p> <p>A associação incentiva-as a fazer atividades externas para que ocupem a mente, como a ginástica, no entanto,</p>
--	---	---

	<p><i>mas pronto. O meu filho depois também vai sair dali, vai viver para uma casinha com a namorada, e eu tenho que arranjar algum cantinho para viver. Vou viver sozinha [...]</i></p> <p><i>Queria voltar para a minha terra, para a Lourinhã, tenho lá família, e fico mais longe dele [...]</i></p> <p><i>“[...] A _____ tem sido incrível e agora no Natal deram-me uma ajuda que eu não estava nada a espera, chocou-me muito. Estão sempre aqui para mim [...]</i>”</p>	<p>ainda existem vítimas que se sentem capazes de trabalhar e ainda procuram trabalho.</p>
--	---	--

APÊNDICE 19 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “PATRÍCIA E ANA” – TÉCNICAS NA FUNDAÇÃO PADRE AMÉRICO

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos das entrevistas	Interpretação/ Análise
O Acolhimento	“a chegada”	<p><i>“[...] O processo chega-nos sempre pela plataforma da CIG, para acolhimento, depois analisamos em equipa técnica os fatores da pessoa. Depois de aceitarmos o pedido, acolhemos a pessoa, a pessoa vem sempre duma casa de acolhimento [...]”</i></p> <p><i>“[...] É dado o livro da casa, explicado as regras e tudo mais [...]”</i></p> <p><i>“[...] Ultimamente as senhora chegam sempre a hora de almoço e acabam por ir logo almoçar. E depois ao longo do dia vamos conversando com elas sobre vários fatores [...]”</i></p> <p><i>“[...] Mas podem contactar com os familiares e amigos [...] A única coisa que fazemos nos telemóveis mais modernos é que o GPS esteja desligado, para ninguém saber a localização onde estão [...]”</i></p> <p><i>“[...] A vítima chega até nós, nós preparamos logo o regulamento interno, para ajudar e os direitos e os deveres delas. Damos os contactos necessários, e o guia de acolhimento com essas informações todas, caso precisem de alguma coisa</i></p>	<p>As vítimas chegam a Casa Abrigo, depois de serem selecionadas na plataforma da CIG, por norma vão sempre diretas de uma casa de acolhimento.</p> <p>Quando chegam, são lhes explicadas as regras da casa, dados os contactos necessários e as informações, depois podem ambientar-se ao espaço, ao quarto e guardar as suas coisas, é lhes também pedido que o GPS, esteja desligado, para que os agressores, não cheguem as vítimas. Só depois disto é que as técnicas explicam quais os processos que se seguem</p>

		<i>tem tudo. Quando chegam deixamos elas ambientarem-se, arrumar a roupa, habitar o quarto, que é partilhado [...] deixá-las no espaço para que possam se habitar e explorar, para que ganhem confiança [...]</i>	
Projeto de Vida	“O processo”	<p><i>“[...] É um processo muito individualizado, mas o objetivo é capacitá-las muitas ainda vem muito autónomas, mas o objetivo é capacitá-las, ao nível da autonomia, de algumas competências e para não irem esquecendo e não irem perdendo as capacidades. Tem muita necessidade falar, e de contar as suas histórias, não so com a psicóloga, mas conosco também. A psicóloga, dá mais ferramentas emocionais e psicológicas, porque elas vão sair daqui e precisam de ajuda para não voltarem, para não repetirem o ciclo [...]</i></p> <p><i>“[...] Elas chegam aqui com muita vergonha, que vem de terras muito pequenas e dizem que não querem voltar para casa porque tem vergonha, mas passado uns tempos, uns meses dizem que eu vou voltar para casa. Eu não quero mais isto e voltaram para casa [...]</i></p> <p><i>“[...] Sim e voltaram para o agressor. Ainda acontece e apesar de ser estas idades, ainda de facto acontece [...]</i></p> <p><i>“[...] Foi a casa que elas construíram, foi onde sempre viveram.</i></p>	<p>Ao longo da estadia, existe um processo individualizado, onde o importante é capacitar as idosas para uma melhor e mais autonomia, ao mesmo tempo tem sessões de psicologia onde podem conversar sobre o seu passado, para que a psicóloga lhes dê as ferramentas necessárias para não voltarem aquele ciclo.</p> <p>Entre sessões de psicológica, atividades da animação, conversas com a assistente social, processo em tribunal e mais tarefas, muitas vítimas acabam por desistir, pois é um</p>

		<p><i>“[...] Vem com aquela ideia, de se aguentei estes anos todos, agora que estou no final de vida é que vou deixar a minha casa, o meu espaço. É muito isto o pensamento. Nós sentimo-nos imponentes porque parece que ao estamos a fazer o nosso trabalho, são opções e elas são livres de sair [...]”</i></p>	<p>processo muito longo e exaustivo para estas e voltam para casa, com o pensamento que viveram a vida toda assim, vão viver até ao fim.</p>
	<p>“A saída”</p>	<p><i>“[...] Ui, uma pergunta difícil. Isto não é uma linha reta, existe muitos altos e baixos. Ora querem ir para uma ERPI, ora querem ir para casa, ora querem ir para o filho, ora querem uma casa sozinhas. Existe aqui um trabalho, com muitos altos e baixos [...]”</i></p> <p><i>“[...] O que querem hoje, já não querem amanhã e temos muitas situações dessas, e pronto, o que tentamos fazer é sempre a vontade da vítima, mas depois no temos que avaliar e percebemos que há senhoras que nunca vão conseguir estar sozinhas. Não conseguem ter autonomia para isso, que é o que elas querem. E depois é trabalhar um bocadinho... que cheguem onde nós queremos. O que achamos que é a melhor resposta para elas. [...] Sobretudo nas idades mais avançadas, já tem alguma dependência e a senhoras que tem muitas questões de saúde graves e tentamos trabalhar e contornar [...]”</i></p> <p><i>“[...] O projeto de vida é definido em conjunto com elas, no dia a dia, em conversa com elas, com a psicóloga, são mais importantes, para percebam qual o melhor projeto para cada</i></p>	<p>A grande maioria das vítimas, saem para ERPI'S, pois as suas autonomias são reduzidas e necessitam de ajuda. São raros os casos que seguem para casa individualizadas, ou para casa dos filhos, embora aconteça.</p> <p>Esperar por uma vaga numa ERPI é demasiado, pois estes centros estão lotados e devido ao rendimento das vítimas, estas só podem ir por uma vaga social.</p> <p>Muitas vítimas, querem voltar para sua casa ou uma casa sozinha, mas a sua</p>

	<p><i>uma. Em equipa decidimos, esta senhora, quer isto, mas não é realizável, vamos trabalhar para isto [...]</i></p> <p><i>“[...] Depois a psicóloga, com as sessões que tem com as vítimas, vai trabalhando isto pouco a pouco com elas. E nós pelo meio, a assistente social e a animadora, também vão dando uma ajuda [...]</i>”</p> <p><i>“[...] uma senhora que esta connosco desde junho, e ainda não saiu. Ainda não conseguimos concretizar o projeto de vida dela, ela sempre disse que queria uma ERPI, mas as respostas, não tem o tempo que nós precisamos, demora muito mais tempo que nós precisamos. O processo desta senhora também ainda decorre no tribunal, então também, dificulta a entrada desta senhora numa ERPI. Os tempos não ajudam, não estão a nossa favor [...]</i>”</p> <p><i>“[...] Uma senhora que inicialmente queria ir para uma casa sozinha e ter um gatinho, mas não tem rendimentos e ao nível de autonomia não conseguia, não consegue tomar medicação, fazer a alimentação, e então a melhor resposta seria uma ERPI, e ela lá acabou por aceitar com muitas conversas com ela. Acabou por aceitar, mas depois dos 6 meses e entretanto recuou, acaba por ser difícil [...]</i>”</p> <p><i>“[...] temos uma senhora que saiu há 2 meses para uma ERPI,</i></p>	<p>autonomia não as deixa, o que faz com que em conversas seja necessário restabelecer e mudar o projeto de vida de algumas vítimas.</p>
--	---	--

	<p><i>que conseguiu essa vaga, da tal dita social. Entretanto outras saíram, apesar de haver isso dos 6 meses, elas são livres de sair quando quiserem, a meio do processo, elas decidem voltar para o agressor [...]</i></p> <p><i>“[...] O filho quis levar a senhora, mas era para perto do marido, mas entretanto o marido faleceu e ela acabou, por ir, porque não havia o risco. A senhora tinha Alzheimer, destruíamos a casa toda, destabilizava completamente a noite [...]</i></p> <p><i>“[...] Há uma senhora que ouvi dizer que reconstruiu a vida dela, mas não sabemos bem se é verdade. Algumas continuamos a ter contacto, elas ligam e falam connosco. Queremos acreditar que ela tenha conseguido [...]</i></p> <p><i>“[...] As vagas sociais é onde calhar, mas elas pedem sempre para ir para a zona de residência [...]</i></p> <p><i>“[...] O caso da senhora que falei não sei, que eu saiba não voltou para o agressor, mas fazemos com todas, conversamos com o gabinete de apoio a vítima da zona e o acompanhamento continua mas com outra equipa de mais perto [...]</i></p> <p><i>“[...] Sim, elas estão sempre dentro do processo delas, do caminho delas. Fazemos com elas e para elas. Nós trabalhamos com elas, é este o projeto de vida e vamos caminhando. Nós</i></p>	
--	---	--

		<i>dizemos sempre aquele dia vai sair, elas naquele dia preparam as malas com a ajuda da auxiliar, fazem as malas delas, preparam tudo e nós levamo-las a onde é necessário [...]</i>	
--	--	---	--

APÊNDICE 20 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “JOSEFINA” – VÍTIMA APOIADA NA FUNDAÇÃO PADRE AMÉRICO

Categorias de Análise	de	Subcategorias	Excerto de Entrevistas	Interpretação / Análise
Fim do Sofrimento	do	“o ponto final”	<p><i>“[...] Eu pedia auxílio ao meu filho e ele dizia para a pôr na rua, mas eu não podia, ela matava-me se eu fizesse isso [...]”</i></p> <p><i>“[...] Eu decidi, eu queria era matar-me, eu não aguentava mais da minha cabeça, por ter aquele saco, ela chamava-me porca, badalhoca, não tens vergonha de cheirar mal, dizia que eu tinha amantes, eu nunca na vida tive amantes, nunca [...]”</i></p> <p><i>“[...] O hospital estava farto de saber disto e dizia-me para eu ir ter com as assistentes sociais e ajudavam-me e eu não queria, porque pensava que ela podia mudar a qualquer momento, mas não mudou. A tal dia no hospital, o médico disse para eu ir lá e ganhei coragem e fui lá [...]”</i></p> <p><i>“[...] Eu não tinha nada em que comer em casa, e eu fui ao supermercado, e comprei umas coisinhas, e quando voltei para casa, abro a porta, e ela estava no corredor, a falar ao telefone, com umas alturas, a falar com ele, o amante. Ele estava a ameaçar-me ao telefone, meti-me</i></p>	<p>A violência também pode ser exercida de filhos para pais. E por vezes, quando um filho/a é a agressora, o outro filho não impede, nem faz denuncia pela mãe que sofre violência, apenas a alerta para sair de casa, ou expulsar o agressor e não se responsabiliza por mais nada pois não quer ter “problemas”.</p> <p>Alguns sítios de saúde, já sabem dos casos dos idosos e alertam-nos para que peçam ajuda, estes têm receio de o fazer, com medo do depois. No entanto, felizmente ainda têm esperança e fazem-no.</p>

		<p><i>no quarto com medo, asetei-me na cama e eu ouvi “essa ****, já chegou, essa ****”, ele chamou-me tantos nomes, e eu a tremer com medo, porque ele a dizer que me “cortava a cabeça ao meio e depois fugimos e depois inventamos que a encontraste assim em casa”, ele a dizer a minha filha [...]”</i></p> <p><i>“[...] Eu tinha as pernas a tremer, liguei a uma sobrinha, a pedir ajuda, mas ela ia demorar, então liguei a assistente. Então peguei nas compras, na mala e nos meus remédios e fugi. Eu dizia muitas vezes que ia fugir, mas ela não se acreditava que eu era capaz, mas fugi. Eu fui para o passeio e estava sempre com medo que ele aparecesse, mas eu estava a espera da carrinha da cruz vermelha [...]”</i></p>	<p>Muitos idosos, fogem só depois de receberem ameaças muito fortes por parte dos filhos, pois os seus corações de pai/mãe, acreditam que estes podem mudar.</p>
	<p>“o trajeto”</p>	<p><i>“[...] para Viana de Castelo, foi para a uma Casa de Emergência, eu fui assustadíssima [...] ela tinha amigos na Guarda, e disseram-lhe onde eu estava, até porque ela mandou me uma menagem a dizer eu sei que estas em Viana, e a dr^a lá da Casa disse que eu não podia lá ficar porque ela já sabia [...]”</i></p> <p><i>“[...] Depois fui para outra Casa, para Matosinhos, parecia um apartamento, tive lá 3 meses, estava lá muito bem [...] O jurista e a dr^a chamou-me, e disse-me que andavam a ser insultados pela minha filha, que iam</i></p>	<p>Até chegarem a uma casa abrigo definitiva, muitos idosos, percorrem várias zonas do país. O objetivo é sempre ficar longe do agressor, no entanto, este faz tudo para que possam encontrar a vítima e continuar a ameaçar.</p>

		<p><i>pegar fogo a casa e tudo, ou seja, ela voltou a descobrir onde eu estava [...]</i></p> <p><i>“E então, depois desses três meses, vim para aqui”</i></p>	
Projeto de Vida	“o futuro”	<p><i>“[...] Eu queria ir para a minha casa, a casa é minha, custou muito a pagar. Daqui em diante, olhe ando com o aparelho, mas não sei onde ela anda, então é perigoso na mesma [...]</i></p> <p><i>“[...] Se eu não puder ir para minha casa, vou para a minha terra de infância e lá tenho muita gente que me ajudaria, se eu não puder ir para minha casa [...]</i></p> <p><i>Técnica – “Não vai agora desistir, já existem medidas aplicadas em que uma delas é ela sai de casa, supostamente isso aconteceu, mas segundo alguns vizinhos, ela ainda por lá anda, desconfiam e por isso veio agravar o caso da d. Entretanto o projeto de vida passa muito por aí, porque a d.... ainda consegue fazer muita coisa, tomar conta da medicação, e tudo, o único problema é as questões das medidas, mas pronto estamos limitados. As medidas já saíram, mas existe um tempo para cumprir é aguardar.”</i></p> <p><i>“Noutras condições também não vou. Prefiro a morte a passar outra vez o que passei”</i></p>	<p>O sonho é sempre voltar para as casas, onde viveram a vida toda, no entanto, a espera para que o possam fazer é demorosa. A desistência das vítimas é sempre um ponto que pode estar em cima da mesa e é nessas questões que as técnicas mais trabalham, para que as vítimas não voltem para os agressores e para que não acabem com a vida.</p> <p>Felizmente à vítimas que depois de conhecerem o sossego e a paz em que se encontram já não fazem questão de voltar para o agressor, ou sequer voltar a cruzar-se com este.</p> <p>A esperança de voltar sempre</p>

		<i>“Na minha casa, mudar as fechaduras, o meu filho vai colocar um alarme e tenho lá os vizinhos. Continuo a ter contacto com o meu filho e ele ajuda-me no que pode.”</i>	permanecerá.
--	--	--	--------------

APÊNDICE 21 – SINOPSE DA ENTREVISTA A “SARA” – VÍTIMA APOIADA NA FUNDAÇÃO PADRE AMÉRICO

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos da Entrevista	Interpretação / Análise
Fim do Sofrimento	“o ponto final”	<p><i>“[...] Só que as pessoas, o povo era pouca gente e todos sabiam, quem é que no verão andava de gola alta [...]”</i></p> <p><i>“[...] mas há tempo que me diziam “mãe saia de casa, mãe saia de casa, isto não é vida”. Então eles é que me obrigaram, porque ele bateu-me num domingo e os meus filhos ligam-me a terça ou a quarta. E na quarta ligaram-me os dois e disseram, vá já fazer queixa. Eu fui fazer queixa, depois o meu filho ligou à minha irmã que tenho, tenho 2 irmãs, se me acolhia em casa. Antes de vir para aqui. A minha filha ligou logo para a segurança social e a minha irmã levou-me a Viseu, e fui à medicina legal. E agora esta tudo em tribunal.”</i></p> <p><i>“E depois a violar-me, caímos os dois da cama para baixo, tanto ele como eu na borda do colchão, arrumamos com as costas, e eu andei mais de um mês com as costa negras e a doerem-me”</i></p> <p><i>“[...] No último dia que ele me bateu, não me matou porque não quis, aquilo que ele me fez, não me matou</i></p>	<p>Muitas vítimas de violência são aldeias mais pequenas, onde toda a população sabe, que naquela casa existe um agressor e uma vítima. Nestas mesmas aldeias, ainda existe o pensamento “entre marido e mulher, não se mete a colher”. Para além disso, permanece o medo de denunciar a polícia o que sabem.</p> <p>Por mais que família e amigos, incentivem a vítima a fazer queixa, a decisão final, só a vítima pertence.</p> <p>Os filhos insistem para que a mãe, acabe com o próprio sofrimento, mas esta nunca tem coragem de o fazer, passando anos a sofrer às mãos do agressor.</p> <p>A violência sexual, ainda prevalece bastante em relações idosas, obrigando as vítimas a ter relações</p>

		<p><i>porque não quis. Eu consegui descer os degraus e disse acuda-me, e ele deu-me uma chapada na boca, fechou-me as porteiças a chave, agarra-me nos cabelos e bati com a cabeça nos degraus, fiquei aqui com grande papo (aponta para a cabeça). Fiquei com um grande papo e o braço todo negro.”</i></p> <p><i>“[...] Quando fui fazer a queixa dele, houve muita coisa que me esqueceu, mas naquele momento estava muito nervosa e não conseguia me lembrar de tudo [...]”</i></p>	sexuais.
“o apoio”		<p><i>“Sim e tive lá cerca de 7 dias. E depois é que fui encaminhada para aqui.”</i></p> <p><i>“Eu fui para casa da minha irmã sem ninguém saber, somos quase vizinhos, se ele se apercebesse que eu estava em casa da minha irmã, ele invadia a casa. [...]”</i></p> <p><i>“A Assistente social é que me arranjou. O dia em que fui fazer a queixa, eles ligaram a minha filha e ela ligou logo para a assistente social.”</i></p> <p><i>“[...] Só que também sinto muita falta das minhas irmãs, era uma companhia que tinha e desabafava com elas [...]”</i></p> <p><i>“Aqui há uns anos as minhas irmãs chamaram a polícia, a polícia ali ao pé de mim, e eu só chorava, e não fiz queixa. E depois disse-me assim, “obrigadinho por não me</i></p>	<p>O apoio da família, é sempre uma parte integrante e fundamental na vida da vítima, para que não desista da denuncia e não volte para o agressor.</p> <p>Os filhos embora longe, permanecem em contacto com a vítima, para que esta se sinta segura a tomar as suas decisões, sejam estas quais forem.</p>

		<i>acusares”, no outro dia uma porrada. A minha irmã mandou uma mensagem ao meu filho, do que aconteceu e ele ralhou comigo, e o filho ameaçou-o. E ele a dizer “olha o ranhoso, ameaçar um pai”.</i>	
Projeto de Vida	“o recomeço”	<p><i>“Ah, não, não, não, não, não quero, não [...] Não, não, não, não quero:”</i></p> <p><i>“Não sei. Eu gostava de ter um cantinho meu, uma casinha. Parece que eu ainda me sinto com forças, para ter uma casinha para mim, mas longe do agressor.”</i></p> <p><i>“Eles estão na Suíça, é muito difícil. Já lá estive 4 meses e na Suíça é difícil tem de se ter os papeis todos.”</i></p> <p><i>“Talvez, para Mangualde, ou Guarda. O tempo ainda é muito.”</i></p> <p><i>“Ainda não, porque estamos a espera da decisão do tribunal. O tempo ainda é pouco, são coisas que demoram e só faz agora 2 meses.”</i></p> <p><i>“Eu hoje, digo assim, o que eu fiz agora, devia ter feito há 20 anos. Mas não foi por falta, de aviso dos meus filhos. A minha filha dizia, “a mãe só pensa na casa, deixe a casa, por favor”. “A mãe quando falecer, a casa fica cá, deixe a</i></p>	<p>Muitas, está fora de questão voltarem para o agressor, nem para a casa que coabitaram. É nesta habitação que estão as memórias de todos os acontecimentos e o mais importante é conseguir ultrapassar os traumas.</p> <p>Quando os filhos estão longe, voltar para casa dos filhos, não é uma hipótese.</p> <p>Voltar para a terra onde nasceram, ou conhecer uma nova, faz parte dos planos das idosas que ainda tem potencial para habitarem sozinhas.</p> <p>Ter uma pequena casa, sem grandes luxos, onde possam simplesmente viver em paz e ser feliz.</p> <p>Os processos no tribunal são demorosos e até poderem voltar a recomeçar, existe muitas etapas em que pensar.</p>

		<p><i>casa, por favor” e eles dizem me agora, o que a mãe decidir, para nós está bem [...]”</i></p> <p><i>“O meu futuro, a deus pertence [...] Ser feliz, ser feliz.”</i></p>	
--	--	---	--